



**Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Mestrado em História Social**

Cristiana Maria Petersen Grobe

Manaus e seus Igarapés

**A construção da cidade e suas representações
(1880-1915)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Manaus
2014**



Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Mestrado em História Social

Cristiana Maria Petersen Grobe

Manaus e seus Igarapés

A construção da cidade e suas representações
(1880-1915)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientadora:

Prof^a Dr^a Maria Luiza Ugarte Pinheiro

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas em 28 de fevereiro de 2014, como exigência para obtenção do título de Mestre em História.

Manaus

2014

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

G873m Grobe, Cristiana Maria Petersen
Manaus e seus Igarapés : A construção da cidade e suas representações (1880-1915) / Cristiana Maria Petersen Grobe. 2014
149 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Maria Luiza Ugarte
Pinheiro Coorientadora: Otoni Moreira de Mesquita
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Manaus. 2. Igarapés. 3. Urbanização. 4. Representação. I. Pinheiro, Maria Luiza Ugarte II. Universidade Federal do Amazonas
III. Título

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Ugarte Pinheiro (Orientadora)
Departamento de História - UFAM/AM

Prof^a. Dr^a. Luciane Viana Barros Páscoa (Membro)
Departamento de Artes e Letras – UEA/AM

Prof. Dr. César Augusto B. Queirós (Membro)
Departamento de História - UFAM/AM

Prof^a. Dr^a. Patrícia Rodrigues da Silva (Suplente)
Departamento de História- UFAM/AM

Dedico

A Vera do Val Grobe e Paul Grobe,
Por me ensinarem a ver a vida com olhos sensíveis e espírito crítico.
Por me mostrarem o caminho da persistência.

A Paulo Grobe e Matheus Grobe,
Por serem os melhores irmãos do mundo.

A Maria Clara Petersen Grobe,
Por me fazer acreditar num futuro mais generoso.

AGRADECIMENTOS

Escrever sobre as contribuições e estímulos recebidos durante a construção deste trabalho nos permite recordar as escolhas e os desafios que passaram a nos acompanhar na busca do conhecimento e na tentativa de construção do mundo em que acreditamos. Inúmeras foram as dúvidas, angústias e alegrias deste caminho. Muitas foram as portas e as janelas pelas quais contemplei, muitos foram os encontros que daí resultaram. Pessoas que deixaram suas marcas para sempre, com lições, referências e exemplos que levarei comigo para toda a vida.

Agradeço, primeiramente, ao Professor Dr. Otoni Moreira de Mesquita, por orientar o início deste trabalho, sendo responsável pelo meu encantamento com a história de Manaus, estimulando-me pela paixão e intensidade com que vive esta cidade.

À Professora Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro, por aceitar orientar este trabalho, quando houve a necessidade de mudança de orientador. Pela dedicação, paciência, conhecimento, sensibilidade e delicadeza em reconhecer minha aptidão e meu repertório, me apontando os rumos a serem seguidos e abrindo as possibilidades para sua finalização.

Ao Professor Dr. Luiz Balkar Pinheiro pela generosidade e disposição com que exercita a pesquisa e o ensino, estando sempre disponível para discussões, explicações e indicações, demonstrando sua paixão pelo que faz e nos estimulando sempre.

Aos Professores Dr. Almir Diniz de Carvalho Junior e Professora Dra. Amélia Regina Batista, pela participação e contribuições na banca de qualificação.

Ao Professor Dr. Geraldo Pinheiro, que no processo de seleção do mestrado, me auxiliou com bibliografia e se dispôs a conversar sobre ela.

Ao Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA), em especial ao funcionário Nonato, por me facilitar o acesso à documentação e pela generosidade em me auxiliar na localização dos diversos documentos que me foram necessários.

Ao Museu Amazônico, por me atender e facilitar o acesso ao arquivo e biblioteca desta instituição.

Aos meus professores da graduação que se tornaram grandes amigos, Dr. Paulo César Castral, Dr. Francisco Gimenes, Dra. Denise Xavier, entre outros, que dividiram seus conhecimentos e suas experiências, me ensinando a ver e a refletir sobre as cidades e os significados de suas arquiteturas.

Agradeço a Cid e Júlia Meirelles Ferreira, amigos ímpares de minha família, que tanto me ajudaram a concretizar este trabalho.

Aos meus amigos de graduação Ana Luisa Miranda e Rodrigo de Faria, que hoje também estão na docência, e, mesmo distantes, sempre estiveram presentes na troca de mensagens e telefonemas, me estimulando e me encorajando nesta trajetória.

Aos colegas que se tornaram próximos durante o mestrado e que de alguma forma contribuíram para este trabalho, agradeço a Caio Giulliano Paião, Priscila Daniele Ribeiro, Valdirene Pires, Bianca Sotero, Sebastião Rocha e especialmente a querida Jordana Caliri, com quem pude dividir as dúvidas e as conquistas nesta trajetória, na certeza que nossa amizade será para sempre.

Agradeço ao amigo arquiteto e urbanista Antônio Carlos Rodrigo Silva, que, desde antes de pensar no mestrado, me estimulou para seguir na docência, fazendo dela um objetivo de vida, e, com sua enorme generosidade e conhecimento, contribuiu na troca de informações e estímulos.

Ao amigo geógrafo Mauro Beckman, pelo entusiasmo e incentivo sempre presentes na trajetória deste trabalho. Sou grata pela sua torcida repleta de sorrisos.

Aos amigos, também arquitetos urbanistas, Marcos Cereto pela torcida, pela confiança e pela amizade, e Rodrigo Capelato, amigo querido de longa data e companheiro nas discussões sobre a cidade, suas percepções e possibilidades de pensá-la. Sou lhe grata pelas longas e oportunas conversas, estímulo e confiança.

À professora e colega Melissa Toledo, que como coordenadora do curso de arquitetura e urbanismo da FAMETRO, pôde entender minhas ausências e necessidades, sendo flexível em reduzir minha carga horária de docente naquela instituição tornando possível compatibilizar a pesquisa com a sala de aula.

Sou grata também à Instituição de Ensino FAMETRO, em nome da Prof. Cinara Cardoso, por entender minha ausência nos encontros e reuniões do curso de Arquitetura e Urbanismo, me apoiando na conclusão deste trabalho.

E, finalmente, agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), pela concessão de bolsa de estudo e ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, em especial ao Prof. Dr. James Roberto Silva, por estar sempre solícito aos esclarecimentos e solicitações pertinentes durante ao curso, assim como o sempre atencioso e sorridente Jeferson Madeira, ex-secretário do Programa.

RESUMO

O presente trabalho procura contribuir para a história de Manaus, identificando a representação dos igarapés, durante o seu primeiro processo de urbanização, acontecido quando do favorecimento econômico da borracha, entre os anos de 1880 e 1915. Analisamos as ações voltadas para a construção da espacialidade da cidade, onde nossa proposição é que o discurso de modernidade e de progresso, presentes desde as primeiras transformações do povoamento, atuaram como elementos geradores de uma representação negativa dos igarapés e de sua natureza, contribuindo para a concretização da lógica da exclusão destes elementos da paisagem e do cotidiano da vida de sua população. Neste cenário, buscamos entender como as ações engendradas pelo Poder Público e pela elite do momento, em busca de aparelhar a cidade diante dos padrões de um Urbanismo Moderno e Saneador, produziram modificações na geografia dos igarapés e normatizaram os seus usos e apropriações. O estudo visa demonstrar a cidade desejada e construída pelo Poder Público e vivida pela elite e a cidade existente e resistida, vivida e sentida pelos trabalhadores urbanos, revelando como os igarapés foram pensados, praticados e velados, demonstrando a lógica capitalista de dominação do mundo.

Palavras Chave: Manaus; Igarapés; Urbanização; Representação.

ABSTRACT

This paper seeks to contribute to the history of Manaus, identifying the representation of streams during their first process of urbanization, economic favoritism happened when the rubber between the years 1880 and 1915. We analyze actions to build the spatiality of the city where our proposition is that the discourse of modernity and progress, present since the early transformations of settlement, acted as generating elements of a negative representation of streams and their nature, contributing to the realization of the logic of exclusion of these landscape elements and the daily lives of its people. In this scenario, we seek to understand how the actions engendered by the government and the elite of the moment, searching for equipping the city up to the standards of a Modern Urbanism and curative, produced changes in the geography of the creeks and established the norms guiding their uses and appropriations. The study aims to demonstrate the desired city and built by the government and lived by the elite and the existing city and weathered, lived and experienced by urban workers, revealing how the streams were thought, practiced and veiled, demonstrating the capitalist logic of world domination.

KEY WORDS: Manaus; Igarapés; Urbanization; Representation.

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E TABELAS.

Figura 1: Apropriação do igarapé pelas lavadeiras e embarcações. Bairro Colônia Oliveira Machado _____	47
Figura 2: Crianças na beira do igarapé da Cachoeirinha e embarcação, 1902 _____	47
Figura 3: Embarcações em um igarapé de Manaus – 1902 _____	48
Figura 4: A cidade conforme descrição dos viajantes _____	63
Figura 5: Rua Municipal. Ponte do Igarapé do Espírito Santo. _____	74
Figura 6: Igarapé da Cachoeirinha em Meados de 1902/1904 _____	76
Figura 7: Vista da Ponte da Imperatriz que atravessa o igarapé do Espírito Santo _____	89
Figura 8: Igarapé do Espírito Santo sendo drenado e aterrado _____	97
Figura 9: Construção da Avenida Eduardo Ribeiro _____	97
Figura 10: Avenida Eduardo Ribeiro _____	98
Figura 11: Igarapé da Cachoeirinha. Ponte de ferro _____	98
Figura 12: Projeto de Canalização do Igarapé dos Remédios (Aterro) _____	131
Mapa 1: Cópia da Planta da Cidade da Barra do Rio Negro – 1844 _____	53
Mapa 2: Planta de Manaus, 1913 _____	54
Mapa 3: Planta levantada na administração de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, em 1852 _____	66
Mapa 4: Mapa de Manaus de 1868 _____	73
Mapa 5: Planta da cidade de 1874 _____	85
Mapa 7: Carta cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manáos – 1893 _____	105
Mapa 8: Mapa da Cidade elaborado pela Comissão de Saneamento em 1915 _____	135
Tabela 01: População de Manaus no ano de 1852, conforme a Raça _____	68
Tabela 02: População da Província do Amazonas em 1872 _____	111
Tabela 03: População de Manaus, e, entrada e saída de imigrantes _____	111

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	11
Capítulo 1	
A Cidade e a História: conceitos e possibilidades	22
1.1 Por uma abordagem da História Cultural e do Urbano	23
1.2 O pensamento urbano e a Cidade Moderna do século XIX-XX	29
1.3 Manaus e seus igarapés: urbanização e representação do progresso	43
Capítulo 2	
A construção da cidade e suas representações	58
2.1. As transformações da Província e os indícios do desejo	59
2.2. A cidade desejada e a imagem construída	82
Capítulo 3	
Manaus, espaços transformados e hábitos modelados?	108
3.1 A cidade vivida e a imagem sentida	109
Considerações Finais	137
Anexos	144
Fontes	150
Referências Bibliográficas	152

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A aproximação do tema sobre as questões referentes às Cidades me acompanha desde a formação enquanto arquiteta e urbanista, procurando entender suas histórias, seus processos de transformação, seus conteúdos sociais, as relações entre o público e o privado, suas ocupações e contradições, engendrando a percepção do espaço e a subjetividade do homem na materialização da vida.

Quando cheguei a Manaus, no ano de 2006, fiquei encantada com a cidade costurada pelos seus igarapés e me surpreendi com a beleza destes braços d'água vestidos e corrompidos pelo processo de degradação e desvalorização, apresentando uma paisagem que resiste, mesmo que travestida e poluída. O desejo de entender o processo que a realidade impõe aos igarapés se fez presente, quando pude assistir e conviver com as ações para obra de aterramento do igarapé do Educandos para a construção do Parque Jeferson Péres, pois, na época, trabalhava na Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas, que se localiza ao lado do igarapé velado.

A possibilidade de fazer o mestrado em História foi animadora no sentido de retomar os estudos sobre a História das Cidades, que tanto me fascinaram, assim como a oportunidade de compreender o processo de formação e de urbanização da cidade de Manaus e suas relações com os igarapés. Na tentativa de identificar como estes elementos foram pensados, modificados e apropriados, a minha inquietação estava centrada em entender como foi sendo construída esta representação de negação e de marginalização que estes elementos apresentam para a paisagem da cidade no presente. E aqui a formação do profissional historiador se fez apropriada para que se tornasse possível seguir este caminho de buscas e descobertas, que na fala de Bloch, “O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Das eras que nos procederam, só poderíamos falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação de investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu”.¹

A aproximação com a disciplina História foi um grande desafio no sentido de entender a pesquisa histórica e em olhar, manusear e problematizar as fontes. Esta experiência foi mesclada de muitas surpresas, por configurarem um campo teórico e metodológico novo para mim, porém, este desafio, alimentado pelo desejo de entender a cidade do passado, contribuiu para minha formação no sentido de complementar a maneira

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, Ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 69.

de olhar, sentir e interpretar os fatos e relatos que constroem a materialidade e as sensibilidades em relação ao urbano. Minha proposta foi entender a cidade, não somente através de seus desenhos e das intenções que o projeto e o planejamento impõem ao olhar do arquiteto urbanista, mas também a partir de seus conteúdos, de suas engrenagens e sociabilidades, contribuindo para desvendar novas paragens que venham a somar para a apreensão e compreensão do fato urbano na sua completude.

As disciplinas cursadas contribuíram sobremaneira e de forma específica orientando a pesquisa e sua redação. É interessante destacar, que quando iniciei o mestrado, este trabalho foi orientado pelo professor Dr. Otoni Moreira de Mesquita, pessoa responsável pelo meu encantamento com a história de Manaus, estimulando-me pela paixão e intensidade com que vive esta cidade. Em decorrência de alguns problemas institucionais, a orientação da pesquisa foi transferida para a professora Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro, que, com seu conhecimento e sensibilidade, soube reconhecer minha aptidão e meu repertório, apontando os rumos a serem seguidos, me orientando no campo historiográfico, em como trabalhar com minhas fontes e abrindo as possibilidades para a finalização do trabalho.

A primeira disciplina cursada foi “Cultura e Representações”, ministrada pelo professor Dr. Almir Diniz Carvalho Junior, onde as discussões em torno da relevância da cultura dentro da perspectiva histórica foram fundamentais para a reelaboração do projeto e encaminhamento da pesquisa. As discussões sobre as relações simbólicas que o conceito de cultura estabelece com a História foram esclarecedoras no sentido de entendimento da História como representação dos homens do passado, evidenciando os conceitos de representação e de imaginário dentro do campo historiográfico, norteadas por debates em torno de Roger Chartier, Clifford Geertz, Cornelius Castoriadis, Peter Burke, entre outros, fundamentais para o entendimento e para definição do campo conceitual e metodológico deste trabalho.

A disciplina “Trabalho e Cidade”, ministrada pela professora Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro, foi muito prazerosa e norteadora no sentido de ver a história da cidade a partir do viés historiográfico, onde os homens da cidade prevalecem diante de sua materialidade, transformando e se relacionado com o espaço e vice versa. Os textos trabalhados foram fundamentais para perceber a construção da cidade derivada das relações humanas materializadas no espaço urbano e, em consequência, observar a cidade não somente como palco da vida, mas como construção social, apresentando suas permanências e rupturas a partir dos poderes impostos na Urbe, onde as relações da cultura

prevalecem transformando e significando os espaços. As discussões sobre Sandra Jatthy Pesavento, Sttela Bresciani, entre outros, foram fundamentais no sentido de entender a cidade problematizada além de sua materialidade, como construção humana e simbólica, prevalecendo o processo de modernização urbana a partir de outros olhares que vêm demonstrar que, além da leitura das intervenções orientadas pelas técnicas, a cidade revela sua representação a partir de suas sensibilidades, de seus significados simbólicos, onde prevalecem as resistências e as permanências materializadas no espaço conforme as vivências de outros segmentos sociais, os trabalhadores, os habitantes comuns. Assim, no momento em que orientamos nosso olhar para a cidade de Manaus, as discussões em torno da cidade flutuante e de autores como Jose Aldemir de Oliveira, Edinéia Mascarenhas Dias, foram fundamentais e esclarecedoras para provocar o trabalho com as fontes oficiais, demonstrando também a necessidade de buscar outras vozes como os periódicos.

Outra disciplina, bastante importante para o trabalho foi “História do Trabalho e Movimentos Sociais”, ministrada pelo professor Dr. Luiz Balkar Pinheiro. As deliciosas discussões sobre Edward Palmer Thompson foram primordiais para o entendimento das questões culturais, permeadas por outras condicionantes, determinando o conceito de experiência. Foi um momento definidor para o diálogo com as fontes, no sentido de entendê-las partindo do viés cultural, onde prevalecem interesses e contextos múltiplos. Além do Thompson, outras leituras foram importantes como o texto “Repúblicas de mercadores no início da época moderna”, de Peter Burke, que nos ajudou a olhar a cidade de Manaus e suas transformações além das questões econômicas colocadas pelo apogeu da borracha, mas sim através de outras condicionantes que privilegiavam o processo de urbanização, como a abertura política colocada com a República, comercial com abertura das navegações e principalmente cultural com a construção simbólica da modernidade européia, solidificada pela elite da época. Outra discussão importante foi sobre a obra de Richard Sennet, “Carne e Pedra”, que me levou a buscar o estudo da relação do desenvolvimento da medicina social como um dos suportes para o pensamento da transformação urbana, no sentido de planejar e controlar os espaços da cidade no século XIX. Neste momento, se fez necessário buscar as vozes dos médicos sanitaristas, que engendraram ações e pretensões que significaram outros entendimentos a respeito da representação que os igarapés apresentaram diante das práticas de intervenção na cidade da época.

Buscamos revelar nesta pesquisa, o processo de construção da cidade de Manaus, no momento em que ela sofreu seu primeiro processo de urbanização. Apreendendo e

interpretando sua realidade desejada e construída, procuramos através dos documentos oficiais, cartografia, iconografia e periódicos, demonstrar como as práticas engendradas pelo poder público, em busca de aparelhar a cidade diante dos padrões do Urbanismo Moderno e Sanitarista da segunda metade do século XIX e início do XX, produziram modificações nos igarapés, refletindo em mudanças na materialidade urbana e na vida de seus habitantes. O nosso objetivo foi demonstrar a representação dos igarapés diante destas transformações, revelando como foram pensados, usados, negados e velados.

O repertório, teórico e metodológico, que norteou esta pesquisa foi ancorado nos conceitos e nas possibilidades que a História Cultural nos apresenta, com a crise dos paradigmas explicativos da realidade, configurando rupturas epistemológicas no campo da disciplina História. Aqui, o conceito de cultura vem propor novas possibilidades para apreensão dos fatos do passado, evidenciando a dinâmica e a diversidade social diante da “consolidação de determinados paradigmas” que conduzia a narrativa histórica “a uma aparentemente confortável certeza: a de que tudo já estava pré dito”². Assim a leitura do passado era determinada a partir de um fato dado, condenando as explicações da realidade a modelos pré-estabelecidos, inviabilizando “a pertinência da pergunta” e da descoberta.

A Nova História Cultural, segundo Roger Chartier, vem questionar a unidade das tradições historiográficas, suas certezas de quantificação e de seus recortes clássicos, articulando-se com a descrição das percepções, das representações e das racionalidades dos atores e estratégias, reveladas no passado. Superando a oposição clássica entre as subjetividades singulares e as determinações coletivas, a História vai à busca de novas relações entre o indivíduo e seu mundo social, através de imagens que a sociedade produz de si mesma, possibilitando novas perspectivas para pensar e articular as obras ou práticas com o mundo social, passando a ser “(...) sensível ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos de materiais ou códigos partilhados”³. Assim, o papel da cultura se torna importante como

“(...) uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa”⁴.

Neste sentido o papel das representações é evidenciado no trabalho do historiador,

² PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 8-9

³ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 67.

⁴ PESAVENTO, op. Cit., 2003, p. 15

possibilitando novos objetos, novos métodos e outras abordagens no que se refere às formas de representação e de apropriação do mundo construído pelos homens do passado, ultrapassando seus domínios instrumentais e materiais e abarcando o domínio do imaginário.⁵ A articulação e a apreensão destes significados construídos pelos homens, ocorrem a partir da prática e da apropriação coletiva, possibilitando a compreensão das representações culturais que são apresentadas pelos indivíduos através do seu coletivo, e pelo coletivo através dos indivíduos. A cultura é entendida como uma “teia de significados compartilhados”⁶, que amarram os homens, constituindo um conjunto de significados construídos para explicar e constituir o mundo. Assim o conceito de representação ganha destaque por revelar os significados que os homens guardam e elaboram a respeito da realidade, através de ideias traduzidas por imagens, discursos e práticas sociais, qualificando o mundo em que vivem e orientando seus olhares e suas percepções sobre suas realidades.

O estudo das Cidades como objeto da História, se revela também a partir de novas possibilidades de abordagem. Ronald Raminelli, em seu texto “História Urbana”⁷, apresenta um interessante percurso da historiografia sobre a cidade, evidenciando como o campo de investigação foi sendo influenciado pelas contribuições das análises sociológicas e também filosóficas, passando por Simmel, Mumford, Weber, entre outros. O autor demonstra em seu texto como as pesquisas sobre a história urbana foram sendo construídas em um primeiro momento, sustentadas pela ênfase em aspectos econômico, político, religiosos, até as abordagens da Nova História Cultural, apontando novas fontes e novos métodos, ampliando os enfoques onde “os objetos de pesquisa ampliaram-se, reconstruindo-se a complexidade da estrutura social, destacando as relações travadas entre os vários segmentos sociais do espaço urbano”⁸. Neste sentido, o autor destaca o ambiente da cidade moderna na passagem do século XIX e XX como temática rica e complexa, aonde a percepção e a reflexão das análises vão se afastando das abordagens lineares que contemplam coerências entre causa e efeito, prevalecendo e revelando os conflitos e os diversos olhares sobre as reformas do espaço urbano e as novas percepções que nascem com as questões da modernidade.

Seguindo esta mesma perspectiva, Stella Bresciani também traz grande

⁵ CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário e Imaginação na Encruzilhada*. In: *Do Mundo da Imaginação à Imaginação do Mundo*, Lisboa, Fim de Século, 1999, p.93.

⁶ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1973, p. 14-15

⁷ RAMINELLI, Ronald, *História Urbana*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 185-202.

⁸ *Ibidem*, 1997, p. 185-202, p. 189

contribuição para pensarmos a cidade na História. Em seus textos⁹, a autora destaca a relevância da interdisciplinaridade no tratamento do tema e a importância nos modos em que a cidade é problematizada, rompendo com a relação de causa e efeito e indo além do fenômeno urbano, enquanto linearidade e decorrência dos processos de modernização e de planejamento que os séculos XIX e XX engendraram. Estes processos são reveladores no sentido de apresentarem “um elemento–evento que incitou profissionais relacionados aos diversos saberes a se deterem no que viam acontecer nas cidades e a problematizá-las”¹⁰.

Outra contribuição de Bresciani para o nosso trabalho foi o texto “As setes portas da cidade”¹¹, onde a autora apresenta outras ‘entradas’ para o estudo da cidade na História, indo além da perspectiva de análise a partir das transformações espaciais e modificações no ambiente, orientadas pelas intervenções técnicas que marcaram o século XIX e XX, mas sugerindo outros olhares possíveis e necessários. A autora apresenta a cidade analisada pelo viés das questões sociais e suas problemáticas, prevalecendo os personagens, assim como a partir das questões de identidade social, demonstrando os contrastes entre a burguesia dominante versus o proletariado, e também da cultura popular, evidenciando o que foi marginalizado, como o lugar do diferente, do excluído. Outras portas que se abrem pela a autora revelam novas sensibilidades que a cidade moderna engendra, fazendo-nos enxergá-la e senti-la como um território da multiplicidade e de significações novas, onde as relações e as práticas culturais prevalecem. Assim, através das sensibilidades que as questões urbanas apresentam, a cidade como território da subjetividade é colocada como outra porta possível de entrada na compreensão do fenômeno urbano, sugerindo um território com múltiplas experiências de sentir e de expressar os muitos sentimentos que nela habitam, mostrando, no cotidiano da cidade, os conflitos, as utopias, os desejos e as desilusões, como um campo que revela as experiências e a existência humana.

A visibilidade das questões relacionadas às imagens, aos significados, às formas e às práticas de intervenção urbana, construindo representações do urbano e revelando seus imaginários, são discutidas nos trabalhos de Sandra Jatahy Pesavento, que contribuíram diretamente para nossa pesquisa. Vários são os trabalhos¹² da autora que nos deram suporte teórico e metodológico, dialogando diretamente com o nosso objeto que é a cidade de

⁹ BRESCIANI, Maria Stella. *História e historiografia das cidades, um percurso*. In: FREITAS, Marcos César de (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 237-258 e BRESCIANI, Idem, 2002, p. 17-35.

¹⁰ *Ibidem*, 2002, p. 17-35. P. 19

¹¹ *Idem*, 1991

¹² PESAVENTO, Sandra J. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 8, nº16, 1995. *Idem*, 1999. *Idem*, 2007. *Idem*, 2001.

Manaus, transformada pelo processo de urbanização do final do século XIX e XX. Nossa intenção foi analisar e revelar como a representação do progresso construiu a imagem de negação dos igarapés na tentativa de aparelhar a cidade aos preceitos do urbanismo e da cultura moderna, e, por outro lado como a representação destes elementos enquanto produtores de cultura, de experiências e de vivências permaneceram na vida da população comum, sugerindo as apropriações a partir da cidade negada e excluída, tendo nestes elementos as vozes das resistências.

As discussões propostas por Pesavento, assim como sua metodologia de como evidenciar as representações construídas e geridas pela sociedade, nos orientaram para abarcar nossa problemática e principalmente nossas fontes, sejam elas fontes oficiais ou os periódicos. Para a autora, a estratégia metodológica para compreensão das ideias e imagens de representação coletiva, é possível através da contextualização das imagens, discursos e eventos, acrescidos do contraste entre a cidade do progresso, do imaginário dos construtores, da visão da elite, versus a cidade da tradição, do imaginário dos consumidores do espaço, da visão dos deserdados do sistema, revelando como as representações e os significados que os homens atribuem à cidade significam e constroem esta cidade, materializando a vida. Assim, declara a autora

“Apoiados num novo paradigma centrado na cultura, utilizando conceitos tais como os da representação e do imaginário ou o princípio do cruzamento das práticas sociais com as imagens e discursos de representação do real, escorado na estratégia metodológica detetivesca da montagem por contraste e justaposição, resta ao historiador a difícil tarefa de resgatar o que pensavam ou tentavam expressar os homens do passado”¹³.

O estudo das representações tornou-se conceito fundamental nesta pesquisa, no sentido de identificar como os processos de subjetivação e de cristalização dos discursos do passado influíram, no decorrer dos tempos, na produção da cultura urbana através das relações estabelecidas entre a cidade e seus igarapés. A pesquisa histórica sobre as transformações ocorridas nos igarapés do núcleo inicial da formação da cidade de Manaus vem revelar as articulações ocorridas entre as ideias e práticas transformadoras do espaço urbano e as estruturas e relações sociais que, diante destas práticas, constroem significados, evidenciando o poder e a abrangência destas representações impostas pelos construtores da cidade. Disso resulta o lugar marginal que os igarapés foram colocados na realidade de Manaus, evidenciando uma cultura de depredação e de descaso para com estes elementos

¹³ PESAVENTO, op. Cit., 1995, p. 287

no decorrer dos tempos. Importante ressaltar que nas análises das fontes oficiais, assim como dos periódicos, não buscamos a representação fiel da realidade. Estas análises foram pautadas por um olhar criterioso na tentativa de evidenciar nos discursos, as questões e as intenções políticas, econômicas, sociais e culturais aí engendradas. Conforme nos orienta Capelato¹⁴, a importância de olharmos os jornais, na tentativa de encontrarmos as vozes dos habitantes comuns da cidade, deve partir de um viés questionador investigando quem o jornal representa, para qual camada da sociedade se dirige e quais os interesses que estão colocados nas notícias, tornando possível encontrarmos um “vasto material para o estudo da vida cotidiana”.

Sobre as transformações do espaço urbano de Manaus no período estudado, alguns trabalhos nortearam a pesquisa, nos fazendo entender como este processo de urbanização foi construído, privilegiando uma elite em ascensão e desqualificando a vida que os igarapés apresentavam a cidade. Mesmo que estes trabalhos não tenham como foco central os igarapés, eles irão tratar da cidade de forma a demonstrarem as contradições sociais e espaciais que aconteceram no período estudado, portanto, repertório imprescindível, que nos fez entender os processos de construção da cidade e de suas sociabilidades. Alguns destes trabalhos são: “La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)”¹⁵ e “Manaus: Histórias e Arquiteturas 1852 – 1910”¹⁶, que contam sobre a construção da cidade moderna e desejada pela elite da época, apresentando como estas transformações aconteceram na espacialidade da cidade; “A Ilusão do Fausto: Manaus 1890 – 1920”¹⁷ que apresenta as contradições entre a cidade que se deseja moderna e a cidade que resiste, a dos excluídos; “A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)”¹⁸ que nos expõe as contradições da cidade do fausto, reveladas através das resistências no cotidiano dos trabalhadores do Porto de Manaus, os estivadores; o trabalho “De costas para o rio: a evolução do espaço urbano de Manaus analisada nos mapas de 1844 a 1893”¹⁹, onde o autor faz uma análise dos mapas de Manaus, nos direcionando a algumas leituras que foram fundamentais para o entendimento da espacialidade urbana; o

¹⁴ CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. Contexto: São Paulo, 1988.

¹⁵ MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890 – 1900)*. Manaus: Editora Edua, 2009

¹⁶ Idem, 2006.

¹⁷ DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999

¹⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. Manaus: EDUA, 1999.

¹⁹ PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *De costas para o rio: a evolução do espaço urbano de Manaus analisada nos mapas de 1844 a 1893*. Relatório de iniciação científica. Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2012.

trabalho “Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)”²⁰ onde a autora faz vir a tona as permanências e as resistências dos trabalhadores urbanos diante da cidade desejada moderna; entre outros. De alguma forma estes trabalhos nos revelaram as contradições apresentadas no espaço urbano, decorrentes das determinações que tais transformações impuseram na vida de Manaus e de sua população, demonstrando os espaços segregados e excluídos da lógica do urbanismo implantado, onde muitas vezes encontramos os igarapés como portadores de imagens a serem superadas e ou de resistências. Outro trabalho que contribuiu para leitura das transformações da época foi “Manaus de 1920-1967: cidade doce e dura em excesso”²¹, onde o autor apresenta a cidade a partir do período de crise da economia da borracha, questionando a ‘cidade em crise’, evidenciando o prevalecer da vida urbana que, muitas vezes, está configurada nos igarapés como espaços de permanência e resistência, revelando a apropriação da cidade.

Este trabalho, portanto, vem ao encontro de reflexões que articulem as transformações nos igarapés, revelando, através dos discursos, das práticas e das ideias baseadas na construção da cidade de Manaus, como as representações foram direcionadas na construção de uma cultura que se distancia cada vez mais de suas especificidades físicas, sociais e culturais. Evidenciando o total desprezo com os nossos igarapés no presente, este trabalho vem contribuir para a reflexão ao encontro de alternativas que revelem e que despertem o pensamento a respeito do nosso contexto urbano, suscitando a necessidade de pensarmos em práticas de intervenções que enalteçam a recuperação dos significados expressos através da memória e da identidade de um lugar e de um povo. Mesmo que adormecidos, os significados existem e os igarapés esperam sua ressurreição.

Dividimos este trabalho em três capítulos. O primeiro tem como propósito discorrer sobre os conceitos e abordagens que demos ao tema, no sentido de apresentar os olhares que permearam a História da Cidade de Manaus em relação às transformações materiais e simbólicas vividas em sua realidade, apresentando como a representação da cidade moderna foi construída e gerida no século final do XIX e início do XX. Abordamos as transformações da historiografia no que diz respeito aos aportes teóricos e metodológicos orientados pela História Cultural evidenciando os conceitos e os olhares dos quais nos apropriamos para a leitura da cidade e de suas sociabilidades. Refletimos também sobre a

²⁰ COSTA, Francisca Deusa da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)*. Mestrado em História – PUC-SP, 1997.

²¹ OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer, 2003

produção do espaço urbano, buscando referências no processo de transformações que as cidades, a esta época, apresentaram, a partir de novos repertórios que orientaram e construíram o Modelo de Cidade Moderna. Falamos também sobre o contexto apresentado por este modelo implantado na cidade de Manaus e das relações que os igarapés apresentam a partir de suas especificidades espaciais, culturais e simbólicas, demonstrando a relação da cidade com este patrimônio cultural/natural. Este capítulo tem a intenção maior de apresentar os conceitos e os procedimentos metodológicos que utilizamos para a pesquisa.

O segundo capítulo, tem a proposta de demonstrar as especificidades naturais culturais e sociais que a cidade de Manaus apresentou diante das transformações impostas na sua estrutura urbana e morfológica, assim como suas mudanças sociais e culturais decorrentes do processo de urbanização e modernização. Este capítulo tem, também, a proposta de evidenciar as transformações do espaço urbano da cidade desejada, divulgada e praticada a partir das intervenções engendradas pelo Poder Público e pela elite, apresentando as mudanças na paisagem e na vida da cidade. Destacamos, neste momento, a espacialidade e os novos hábitos desejados e impostos na materialidade da vida da cidade e nas relações da sociedade diante dos igarapés e suas vivências, demonstrando como a imagem de modernidade se impôs no desenho da cidade existente, nos usos e nas vivências dos igarapés.

No terceiro, e último, capítulo, tratamos de demonstrar, além da cidade construída e desejada, as permanências e as resistências da população citadina em relação aos espaços negados pelo processo de modernização da cidade, os igarapés. Neste capítulo, demonstramos os contrastes entre estas ‘duas cidades’, a da elite, moderna, embelezada e civilizada, e a dos trabalhadores comuns. Apresentamos as permanências e a resistências da população diante da precariedade da vida, imposta pela sua exclusão dos privilégios da ‘cidade embelezada, higiênica e bela’, demonstrando o caráter higienista que comandou as ações do ‘progresso’. Neste momento se faz interessante notar, que a cidade moderna apresenta suas contradições a respeito das instalações de uma infra-estrutura urbana que não correspondia às expectativas de seus habitantes, colocando em xeque este cenário tão privilegiado pela historiografia corrente que conta sobre a bela e lustrosa cidade do *fausto*.

CAPÍTULO 1
A CIDADE E A HISTÓRIA:
CONCEITOS E POSSIBILIDADES

CAPÍTULO 1

A CIDADE E A HISTÓRIA: CONCEITOS E POSSIBILIDADES

1.1 Por uma abordagem da História Cultural e do Urbano

O tema deste trabalho tem como objetivo resgatar os primeiros processos de urbanização da cidade de Manaus, demonstrando como as transformações urbanas impuseram alterações aos igarapés, redesenhando suas estruturas e modificando suas relações com a sociedade. O entendimento sobre a produção do espaço urbano de Manaus vai além da compreensão sobre a construção de sua forma física e de seu desenho urbano, nos levando a refletir sobre as relações sociais e culturais aí imbricadas. Analisamos como as formas de construção da cidade engendraram discursos e práticas de valorização, de negação e de desprezo diante dos igarapés e suas sociabilidades, apresentando as representações criadas e administradas em pró de um desenvolvimento urbano a todo custo, evidenciando os pensamentos e as ações que se apresentaram, e continuam a se apresentar, cada vez mais distantes da realidade colocada pela natureza dos próprios igarapés e pelas características intrínsecas que a Amazônia e a cidade de Manaus colocam frente ao seu mundo.

Neste sentido, temos como objetivo analisar as formas com que os igarapés foram usados, pensados e praticados na construção da cidade de Manaus no final do século XIX e início do XX. Estas intervenções urbanas foram orientadas a partir das modificações sanitárias, estéticas e disciplinares, estruturadas por programas de melhoramento e embelezamento que o modelo de urbanismo impôs à época. A importância de entender as relações da nossa sociedade com o ambiente, que hoje é um problema que se coloca como prioritário no pensamento das cidades, demonstra que as ações e as intervenções urbanas devem procurar encontrar soluções que inventem formas novas de se relacionar com seus patrimônios naturais e culturais, o que implica rever as próprias concepções acerca do homem e suas sociabilidades diante do ambiente, presentes em nossa cultura através da nossa história²².

Nos últimos tempos, o estudo da disciplina História vem apresentando grande impulso de renovação, decorrente de um desdobramento da história social que coloca o conceito de cultura em seu foco de abrangência. Evidenciando um novo olhar, ancorado

²² DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2005 p. 30-35

em uma abordagem cognitiva através de um sistema interpretativo, a História vem se aprimorando em contato com outras disciplinas, principalmente a Antropologia, por ir ao encontro da concepção de cultura como um conjunto de significados partilhados, construídos pelos homens com o propósito de explicar o mundo e suas realidades²³.

Apresentando-se como vertente das historiografias neomarxista inglesa e a francesa dos *Annales*, essa renovação se dá através da chamada História Cultural, difundida no campo historiográfico atual. Questionando a unidade das tradições historiográficas, suas certezas de quantificação, seus recortes clássicos e seu modo racional de pensar o real, através das noções de “mentalidades”, de “cultura popular”, das categorias como classes sociais e classificações sócio-profissionais, estas novas abordagens permitem avançar além do modelo de interpretação e de explicação da história triunfante do passado.

A crítica ao reducionismo econômico, a um mecanicismo atrelado a uma linearidade intrínseca ao processo de explicação do fato no tempo, sem nenhuma especificidade ao contexto, direciona a compreensão do processo histórico “como sendo uma sucessão de lutas de classe”, declara Sandra Jatahy Pesavento²⁴. O processo histórico então, se mostra limitado e reduzido a uma lógica de explicação da realidade, revelando o comando das questões da cultura e da sociedade a uma lógica estritamente economicista e classista, onde as categorias do modo de produção dominante prevalecem diante das especificidades de um contexto histórico maior e mais complexo.

Na perspectiva de questionamentos do plano teórico do fazer historiográfico, as duas vertentes, tanto inglesa quanto francesa, nos apresentam essa ruptura com os paradigmas explicativos, descortinando novas perspectivas em relação à construção dos fatos, atrelados, agora, ao seu viés cultural. Referenciando a abordagem de novas fontes, novas metodologias e novos aportes conceituais, essa ruptura de velhos paradigmas possibilitará à História Social um alargamento do seu campo analítico, crítico e interpretativo, questionando as leituras da realidade, antes situados rigidamente dentro das “estruturas sociais”.

Dentro da vertente neomarxista, Edward P. Thompson irá apontar inovações significativas nos conceitos sobre a categoria de classe social, antes atrelada a uma posição sócio estruturante, dominada pelo determinismo dos meios de produção, onde para ele, destaca Sandra Jatahy Pesavento²⁵, “a categoria deveria ser apreciada no seu fazer-se, no

²³ PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 15.

²⁴ *Ibidem*, 2003, p. 12.

²⁵ *Ibidem*, 2003, p. 28-29.

acontecer histórico, na sua experiência como classe”. A noção de ‘experiência’, para Thompson, determina a observação para além da dimensão teórica estruturante, onde se torna imprescindível a observação dos modos de vida imbuídos nos valores, nos hábitos e nos costumes, entrando na perspectiva do fazer-se e da construção de uma cultura de classe, explorando estes outros domínios.

Na perspectiva do resgate das práticas sociais, prevalecendo a “experiência de classe” em detrimento da “luta de classe”, E.P. Thompson extrapola o viés econômico na constituição de suas relações de luta e resistência aos problemas e movimentos sociais. Estabelece conexões com a dinâmica cultural em sua análise, dando outros significados às manifestações populares na Inglaterra quando da época do surgimento do capitalismo, onde a economia não se apresenta apenas como uma regra monetária a ser professada, mas sim como uma “economia moral”, espelhada em aspectos culturais intrínsecos a uma sociedade ainda feudal, que se desejava capitalista. Em “A Economia Moral da Multidão Inglesa do Século XVIII”²⁶, o autor rompe com a visão tradicional da historiografia, que via os motins como uma reação natural à fome, uma reação “espasmódica”, uma “rebelião do estômago”. Thompson, não descarta os aspectos econômicos que moviam os motins, mas nos apresenta outras condicionantes. Demonstra, nos motins, o seu caráter intrínseco com a tradição cultural, baseada na consciência de um grupo que se mobiliza diante do problema colocado, ou seja, mudanças impostas às tradições envolvidas na produção e no consumo do pão. O autor nos apresenta as manifestações sociais em torno deste problema, como um tema complexo que se configurava também no campo da cultura, onde os motins seriam movidos por uma estrutura cultural que comandava o espírito da época em virtude de uma tomada de consciência, sendo este seu conceito de “economia moral”.

A cultura, então, aparece como uma articulação necessária, entre a descrição das percepções, das experiências, das representações e das racionalidades dos atores, e o reconhecimento de relações de interdependência. Juntas, estas tendências apresentam suas estratégias, superando a oposição clássica entre as subjetividades singulares e as determinações coletivas, buscando nova relação entre os indivíduos e seu mundo social, a partir das imagens que a sociedade produz de si mesma.²⁷ Evidenciando o conceito de representação, dentro da vertente francesa vinda da escola dos *Annales*, a possibilidade de novos objetos, novos métodos e outras abordagens no que se refere às formas de

²⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 150-440.

²⁷ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

apresentação e de apropriação do mundo, são determinantes para a leitura do passado.

A História Cultural, buscando a produção de sentidos sobre o mundo construído pelos homens do passado, ultrapassa seus domínios instrumentais e materiais, abarcando o domínio do imaginário, do poético²⁸. A cultura é trabalhada como o resgate de sentidos conferidos ao mundo, como a produção social e histórica se apresenta através do tempo, manifestando-se em valores, em modos de existir, objetos e práticas.

O conceito de cultura torna-se de fundamental relevância, quando aproximado das ciências antropológicas, apreendido como um sistema simbólico da ação social dando sentido às coisas, às palavras, às imagens e às ações sociais. A cultura apresenta-se como um significado, uma leitura e uma tradução da realidade por meio de formas simbólicas. Segundo o antropólogo Clifford Geertz²⁹, a cultura assume um caráter semiótico, sendo apreendida como “teias de significados compartilhados” que amarram os homens, constituindo um conjunto de significados partilhados e construídos para explicar o mundo³⁰.

A compreensão e a eficiência destes sistemas simbólico dentro da sociedade, revelados por meio das representações, são destacadas por François Dosse³¹, dando relevância aos acontecimentos invisíveis, mas não menos profundos e presentes nas práticas e na vida. O historiador deve, aqui, olhar para o passado e para os arquivos com a atenção voltada às suas ambiguidades, à sua materialidade e imaterialidade, às intenções, assim como aos silêncios, aproximando-o da vida e das experiências dos atores através de construções racionais coexistindo com as irracionais, atuando com imperativos cognitivos nas análises, nas leituras e nas interpretações das fontes. Utilizando a fala de Marcel Gauchet, François Dosse destaca que se deve optar pelo estudo das diversas durações e escalas: “É preciso utilizar o telescópio e o microscópio”. Compreendendo a evolução da lógica comportamental, deve-se explorar os sistemas de representação, identificando a “comum humanidade”, explorada por Alain Corbin, que revelará traços do passado no decorrer do tempo, o que torna o papel das representações imprescindíveis na leitura deste passado.

A leitura destes significados simbólicos ocorre a partir das práticas e das

²⁸ CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário e Imaginação na Encruzilhada*. In *Do Mundo da Imaginação à Imaginação do Mundo*, Lisboa: Fim de Século, 1999, p.93.

²⁹ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1973, p, 14-15.

³⁰ Geertz propõe uma “descrição densa”, pois a “cultura não é um poder”, mas sim um contexto. p. 24. Neste sentido, “os antropólogos não estudam as aldeias, eles estudam nas aldeias”, GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1973, p. 32.

³¹ DOSSE, François. *O Império dos Sentidos: a humanização das Ciências Humanas*. Tradução Ilka Stern Cohen. EDUSC, 2003, p.173-175.

apropriações coletivas, possibilitando a compreensão das representações culturais que são apresentadas pelos indivíduos através do seu coletivo, e pelo coletivo através dos indivíduos. O conceito de representação ganha destaque aqui, por fazer vir à tona, através da ausência, uma presença, revelando os significados que os homens guardam e elaboram a respeito da realidade, através de ideias traduzidas por imagens, discursos e práticas sociais, qualificando o mundo em que vivem e orientando seus olhares e suas percepções. É evidenciada então, a articulação destes significados, das noções de prática contra a noção de discurso e da noção de apropriação contra imposições. Essas redes de significados, rearticulados entre si, possibilitam a compreensão das representações culturais apresentadas pelos indivíduos através do seu coletivo e vice versa, configurando “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real”³², conferindo um sentido ao mundo e construindo a realidade.

O estudo das representações traz uma renovação para as práticas culturais abordadas pela História Cultural, herdeira da tradição dos *Annales*, no sentido de identificar as experiências vividas, conceito trabalhado pela Sociologia, adaptando-as ao terreno do historiador, identificando como os processos de subjetivação e de cristalização do passado se dão no presente. A pesquisa histórica apresenta, assim, uma articulação entre os registros formal e contextual e as estruturas e relações reveladas através de outros espaços, outros tempos, que constroem transversalidades apresentando fatos e atos comuns que identificam a humanidade.

A proposta da História Cultural se apresenta como uma tentativa de decifrar a realidade do passado partindo de suas representações e formas simbólicas, procurando ir ao encontro das formas discursivas e imaginadas através das quais os homens expressam a si próprios e ao mundo. Abordando os sistemas simbólicos através de ideias e imagens, a análise historiográfica volta-se ao campo do imaginário, onde a “tarefa do historiador seria captar a pluralidade dos sentidos e resgatar a construção de significados que presidem o que chamaria a representação do mundo”, sendo a História “ela própria, representação de algo que teria ocorrido um dia”³³.

O imaginário, como um sistema de ideias e imagens construídas pelos homens através do tempo, vem dar sentido e significado às coisas da vida, sendo sempre um outro real e nunca o seu contrário. Assim, nos apropriamos, transformamos, qualificamos e construímos o nosso mundo conforme a realidade apresentada, “O imaginário existe em

³² PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 39.

³³ Idem, 1995, p. 280

função do real que o produz e do social que o legitima”³⁴. O imaginário surge confirmando, negando, transfigurando ou ultrapassando a realidade, compondo-se de representações sobre o mundo vivido e experimentado, mas também sobre o que não é palpável e nem visível, como os sonhos, os desejos, os medos e os anseios de cada tempo, existindo através da realidade daqueles que o vivenciam. Captando os sentidos que os homens deram, em determinado tempo histórico, para sua realidade vivida e para si próprios, partindo de seus sentimentos e de suas razões para qualificar e orientar seu mundo, dando sentido e significado à vida, o historiador transcreverá a História.

A História, enquanto narrativa, constrói um tempo histórico a partir das relações entre dados e relatos disponíveis sobre um passado, configurando e reconfigurando imaginariamente este passado através da intriga, buscando nas representações e nas experiências os traços e os vestígios deixados no caminho, estabelecendo regimes de verdade, explica Sandra Jatahy Pesavento³⁵. Com um contrato com a verdade, o historiador elabora uma versão sobre o passado como um detetive a procura de pistas, fazendo falar os vestígios e revelando segredos, voltando o olhar para as condicionantes estabelecidas como caracterização destas verdades. Através de uma composição verossímil com o passado o historiador tem a tarefa de compreender e narrar intrigas humanas, “A História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas”.

O trabalho do historiador passa pela perspectiva interpretativa, onde o acontecimento faz parte das fontes integrantes da construção narrativa, existindo a partir do enredo, como parte da narrativa, engendrando sentidos diferentes daqueles que foram por si só o acontecimento, numa relação que não vê o passado como um dado estático e imparcial, mas sim com a própria representação do acontecimento em si.

Neste movimento de revisitação do passado, explica Dosse, a redefinição da noção de acontecimento sugere, então, uma abordagem reflexiva e interpretativa, interrogando e vasculhando as fontes, encontrando nos vestígios as relações de interdependência com a pluralidade do contexto, resgatando os sentidos na construção de significados que existem nas representações deste passado³⁶. O imaginário representa aqui, um ponto fundamental para a construção da história, relacionando o tempo vivido ao tempo do mundo, através de conectores que assegurem a virtude de tornarem o tempo legível aos olhos humanos.

Neste sentido, a abordagem do fenômeno urbano como objeto de reflexão, a partir

³⁴ Idem, 2006, p. 50

³⁵ Idem, 2003, p. 47-51

³⁶ DOSSE, François. *O Império dos Sentidos: a humanização das Ciências Humanas*. Tradução Ilka Stern Cohen. EDUSC, 2003, p. 92

de suas representações e de seus imaginários sociais, proporciona o resgate das ações humanas coletivas e individuais, compondo um conjunto de significados que nos levam a compreender as relações de origem e de construção das estruturas físicas da cidade, assim como de suas sociabilidades. Enquanto obras individuais, as cidades são um registro das ações sociais e das transformações que seus habitantes impõem no tempo e no espaço, construindo e acumulando bens culturais.

“[...] Horizonte saturado de inscrições, depósito em que se acumulam vestígios arqueológicos, antigos monumentos, traços de memória e o imaginário criado. Sobreposição de inúmeras camadas de material, acúmulo de coisas que se recusam a partir. Esse cruzamento entre diferentes espaços e tempos, entre diversos suportes e tipos de imagem, é que constitui a paisagem da cidade”³⁷.

Mais do que uma forma física, a cidade é, sobretudo, uma imagem ordenada, um cenário criado conforme os desejos, as vontades e os espíritos dos homens no decorrer do tempo, é uma floresta de signos e de sentidos, que possibilita o conhecimento da evolução da civilização. As cidades são os laboratórios onde as formas sociais são inventadas, onde as relações humanas acontecem. Para Pesavento, resgatar a história cultural do urbano é ir ao encontro do cruzamento dos dados objetivos com as formas de discursos e imagens, possibilitando leituras da cidade através de suas representações simbólicas³⁸.

1.2. O pensamento urbano e a Cidade Moderna do século XIX-XX

Ao visitarmos as cidades, surgem novas possibilidades de leitura. O olhar do arquiteto e urbanista, que nos foi lapidado e encorajado, tem a cidade através da concepção e da interpretação dos riscos e rabiscos que os recursos visuais do desenho possibilitam, tendo como ponto de partida os textos e texturas impregnados em suas construções materiais, onde o foco de atuação e de interesse se dá pelos planos de construção de novas cidades e pelos projetos de intervenção no ambiente urbano. As construções sociais, pouco exploradas nas disciplinas ligadas ao campo da Arquitetura e do Urbanismo, ganham relevância e destaque no contato com a História³⁹.

³⁷ PEIXOTO, Nelson Brissac. Paisagens urbanas. 2º. ed. São Paulo: Senac, 1996, p. 10

³⁸ PESAVENTO, Sandra J. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 8, nº16, 1995, p. 282

³⁹ FARIA, Rodrigo Santos de. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso*

A possibilidade que se abre é a leitura da cidade através de outros ‘textos’. A cidade enquanto construção humana, vivenciada e gerida por diferentes grupos sociais, configurando redes de sociabilidades diversas, onde o sujeito social e sua ação no tempo ganha destaque no olhar do historiador. Para Rodrigo Santos de Faria, o exercício de interpretação da cidade, a partir do contato da História com a Arquitetura e Urbanismo, engendra recursos exploratórios que vão além do conteúdo material, abarcando, a partir do recurso textual, das palavras e dos discursos que perpassam as ações humanas no passado, a construção do urbano a partir de suas estruturas sociais⁴⁰. A necessidade de explorar todas as instâncias da vida, na construção social e espacial, se descortina como complementar para a apreensão, interpretação e narrativa da cidade, “uma forma interdisciplinar de pensar a cidade, como de fato deve ser pensado”⁴¹.

Stella Brescianni explica que as cidades são uma experiência visual: “um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas”⁴². A definição de cidade não se dá apenas pela sua localização ou característica física, mas também ao que lhe acrescentam os homens. Neste sentido, Raquel Rolnik⁴³, na tentativa de buscar uma definição da cidade no decorrer da história, procura no conjunto de todas as cidades, partindo de suas organizações espaciais e seus poderes políticos, econômicos e sociais, alguns sentidos básicos. Assim, a autora destaca quatro significados que perpassam a construção e o pensamento urbano.

O primeiro sentido seria a “cidade como imã”, onde o espaço material torna-se um campo magnético que atrai e concentra os homens, a partir da apropriação e da modificação material e ritual do território, construindo, assim, o material simbólico que inclui e identifica a coletividade. O segundo, a “cidade como escrita” demonstra que a

da higiene, beleza e disciplina. (Dissertação de Mestrado) UNICAMP. 2003. p 13-14. O autor, graduado em Arquitetura e Urbanismo, descreve um sentimento de “Estranhamento” ao se deparar com o campo conceitual e metodológico da História, apresentando novos olhares, onde o contato-contágio se faz enriquecedor na construção da História Urbana. Conseguir olhar não só para o que antecede a cidade, como fazem os Arquitetos, pois assim estaremos “legitimando a imposição da cidade abstrata pelo urbanismo, o modelo de todas as cidades”. Assim, a História vem permitir uma atuação voltada aos significados do urbanismo através de “estudos direcionados às questões epistemológicas da chamada ciência da cidade, dos sentidos das suas palavras e teorias”, o que no Brasil ainda se configura um campo pouco explorado. Farias enfatiza ainda, que os trabalhos existentes, na sua maioria são de historiadores que transitam pelo campo da Arquitetura e Urbanismo e poucos são os arquitetos urbanistas que circulam nas discussões colocadas dentro da História.

⁴⁰ Ibidem, 2003, p. 10-11

⁴¹ Ibidem, 2003, p. 21

⁴² BRESCIANNI, Maria Stella. *História e Historiografia das Cidades*. In.: Freitas, Marcos Cezar (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 237.

⁴³ ROLNIK, Raquel. *O que é Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995. Coleção primeiros passos; 2003, p. 09-30

organização social da cidade, a dimensão da vida e das sociabilidades, anda junta com a invenção da escrita, assim se registra a acumulação de riquezas e de conhecimento. Habitar, aqui, ganha uma nova dimensão, “uma vez que se fixa em uma memória que, ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte”⁴⁴. Na cidade como escrita, não serão somente os textos, documentos, relatos e inventários que fixarão esta memória, mas a própria arquitetura e paisagem urbana se empenham em documentar e registrar a vida e as experiências humanas.

O terceiro sentido seria a “cidade como política”, onde as organizações dos espaços e de suas arquiteturas se definem pela imposição do poder, seja ele divino, poder dos reis, na dominação militar ou na dominação do estado. A autora resgata o significado de ‘civitas’ e da ‘pólis’ do mundo clássico, onde ser habitante da cidade corresponde a participar de alguma forma da vida pública, mesmo que muitas vezes esta participação seja a submissão à regras e regulamentos, mas num tempo em que os interesses eram internos e se relacionavam com a produção social do espaço, onde o material e o simbólico significavam e construíam a vida. O quarto e último sentido destacado pela autora é a “cidade como mercado”, onde as possibilidades de troca e colaboração entre os homens potencializa sua capacidade produtiva e os fazem partícipes da construção urbana.

Foi a partir da cidade mercantilista e capitalista, evidenciada na Idade Média e consolidada com a época da Revolução Industrial, que estes sentidos tomam outras configurações e delineiam outros interesses, afirmando a segregação social e espacial, modificando as relações de poder, de comando e de interesses na produção e no uso do espaço urbano. Com a indústria, a cidade apresenta seu maior espetáculo: o processo de urbanização.

“A indústria colocou para as cidades questões novas – ela é ao mesmo tempo seu espetáculo e seu inferno. É sob seu desígnio que se gera a diversidade – de produtos, de populações – que faz a cidade industrial um universo estimulante e vibrante; que faz com que se amplie ao infinito a capacidade humana de inventar.”⁴⁵.

Também na tentativa de achar os sentidos da cidade, Leonardo Benevolo⁴⁶ explica através da história, como a forma física da invenção urbana se relacionou com o desenvolvimento da sociedade civil e em certos casos, antecipou o desenvolvimento do

⁴⁴ Ibidem, 1995, p. 16

⁴⁵ ibidem, 1995, p. 83

⁴⁶ BENEVOLO, Leonardo. *A Cidade e o Arquiteto: método e história da arquitetura*. [tradução Attilio Cancian]. 2º edição - 2º reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2006.

corpo social. Destacando as cidades até a Idade Média, o autor explica como a forma material do organismo urbano correspondeu à forma política da cidade, conectando as características físicas com todos os setores na vida urbana (econômicos, sociais, administrativos), contendo numerosas informações sobre as particularidades desta sociedade e revelando a correspondência entre o ‘evento e o ambiente’⁴⁷. Assim, classifica dois sentidos e significados para a palavra cidade: o primeiro desaparece com o tempo e é identificado como a própria sociedade civil, recebendo uma definição empírica da cidade, quando o homem introduz no ambiente natural, artefatos que possibilitam diversas experiências, assim “a recuperação e o estudo da cidade abarca todos os setores da estrutura social e cultural”⁴⁸. O outro sentido, encerra Benévolo, é mais durável e indica a situação física e material desta determinada sociedade, oferecendo uma definição cultural da cidade, a partir da leitura e da organização das experiências.

O que nos faz interessante destacar na análise do autor, é como o desenvolvimento material e tecnológico da cidade do século XIX, configuram novas necessidades e aparelhagens materializadas no espaço, instigando o processo de desenvolvimento das formas políticas, administrativas e de gestão. Assim o autor conceitua cinco modelos de cidades que se constroem a partir do ambiente da revolução industrial e que se desenvolvem no decorrer da História, partindo das formas de administração como critério discriminante e determinante da produção do espaço⁴⁹.

Num primeiro momento temos a “cidade liberal”, explica Benevolo, que apresenta a desordem e métodos tradicionais, ainda sem uma intervenção pública adequada de controle, expondo as “mudanças materiais que o desenvolvimento econômico produziu”. Neste momento surgem as críticas ao modelo e aos regulamentos tradicionais, mas ainda se acredita “na possibilidade de um equilíbrio espontâneo, conseguido pela livre combinação de iniciativas parciais”. Esta realidade dura até metade do século XIX. O segundo modelo é a “cidade pós-liberal”, configurada por um programa político mais amplo, no “momento em que são colocados em prática um controle público do desenvolvimento urbano complementar e combinado com a liberdade das iniciativas privadas”. Aqui são definidos e solidificados os poderes da burocracia e da propriedade, configurando os interesses da classe burguesa versus a ameaça do proletariado, assim existe a presença dos operários como força de trabalho no contexto urbano se modificando espacialmente, “mas não como

⁴⁷ Ibidem, 2006, p. 14.

⁴⁸ Ibidem, 2006, p. 17.

⁴⁹ Ibidem, 2006, p. 23.

usuários da cidade que é feita em função do assentamento burguês”.

O quarto modelo descrito pelo autor é a “cidade pós-liberal corrigida” que se aplica a partir de 1890, configurando “um sistema racional de corretivos que se referem, sobretudo, à oferta de acomodações populares construídas ou facilitadas pelas administrações” onde o financiamento destas obras se dá a partir dos interesses e dos mecanismos propostos pela iniciativa privada. A “cidade moderna”, o quarto modelo descrito, demonstra a “alternativa completa para a cidade pós-liberal, pensada e construída pelas pesquisas arquitetônicas modernas do pós guerra”. O planejamento aqui, busca sua materialidade primeiro nas habitações, seguindo para uma escala maior de abrangência – bairros, cidades, até alcançar o sistema de jurisdição territorial -, porém encontra grande resistência para se concretizar, principalmente do sistema vigente que seleciona os resultados que atendam os interesses fundamentais dos programas públicos. Assim, a partir deste contexto, nasce o último tipo de cidade, a “cidade pós-liberal corrigida” onde prevalecem os instrumentos políticos de gestão e de controle sobre a materialidade e a simbologia da vida, determinando os usos da cidade através do controle e da coerção em favor dos grupos dominantes⁵⁰.

Estas modificações vão provocar, com o tempo, adaptações nos setores e nos aspectos da vida urbana, revelando diversidades e novas interpretações de todo o ciclo histórico, que emerge da imposição de novos elementos mensuráveis com as quantidades e velocidades das transformações espaciais e sociais, e dos novos instrumentos de controle e de gestão do desenvolvimento urbano.

“(…) a cidade pós liberal (com todos os defeitos técnicos) se revela uma máquina tão eficiente de controle social que as classes dominantes – aquelas no poder na segunda metade do século XIX e as que tomarão o seu lugar mais tarde – quererão conserva-la o maior tempo possível: nisso aplicarão alguns corretivos se a margem de controle político for considerada suficientemente ampla, mas aceitarão também as mais evidentes contradições técnicas e econômicas (agravadas paulatinamente pelo desenvolvimento tecnológico e pelo crescimento demográfico) a fim de não pôr em perigo os mecanismos fundamentais que defendem as relações de poder entre os grupos e as classes”⁵¹

Muitas foram as ideias e pensamentos dirigidos sobre a realidade social, econômica, política e cultural que a cidade do século XIX apresentou em sua paisagem e em suas vivências. O importante aqui é destacar a formação do pensamento do Urbanismo

⁵⁰ Ibidem, 2006, p. 23-25.

⁵¹ Ibidem, 2006, p. 25- 26.

Moderno, enquanto discurso e projeto se afirmando como ciência urbana e servindo de ‘modelo’ para as práticas de intervenção na cidade da época. O Urbanismo, como disciplina, surge privilegiando-se como interlocutor do discurso sobre as questões urbanas e tomando para si o direito da ‘observação’⁵² da cidade enquanto método científico, tanto atuando e transformando o espaço, como também construindo novas sensibilidades.

O que queremos é refletir sobre este Urbanismo a partir do olhar do urbanista e do historiador, respeitando suas estruturas conceituais próprias, mas tomando partido da interdisciplinaridade, do ‘contato-contágio’, na tentativa de buscar não a origem ou a relação de causa e efeito, mas sim entender através do percurso histórico, como a questão urbana se estruturou no e pelo debate político⁵³, orientando os saberes e as práticas já existentes, que a partir dos processos vindos com a industrialização, solidificaram e materializaram os modos de saber e de operar nas cidades. Assim, os processos descortinados nas experiências de poder e de dominação, evidentes, principalmente nos saberes e nas experiências médicas e de controle das desigualdades diante das péssimas condições de vida que se desenrolam no ambiente desde a cidade mercantilista da Idade Média, são colocados em evidência diante dos problemas decorrentes do crescimento industrial das cidades.

Benevolo demonstra no ambiente urbano⁵⁴, seis consequências da Revolução Industrial, em particular na cidade de Londres. A primeira é o aumento da população, que em 1760 era de 7 milhões e em 1830 sobe para 14 milhões, onde “Cada geração se

⁵² O tratamento dado ao tema Cidade engendra maneiras de apreensão do fenômeno urbano da época. Neste sentido Pechman destaca que os urbanistas com seus preceitos científicos e olhar clínico, “observam” a cidade, rejeitando os outros “olhares” e admitindo para si o poder de leitura das coisas urbanas a partir da legitimação científica e social, onde o “urbanismo expurga do tema urbano o conteúdo explosivo, que passa pelos seus aspectos socioeconômico-culturais”. Com isso o urbanismo científico “requalifica a cidade”. Contra esta leitura racional e científica da cidade, o autor reclama pelo “olhar sensível”, claramente demonstrada na literatura do século XIX (Baudelaire, Allan Poe, Balzac, Dickens, entre outros) revelando os segredos, os desejos e os medos que a cidade, que se quer moderna, apresenta ao homem da época, aqui, “a cidade vai sendo construída como tema, na medida em que é nela que o drama da humanidade está sendo jogado”. PECHMAN, Robert Moses (org). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 5-7

⁵³ Bresciani, em seu texto “Cidade e História”, expõe a discussão apresentada no seminário “Cidade: Urbanismo, Patrimônio e Cidadania”, em uma mesa redonda com o tema “Saberes sobre a cidade: a contribuição de diferentes áreas para o conhecimento da vida urbana”. A autora evidencia ser fundamental a ideia de conjunto na construção da história da urbanização, buscando outros vínculos culturais, políticos, filosóficos, etc, na tentativa de evitar a “leitura definitiva e ingênua”. Neste sentido ela cita o trabalho de Françoise Choay em “Urbanismo: utopias e realidades”, onde é possível encontrarmos não uma história das cidades vinculada na afirmação do “caráter puramente técnico e neutro para o urbanismo”, mas sim outras abordagens e vínculos, no caso políticos e filosóficos. Assim, outras abordagens são fundamentais para encontrarmos os preceitos que orientaram as avaliações e as intervenções nas cidades no momento em que o campo disciplinar do Urbanismo se afirmou, revelando as continuidades, as rupturas e a afirmação destes pensamentos, reconhecidos nas políticas públicas do século XX. BRESCIANI, Maria Stella. *Cidade e História*. IN.: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 17-18.

⁵⁴ BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 3º edição, 2001, p. 551-552

encontra numa situação nova, e precisa resolver novos problemas”. A segunda é o aumento de bens e de serviços, em decorrência da produção da agricultura, da indústria e no desenvolvimento das atividades terciárias, devido ao progresso tecnológico e do desenvolvimento econômico. Assim a estrutura capitalista anda junto com o desenvolvimento do consumismo. A terceira característica é a redistribuição dos habitantes no território, como consequência do aumento demográfico e das transformações da produção, onde as indústrias crescem rapidamente, recebendo grande fluxo de pessoas com o aumento natural da população e com a migração dos campos. A quarta é o desenvolvimento dos meios de comunicação, com a construção e especialização de estradas, canais navegáveis, estradas de ferro, navios a vapor, proporcionando grande mobilidade humana, de bens e de produtos. A quinta, característica é a rapidez e o caráter aberto destas transformações, concretizando os ‘tempos modernos’, onde não existe equilíbrio estável e as transformações se tornam cada vez mais profundas e mais rápidas. Aqui, o autor destaca a relação que a moradia (edifício) estabelece com o terreno, assumindo o caráter de “manufaturado provisório”, onde a localização na cidade e seu terreno edificável tornam-se um bem independente, com seus requisitos econômicos, conforme a posição, a procura, os vínculos regulamentares, etc. Podemos relacionar este fato com a especulação imobiliária tão evidente e determinante na vida das nossas cidades. A sexta e última característica, são as tendências do pensamento político na crença de corrigir os defeitos atuais com uma ação calculada. Encontramos aqui o poder e as ações das políticas públicas favorecendo a iniciativa privadas e escamoteando a vida e as condições das classes subalternas. Estas, submetidas a um ambiente físico insalubre e congestionado, colocam em risco todo território da cidade e em consequência todas as outras classes.

Construindo o desejo de transformação de sua imagem e de sua sociedade, as práticas de intervenção no espaço urbano no século XIX e início do XX, se apresentam atreladas aos preceitos da higienização, do embelezamento e da civilidade, marcadas nas ações e nas intervenções das cidades industriais, principalmente pelas experiências de Paris na segunda metade do século XIX. O que queremos atentar, num primeiro momento, é como as práticas de intervenção no espaço urbano construíram a representação de progresso da cidade, atreladas aos preceitos higienistas e disciplinadores. Importante discutir os processos e os saberes presentes na construção dos pensamentos e das ações que orientaram estas práticas de intervenção na cidade na época. Um dos caminhos, seria buscar no desenvolvimento dos saberes médicos e das leis, pensadas e executadas fora do

foco da industrialização, como determinante destes saberes e destas ações. Assim, declara Bresciani,

“O saber que se forma é arbitrário de vários outros saberes, que situados em campos diversos, num dado momento como que enfeixam um saber multifacetado sobre a cidade, designado, não como ciência urbana, porém como Ideia Sanitária”⁵⁵.

Estas ideias sanitárias têm sua formação nas questões de salubridade do ambiente e nas condições de trabalho que se apresentam fora do foco imediato das consequências da industrialização. Portanto, em busca de “seus começos”⁵⁶, é importante esclarecer como a ideia sanitária e as práticas higienistas e de controle social, estão colocadas dentro de um projeto de dominação política e econômica, atrelado à necessidade de dominação administrativa do Estado em primeiro lugar, e dos setores privados, diante da necessidade de afirmação do poder político e não apenas na intenção de solucionar os problemas dos indivíduos e do ambiente industrial. Neste sentido é interessante salientar que nas origens da urbanística moderna, as primeiras leis trabalhistas inglesas centram-se na organização do trabalho no campo, visto que no começo do século XVIII, a Inglaterra ainda é um país predominantemente rural, onde as indústrias ainda são sediadas no campo. Somente no início do século XIX, precisamente nos anos de 1830 e 1850 que nasce a urbanística moderna⁵⁷, onde a convivência dos homens na cidade industrial apresenta novos problemas de organização e uma ameaça social.

“(…) a saúde de um habitante da cidade não é mais assunto unicamente seu, porque a doença que o afeta pode contagiar os vizinhos com maiores probabilidades do que ocorre com um habitante do campo em uma casa isolada. A educação torna-se mais importante. E torna-se mais importante a responsabilidade social, o sentimento de que somos todos membros do mesmo corpo social!”⁵⁸

⁵⁵ BRESCIANI, op. cit., 2002, p. 23.

⁵⁶ Na fala de Michel Foucault, citado por Bresciani, não se deve buscar a origem de um saber, mas sim seus começos, no plural, na tentativa de encontrar pontos de apoio que facilitem sua apreensão como evolução dos pensamentos. *Ibidem*, 2002, p. 23.

⁵⁷ A lei eleitoral de 1832 na Inglaterra rompe com o vínculo que liga os direitos políticos à propriedade da terra, igualando os poderes entre os industriais e comerciantes. Assim a realidade política anda junto com a realidade econômica e social atribuindo às novas classes poder proporcional ao seu valor econômico, com isso, “abre o caminho para as reformas de todo gênero, conformes aos interesses da indústria e as exigências da nova sociedade” dominante. Neste sentido, o autor demonstra o surgimento das primeiras leis sanitárias, de propriedade e trabalhistas, que darão sentidos ao ordenamento social e espacial junto às práticas de intervenções urbanas seguintes. BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p. 70.

⁵⁸ *Ibidem*, 2001, p. 71

A respeito do controle deste corpo social, considerando as características de insalubridade e da falta de tecnologias adequadas ao controle das epidemias, contaminações e poluições, intrínsecas às cidades em processo de industrialização e de urbanização, o estudo da Medicina Social vem desempenhar uma relação importante para em seguida, se materializar no que queremos elucidar nesta pesquisa, que são as práticas de intervenção centradas no caráter higienista e disciplinador.

Em seu texto “Surgimento da medicina social”⁵⁹, Michel Foucault explica que o mundo capitalista do final do século XVIII e início do XIX, socializou a relação individual do corpo enquanto força de produção e de trabalho e que a medicina coletiva se desenvolve como uma maneira de controle da sociedade como um corpo, ou seja, o interesse é pela dimensão global da sociedade, pelo ambiente como um organismo, onde “O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política”⁶⁰. O autor irá explicar, que a relação individual do corpo como um problema de saúde, só foi entendida e desenvolvida na segunda metade do século XIX, antes disso, os problemas referentes aos indivíduos socialmente distribuídos na cidade foram entendidos e manipulados através do entendimento da medicina atrelada aos problemas de produção e do bom funcionamento do ambiente físico, onde o poder da ‘cura’ foca suas forças nos conflitos e interesses econômicos e políticos estabelecidos ideologicamente e/ou espacialmente⁶¹.

Concretizando esta maneira de olhar a cidade, confirmando uma visão dos seus elementos de maneira isolada e facilitada conforme os interesses impostos, onde seus componentes heterogêneos são destacados na tentativa de impor um sistema em que

⁵⁹ FOCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 79-98

⁶⁰ Ibidem, 1979, p. 80

⁶¹ O autor explica em seu texto que foram três as direções que corresponderam à formação da Medicina Social, cada qual em seu lugar de origem, derivando de seus contextos políticos e econômicos. A primeira acontece na Alemanha, onde se desenvolve a “Medicina de Estado” que foi a organização deste saber, a normalização da profissão e a subordinação dos profissionais à uma organização estatal. A segunda direção acontece na França, onde se desenvolve a “Medicina Urbana”, que tem, essencialmente, três grandes objetivos, primeiro é a “análise das regiões de amontoamento, de confusão e de perigos no espaço urbano”, segundo, a necessidade de controlar a circulação não dos indivíduos, mas dos elementos proliferadores de doenças, como o ar e a água, e o terceiro é a organização dos equipamentos essenciais para a vida urbana e coletiva, como habitações, sistemas de infra-estruturas ligadas às questões sanitárias, de segurança. Assim a medicina urbana se desenvolve não para “homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência”. O que prevalece aqui é a noção de salubridade como “controle político - científico deste meio” onde a medicina está focada nos problemas da cidade. A terceira direção é evidenciada na Inglaterra, onde a força de trabalho do operário e a condição dos pobres foram o objeto da medicina, no sentido de maior controle destes indivíduos tornando-os mais aptos para o trabalho e “menos perigosos às classes mais ricas”, aqui a Medicina Social inglesa realiza três sistemas superpostos e coexistentes: “uma medicina assistencial direcionada aos pobres, uma medicina administrativa encarregada de problemas gerais como vacinação, as epidemias, etc., e uma medicina privada que beneficiava quem tinha meios para pagá-la”. Ibidem, 1979, p. 79-98

prevaleça o controle e os interesses dominantes diante dos dominados, ocorre a tentativa de afirmação de um ‘modelo’ de cidade, que pretende aniquilar ou camuflar as contradições e as resistências, prevalecendo os mais ‘fortes e poderosos’. Tem-se aqui afirmado o Urbanismo ⁶², enquanto ciência da cidade, que conforme Pechman,

“pretendendo ver o invisível e revelar o oculto, a ciência quer ter descoberto a cidade sem se dar conta que a estava inventando, dando a ela uma objetividade” ⁶³.

A mais significativa transformação urbana, sendo cenário e referência para a construção da imagem e da vida moderna da época, é a Paris do século XIX, que presenciou uma extensa intervenção, promovida por Napoleão III e dirigida por Georges-Eugène Haussmann. Nas palavras de Benevolo ⁶⁴, a reforma de Paris, ocorrida entre os anos de 1851 a 1870 torna-se o modelo de intervenção urbana reconhecida por todas as cidades do mundo, da segunda metade do século XIX em diante. Dentre as transformações, engendradas por Haussmann, prefeito da cidade e arquiteto escolhido por Napoleão Bonaparte, estão: o traçado de novas ruas; grandes boulevares; construções de pontes de ferro; novos serviços primários (esgoto, iluminação a gás, rede de transporte público com ônibus puxado a cavalo); novos serviços secundários (escolas, hospitais, quartéis, prisões e parque públicos); nova estrutura administrativa da cidade e limpeza do centro com a retirada das moradias do proletariado. Estas transformações, conforme explica o autor, buscavam enobrecer o ambiente criado a partir de instrumentos urbanísticos tradicionais, exaltando a regularidade a partir da escolha de um edifício monumental antigo ou moderno como pano de fundo de cada nova rua, mantendo a uniformidade da arquitetura das fachadas, nas praças e nas ruas mais importantes. É importante ressaltar seu caráter higienista e técnico na tentativa de sanar as deficiências do ambiente, assim como a intenção disciplinadora, com o caráter político implícito, na tentativa de garantir a ordem pública contra ações de revoltas populares e barricadas, e também conquistar a simpatia popular através das reformas.

⁶² O Urbanismo como definição clássica, diretamente ligada ao contexto social e histórico do final do século XIX e início do XX, quando as atenções se voltam para o fenômeno das grandes transformações das cidades europeias, é entendido como “uma técnica de planejamento urbano que visa disciplinar o crescimento oriundo das migrações (urbanização), atender a crescente demanda por infra-estrutura, serviços e abastecimento e melhorar a qualidade de vida”. JUNIOR, Antonio José Gonçalves; SANT’ANNA, Aurélio; CARSTENS, Frederico R. S. B.; FLEITH, Rossano Lucio. *O que é Urbanismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p.17

⁶³ PECHMAN, Robert Moses. *O urbano: invenção ou descoberta? Para pensar uma história urbana*. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU). V. 1, n.1, 1990, p.30

⁶⁴ BENEVOLO, op. cit., 2001, p. 589–595

As experiências vindas com a intervenção de Paris marcaram a realidade urbana em todos os sentidos. A instalação de um novo vocabulário para ver, sentir e viver a cidade, lhe conferindo a noção de urbano e a necessidade de uma reelaboração radical em sua imagem material, tanto como espiritual e simbólica, é evidenciada pela representação do progresso e da civilidade, onde a visão da ‘vida moderna’ impõe novas sensibilidades, contrastes e resistências.

Marchall Berman⁶⁵ destaca que, para compreendermos esta visão moderna de mundo, é necessário a interdependência da relação material com a espiritual, que perpassa a vida urbana neste momento. De um lado o “modernismo”, como uma espécie de puro espírito “que se desenvolve em função dos imperativos artísticos e intelectuais autônomos”, de outro lado a “modernização” como estruturas e processos materiais (políticos, econômicos e sociais) que se desenvolvem de maneira, também, autônoma, “sem interferência dos espíritos e da alma humana”. A separação destas duas abordagens dificulta o entendimento da questão que se coloca mais marcante na vida moderna: “a fusão destas duas forças materiais e espirituais, a interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno”. Neste sentido, ser moderno revela-se como uma condição e um fato espiritual e material.

Esta realidade urbana, conforme Pesavento, escancara novas experiências materiais, mas também espirituais, abarcando o indivíduo e o coletivo, onde “viver em metrópole” traz consigo um projeto histórico chamado modernização, alimentado pelas transformações capitalistas do mundo⁶⁶. Além do olhar técnico, tem-se o olhar sensível do habitante, tendo a cidade como um cenário privilegiado para observação do mundo e das experiências. Neste sentido, o olhar sensível que abarca as questões espirituais do homem diante do mundo revela, ora um deslumbramento diante da paisagem moderna⁶⁷, ora repulsa diante dos contrastes sociais evidenciados no espaço, desenhando novas percepções da cidade. A construção destas percepções e representações da modernidade se destaca nos escritos dos romancistas e literatos que viveram os contrastes e os deslumbramentos da época, onde contam sobre as experiências e as vivências do mundo moderno em construção.

Destacamos aqui Walter Benjamin⁶⁸, seguidor de Baudelaire, que, apresenta o seu

⁶⁵ BERMAN, Marchall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo; Companhia das letras, 1986, p. 129

⁶⁶ PESAVENTO, Idem, 1999, p. 30

⁶⁷ A nova paisagem, na fala de Berman, é de engenhos a vapor, grandes fábricas automatizadas, amplas zonas industriais, ferrovias, onde a cidade assume uma velocidade e uma dinâmica de crescimento como nunca antes visto, evidenciando “aterradoras consequências para o homem”. BERMAN, op. Cit., 1986, p. 18

⁶⁸ Muitos outros pensadores e escritores da época se destacam na construção da representação do moderno

personagem *flanêur* como um observador, mas também como sujeito que sente, vibra e sofre com a cidade em movimento, revelando signos e significados, construindo a representação da cidade que se faz moderna, revelando os imaginários urbanos através das contradições, das imposições e das permanências. Benjamin constrói através da narrativa, a imagem da cidade moderna, criada e vivenciada por estas transformações, expressando a trama de relações aí implicadas, demonstrando “como a modernização da cidade simultaneamente inspira a força da modernização na alma dos seus cidadãos”⁶⁹. Seus escritos, amplamente divulgados e publicados em locais de destaque nos periódicos da época, apresentam um olhar observador sobre a ostentação e a contradição da paisagem da cidade concreta, evidenciando a vida burguesa, que fundamenta o desejo de progresso humano, versus a visão dos pobres e excluídos. Assim, suas narrativas descrevem

“(…) sobre o terror do progresso, onde a vida moderna revela uma beleza peculiar e autêntica, mas inseparável de sua miséria e ansiedade, inseparável das contas que o homem moderno tem que pagar”⁷⁰.

Os símbolos evidenciados na representação da modernidade são: a “fluidez”, vinda das realizações técnicas dos meios de transporte, principalmente das ferrovias, tomando todas as formas da existência e das vivências, e a “qualidade atmosférica”, configurada nas práticas higienistas a fim de remediar as carências sanitárias das instalações físicas, onde “o maravilhoso nos envolve e nos embebe como uma atmosfera”. Estes atributos, fundamentais em todos os campos da vida, são apresentados nas práticas de intervenção urbana e arquitetônica, na literatura, na pintura⁷¹. Neste sentido, afirma Berman,

“O motivo burguês fundamental, aqui, é o desejo de progresso humano infinito não só da economia, mas universalmente nas esferas da política e da cultura”⁷².

A representação de modernidade que a Paris do século XIX nos apresenta, transformada pelo projeto de remodelação urbana, junto à efervescência produtiva cultural, principalmente dos escritores que narraram a vida e as vivências deste momento, confirmam a criação do imaginário urbano moderno, explica Pesavento, onde a cidade

materializado na concretude da vida urbana. Destacamos Walter Benjamin por ser considerado um dos mais representativos escritores urbanos, que seguindo a obra de Baudelaire, revela e descreve a modernidade a partir da Paris em processo de transformação, sendo espectador e usuário da cidade.

⁶⁹ Ibidem, 1986, p.143

⁷⁰ Ibidem, 1986, p. 138

⁷¹ Ibidem, 1986, p. 140-141

⁷² Ibidem, 1986, p. 132

“era, por excelência, o teatro desse processo de modernidade”⁷³. Assim, conclui a autora, Paris se transformou no “paradigma da cidade moderna, metonímia da modernidade urbana”. Este ‘modelo’ de cidade moderna vai se espalhar pelo mundo, inspirando muitas outras cidades, inclusive as brasileiras.

Mas, sendo as representações parte integrante daquilo que chamamos de real, desempenhando uma das possibilidades deste real e não o seu contrário, e, em sendo as representações matrizes geradoras de práticas sociais, demonstrando um esforço de revelar, ocultar, tanto através de imagens reais (arquitetura, reformas no tecido urbano), como imagens metafóricas (pintura, literatura, discurso técnico higienista)⁷⁴, confirma-se a existência de outras formas de representação dentro desta cidade idealizada moderna, partindo de outros ângulos e de outros lugares de apreensão. O corpo de ideias que o nosso olhar se propõe enquadrar não são somente nestas

“(…) representações da cidade provocadas pela narrativa que inventa o urbano, a meu ver, absorvidas como se fossem as verdades únicas da cidade, como se fossem fatos históricos naturais da cidade. O “fato urbano” não está pronto na cidade para o historiador dele fazer história. Por isso mesmo é a invenção do historiador que dá sentido ao rumo que a história urbana toma”⁷⁵.

Buscamos aqui, contrapor a ideia de descoberta que se opõe a ideia de invenção, onde o historiador revela, na trama urbana, novos fios e novas portas, para então costurar e construir novas aparências e revelar novos rostos. Neste sentido nos interessa ir além da leitura da cidade materializada através dos procedimentos da técnica que o urbanismo preconizou, centrado nas questões sanitárias, disciplinadoras, do embelezamento e da civilidade, tendo como objetivo a racionalização e a purificação da cidade, construindo a representação da modernidade urbana. Na fala de Roncayolo, citado por Pesavento, temos aqui a visão da cidade transformada através das práticas definidas e orientada pelos “produtores do espaço”⁷⁶, que constroem junto à sua materialidade, uma maneira de pensá-la, de vivê-la e de sonhá-la, onde “há a projeção de uma cidade que se quer

⁷³ PESAVENTO, Idem, 1999, p. 31

⁷⁴ PESAVENTO, Idem, 1995, p. 181

⁷⁵ PECHMAN, op. Cit., 1990, p.34

⁷⁶ Para Marcel Roncayolo, os “produtores da cidade” seriam as classes dominantes ou elites dirigentes, e os “profissionais da cidade: arquitetos, urbanistas, engenheiros, médicos sanitaristas e demais técnicos burocratas encarregados de implementar os equipamentos necessários à intervenção urbana”. Em contraponto, existem também os “consumidores do espaço”, que seriam os habitantes da cidade. Importante destacar que esta análise parte de uma datação precisa, a cidade do século XIX. PESAVENTO, Sandra J. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 8, nº16, p. 279-290, 1995, p. 182.

imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem, plano que pode vir a realizar-se ou não”. Portanto, além da cidade desejada pelos “produtores da cidade”, temos a cidade dos “consumidores do espaço”, que para Roncayolo, não são atores passivos e muito menos legitimam estas representações impostas de cima, mas são

“(…) capazes de metabolizar as atribuições e designações referentes a espaços e vivências e depois formular suas próprias elaborações simbólicas”⁷⁷.

Os homens comuns, trabalhadores e habitantes da cidade, personagens excluídos do processo de modernização da cidade, se mostram participantes do processo, mesmo que seja a partir das reivindicações, das resistências, burlando normas e regras e construindo novas tramas e outras possibilidades de participação e de apropriação, evidenciando as identidades sociais e confirmando, através das práticas sociais, a construção de suas experiências urbanas e humanas. Nosso objetivo é olhar a cidade também através de suas sociabilidades, onde a noção de habitar⁷⁸ a cidade ganha sentido como o lugar do homem, como obra coletiva, como moradia construída a partir das relações sociais, em que,

“(…) ao lado das imagens icônicas da materialidade urbana, há toda uma outra linha de representação que exhibe a cidade através de sua população, com suas ruas movimentadas, o povo a habitá-la, a mostrar sua presença e também sua diversidade, em imagens ora ternas, ora terríveis a contemplar”⁷⁹.

É através do cotidiano que a cidade apresenta suas sociabilidades, onde os homens se apropriam do seu traçado urbano, das suas formas arquitetônicas, de seus patrimônios naturais, e assim, a cidade vai sendo construída e significada. As apropriações dos espaços e das formas visuais constroem significados e referências, de pertencimento e de identidade, onde o espaço, declara Pesavento, se transforma em lugar “portador de um significado e de uma memória”⁸⁰, onde o imaginário, como sistema de ideias e de imagens construídas a partir das representações coletivas, permite inventar e criar um outro real, que nomeia e qualifica, também, outros significados para a cidade e seus lugares. Neste

⁷⁷ Ibidem, 1995, p. 182

⁷⁸ Vale destacar aqui a diferença entre “habitar” e “habitat” desenvolvida por Henri Lefebvre. “Habitar” seria “participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade” explicitando um sentido de pertencimento e de apropriação da cidade enquanto participante desta. E o “habitat” significa a ascensão à propriedade, onde a capacidade criadora e a consciência urbana se dissipam. LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991, p. 16-17.

⁷⁹ PESAVENTO, Idem, 2007, p. 14.

⁸⁰ Ibidem, 2007, p. 15.

sentido, abordando outros reais possíveis, queremos encontrar outros significados evidenciados na cidade a partir da apropriação e da construção simbólica que os espaços excluídos da lógica moderna apresentaram a cidade da época.

Neste sentido, o nosso olhar se direciona para cidade de Manaus na segunda metade do século XIX, início do XX, na tentativa de encontrar, no cruzamento da materialidade construída e vivida pelos “produtores e construtores da cidade”, a vida e as vivências dos “consumidores do espaço” a partir dos igarapés. Aprender como a representação da imagem moderna de cidade construiu um novo real diante da cidade existente, e, a partir dos contrastes, entender como as práticas sociais, evidenciadas pela experiência dos sujeitos, demonstraram suas sociabilidades diante deste patrimônio cultural/natural, construindo suas representações simbólicas. Decifrar nos igarapés a projeção do seu imaginário no espaço urbano, a partir de sua forma, sua função, usos e inserção na vida e nas vivências da cidade ⁸¹ transformada pelos preceitos da modernidade. Como estes lugares de memória da cidade, os igarapés, foram usados, velados, imaginados e desejados, na tentativa de compreender a cidade como local de aprendizado da história e da trajetória de uma sociedade no tempo.

1.3. Manaus e seus igarapés: urbanização e representação do progresso

A cidade de Manaus, no final do século XIX e início do século XX, vivenciou um universo de ideias e práticas sustentadas pela representação simbólica sugerida pela imagem de cidade moderna e civilizada, vinculadas pelos discursos e experiências vindos das cidades europeias, principalmente de Paris. O ideal moderno vinha estruturado em práticas de melhoramento e embelezamento urbano, engendradas por um conjunto de intervenções pontuais, dominadas e geridas pelo Estado e pela elite, que se solidificavam com o crescimento econômico vindo da exploração e comercialização da borracha.

Estas práticas foram sustentadas pelas Posturas Municipais, privilegiando os interesses da elite e orientadas por um caráter higienista, estético e disciplinador. A representação de cidade moderna foi sendo construída e sustentada pela imposição do poder, atreladas às questões econômicas, políticas e culturais de exemplos e interesses distantes, configurada pelo processo técnico e civilizador que se materializou no espaço e

⁸¹ Ibidem, 2007, p. 23.

na vida da cidade. Negando, desprezando e velando suas especificidades históricas e geográficas, a representação da cidade moderna e desejada, conduzida e materializada pelos construtores e produtores da cidade ⁸², se impôs diante da cidade existente, vivida, sentida e consumida pelos habitantes do lugar. Assim, as “intervenções feitas pelo Estado estavam estruturadas em um modelo de discurso hegemônico” ⁸³, que segundo Mesquita, reproduzia os exemplos idealizados e experienciados em outras realidades, completamente diferentes da que a Amazônia e a cidade de Manaus apresentavam.

O olhar se concentra nas transformações vividas pela cidade da época, a partir da leitura das formas, usos e significados que os igarapés desempenharam na materialização do espaço e no imaginário coletivo. A partir dos desenhos, imagens e discursos, evidenciados pela representação da cidade desejada e construída, em contraponto a cidade existente e vivida pelos habitantes comuns ⁸⁴, buscamos demonstrar como essas práticas de intervenções, calcadas nos preceitos modernos de aparelhar a cidade com a imagem e os equipamentos do progresso, negou e velou as especificidades sociais e culturais enraizadas no cotidiano da cidade existente, tendo como foco de atenção os igarapés, lugar de referência, produtores de cultura, de identidade e de sociabilidade.

O olhar que se foca nos igarapés, não pretende a leitura de suas condicionantes ambientais e naturais que evidenciem o sentido biológico e ecológico que estes elementos geográficos desempenham na paisagem e na topografia da cidade, mas, sim como patrimônio cultural, onde o interesse se dá através da leitura de suas sociabilidades, de sua representação criada, gerida e consumida, enquanto elementos proliferadores de cultura, que significam a vida e que constroem imaginários. Contamos sobre o papel dos igarapés na representação ‘das cidades’, aquela que o absorve na tentativa de destruição de sua imagem e de sua realidade, em busca de aparelhar e de embelezar a cidade moderna, e

⁸² Sobre os “construtores da cidade” e os “consumidores do espaço”, Pesavento, referenciando Roncayoclo explica o papel das transformações determinadas pelas classes dominantes ou elites dirigentes em detrimento dos usuários, consumidores e habitantes comuns da cidade. *Ibidem* p. 182

⁸³ MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890 – 1900)*. Manaus: Editora Edua, 2009, p. 135

⁸⁴ Tendo como referência o trabalho de Sebastião Rocha da Silva Filho – “A organização do serviço sanitário de Manaus: sanitaristas e suas práticas de intervenção (1891 – 1920)”, p. 29, consideramos habitantes comuns ou camadas populares os negros, mestiços/caboclos e nordestinos. O autor faz referência a dois trabalhos; um de Tenner Inauhiny de Abreu, “Nascido no Grêmio da Sociedade: Racialização e mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas(1850-1889)”, p. 69, onde este autor explica que na província a população era dividida em raças branca, parda, preta e cabocla, sendo sua maioria cabocla (regional). O outro trabalho citado é de Francisca Deusa Sena da Costa, “*Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus*” (1890- 1915), p. 41-42, que afirma sobre a composição populacional, composta na sua maioria de mestiço nativo e nordestino. Nosso critério para estabelecer esta categoria está intimamente ligado aos homens que habitavam e/ou utilizavam os igarapés, quando este foi excluído do desenho da ‘cidade desejada’, determinando uma exclusão não apenas social desta população, mas sócio espacial.

aquela que o absorve para a construção e contemplação da vida. Os igarapés, como elemento da cultura de um povo, geradores de experiências⁸⁵ e vivências, pontuam, nas permanências e nas rupturas, as práticas sociais e as formas de construção da vida no cotidiano urbano da época.

A observação que se estende pela cidade de Manaus focando os igarapés, tem o objetivo de entender as representações e os imaginários, através dos registros deixados pelas imagens, discursos e experiências sociais, onde os procedimentos para a leitura da cidade do passado são apoiados nos paradigmas da cultura, buscando revelar os significados das experiências materializadas no espaço do cotidiano da cidade e em seu desenho.

Apoiados nos paradigmas centrados na cultura, cruzando as práticas sociais, vistas como experiências, com as imagens e discursos de representação do real, utilizaremos como procedimento metodológico na leitura dos conceitos da representação e do imaginário, as técnicas evidenciadas por Pesavento⁸⁶ que, partindo da estratégia metodológica “detetivesca da montagem por contraste e justaposição” permite ao historiador, a possibilidade de “resgatar o que pensava ou tentavam expressar os homens do passado”, referenciando os procedimentos metodológicos propostos no pensamento de Carlo Ginzburg (1990). O autor defende que o trabalho do historiador, na construção da narrativa do passado, se assemelha como um trabalho detetivesco, onde o conhecimento é “indiciário e fragmental”, sendo a tarefa do historiador “escovar a história a contrapelo” na tentativa de buscar evidências e sinais nos elementos marginais e residuais, permitindo assim, desvendar significados. Pesavento atenta para a técnica de inteligibilidade proposta por Willi Bolle em “A fisionomia da metrópole moderna” (1994: 98), onde o autor explica que para “radiografar o imaginário” o trabalho do historiador deve ser conduzido pela “montagem por superposição”, partindo da justaposição das imagens, dos discursos, dos eventos, dos personagens e das performances “reais” ou “imaginárias” apresentadas no espaço urbano, possibilitando, assim, a construção de um “quadro de contingências”, evidenciando o referencial de circunstâncias que se apresentam na contextualização da época.

Junto a outro procedimento metodológico, tendo os escritos de Walter Benjamin

⁸⁵ O conceito de experiência coletiva, para Thompson, vem evidenciar-se como prática criadora de conexões com a dinâmica cultural, significando o coletivo e sendo por ele significado. Aqui, evidencia-se a tradição, a consciência de um grupo, comandando o espírito do homem e o objetivo da vida. THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 150-440.

⁸⁶ PESAVENTO, Idem, 1995, p. 286-287.

como exemplo, Bolle indica os procedimentos para revelar as representações da cidade, através do “choque contrastivo”, onde “através do cruzamento das imagens contrárias” é possível revelar e evidenciar a coerência de sentido de uma época (o progresso x tradição, o imaginário dos produtores da cidade x o imaginário dos consumidores da cidade, a visão da elite x os deserdados do sistema, a imagem do centro x a imagem dos bairros). Assim, as técnicas de contrastes e de montagem por superposição andam juntas quando “o historiador tanto se vale de uma quanto de outra, contextualizando e opondo imagens e discursos antitéticos, na busca de significados e correspondências”⁸⁷.

Nosso objetivo, portanto, é revelar as representações e os imaginários urbanos, partindo da contextualização das ações e das experiências dos personagens, das imagens, dos discursos e dos eventos presentes nas narrativas dos documentos, evidenciando o contraste entre as duas cidades. A dos ‘produtores e construtores’, a moderna e próspera que se desenhava como o ‘modelo’ do progresso, e, a existente - a dos consumidores do espaço -, onde as resistências e as permanências prevalecem na apropriação dos igarapés e na construção do cotidiano urbano.

A história de Manaus se confunde com a própria história de ocupação de seus igarapés. Foram estes elementos naturais, o rio e os igarapés, que orientaram a formação e a construção da cidade e de seu imaginário social. A união do homem ao rio é demonstrada na condição mística e geradora das vivências e das experiências humanas na Amazônia.

“O homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos da vida regional”⁸⁸.

⁸⁷ PESAVENTO, Idem, 1999, p. 21

⁸⁸ TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 9ªed. rev. Manaus: Editora Valer/ Edições Governo do Estado, 2000, p. 227



FIGURA 1
Apropriação do igarapé pelas lavadeiras e embarcações, Bairro Colônia Oliveira Machado.
Álbum do Amazonas 1901-1902.
Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA)



FIGURA 2
Crianças na beira do igarapé da Cachoeirinha e embarcação, 1902, Rua Municipal 2ª ponte
Fonte: Álbum do Amazonas 1901-1902..
Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA.)



FIGURA 3

Embarcações em um igarapé de Manaus – 1902. Foto de Fidanza.

Provavelmente trata-se do igarapé da Cachoeirinha.

Fonte: <http://manausdeantigamente.blogspot.com.br>. Acessado em 27/10/2013

Ao mesmo tempo em que os igarapés ofereciam e supriam as condições necessárias mais elementares para a vida da população da cidade, como transporte, alimentação, lazer e comunicação, eram encarados pelos construtores da cidade, como empecilhos para o crescimento e para o avanço desejado, assim como sua cultura e modos de vida desprezados. As primeiras propostas e tentativas de ações engendradas pelo poder público, através das intervenções de ‘melhoramentos’ para a cidade desde a segunda metade do século XIX, se intensificando no final do século XIX e começo do XX, demonstraram a necessidade em superar as condições e manifestações naturais que a vegetação, a topografia e a ação das águas dos igarapés impunham. Segundo Francisca Deusa Sena da Costa⁸⁹, o processo de modernização de Manaus, ocorrido na segunda metade do século XIX e início do XX, aconteceu evidenciando os interesses de uma elite mercantil e política, articuladas pelo poder público e privado. Construindo a “cidade monumental” e civilizada com grandes prédios públicos, ajardinamentos de praças, grandes avenidas, serviços públicos, como luz elétrica, água encanada, serviço de esgoto, coleta de lixo,

⁸⁹ COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaçar a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890 – 1915)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: 1997 p. 88-89.

serviço de bonde, e principalmente estabelecimentos comerciais e culturais que lembrassem a cultura europeia e cosmopolita, como lojas e restaurantes de luxo, confirmando a representação de uma cidade e de uma cultura que se fazia desejada. Conforme Sêga, na segunda metade do século XIX, com a consolidação mundial do capitalismo monopolista, o cenário das cidades tende a se equipar com os padrões de uma sociedade capitalista, implantando intervenções de melhoramento e embelezamento, que ofereçam serviços, que concentrassem unidades produtivas, que estimulassem o mercado consumidor e que organizassem e disciplinassem a massa trabalhadora. Assim, os modos de vida da civilização europeia ocidental passa a ser o “adotado como modelo por todos os povos”⁹⁰.

Conforme Pesavento, estas políticas de melhoramento da época, apontam ao imaginário social das cidades-metrópoles como uma referência conceitual vigente no mundo capitalista, norteando o pensamento dos ‘construtores’ das cidades do final do século XIX e início do século XX, sendo guiadas pela “representação simbólica da modernidade desejada”⁹¹. Assim, os igarapés da cidade são vistos como obstáculos para o crescimento e o desenvolvimento urbano, além de elementos possuidores e proliferadores de doenças. Notamos que, mesmo antes de 1880, período que a cidade materializa as transformações em sua vida e em seu desenho, as falas, mensagens e relatórios da época apresentam esta acusação, como por exemplo, no Anexo sobre o estado sanitário da Província do Relatório do Presidente Silverio José Nery, em 1854 que diz:

“Devo contudo lembrar, como cousa de urgente necessidade, a limpeza dos igarapés, que penetram o coração da capital, pois como todos sabem, é uma poderosa causa de moléstias o contacto com a água e vegetaes arrancados da terra”⁹².

A concepção de cidade como centro civilizador, ia contra a imagem que a capital da Província do Amazonas apresentava, definida pelos espaços e hábitos considerados não civilizados, selvagens e rústicos aos olhares dos homens de longe⁹³. As imposições e

⁹⁰ SÊGA, Rafael Augustus. Os Melhoramentos urbanos como estratégia de dominação social. Porto Alegre: Anos 90, Revista do Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, n 14, dezembro de 2000, p. 218.

⁹¹ PESAVENTO, Idem, 1995, , p. 282.

⁹² NERY, Coronel Silverio José. Anexo sobre as informações sobre o estado sanitário da Província do Amazonas, 16 de julho de 1854, p. 328. Relatório do Presidente da Província do Amazonas reeditado em 1906, pelo Governador Antonio Constantino Nery, Volume I, 1852-1856.

⁹³ A “civilização de palha”, segundo José Ribamar Bessa Freire, teve sua origem marcada pela cultura indígena do ponto de vista histórico, cultural e ecológico, sendo resultado da experiência milenar e coletiva que desde um passado distante, vem sofrendo a negação de suas características e especificidades em decorrência da ideologia dominante que teima em considera-la “atrasada, bárbara e não histórica”. FREIRE,

orientações dispostas nos Códigos de Posturas⁹⁴, desde o início da segunda metade do século XIX, demonstram a necessidade de organizar a feição e a imagem da cidade e de orientar e normatizar os comportamentos sociais, revelando novos padrões, que segundo Mesquita, tinha o intuito de promover a transformação de seus costumes introduzindo hábitos “mais civilizados”, negando os costumes, os valores e a cultura enraizada e vivida pelos homens comuns da época⁹⁵.

A partir, aproximadamente, de 1870, Manaus começa a viver o crescimento da exploração e da importação da borracha, configurando um período de grande riqueza econômica e de uma série de transformações que modificará a imagem e a estrutura física⁹⁶ da cidade. As obras arquitetônicas e intervenções urbanísticas apresentam-se em grande quantidade, velocidade e grandiosidade, proporcionando a cidade uma série de transformações baseadas em projetos que alteraram significativamente sua forma urbana, suas práticas sociais e, conseqüentemente, as relações simbólicas dos seus habitantes em relação ao cotidiano vivido. Conforme padrões europeus vigentes na época, Eduardo Ribeiro, que governou a cidade entre os anos de 1892 a 1896, esteve à frente de muitos destes projetos que se apresentavam ambiciosos, implementando a ideia de progresso e de modernidade. Para Mesquita, as intervenções engendradas no espaço urbano nesta época, tinha a intenção de “atualizar o padrão de civilização” e inserir a capital do Amazonas entre os consumidores das mais atuais novidades lançadas pelo comércio e pela indústria do mundo, com a finalidade de atingir “o estágio de progresso compatível com a noção de

José Ribamar Bessa. *Barés, Manáos e Tarumãs*. Revista Amazônia em Cadernos, nº2/3, Manaus, Universidade do Amazonas, 1995.

⁹⁴ Nos Códigos de Posturas e Posturas Provisórias é comum a atenção dada às proibições dos usos dos igarapés para banhos, lavar roupas, lavar animais, pegar água, entre outras advertências, demonstrando a imposição de novas relações de apropriação e de vivências do habitante com estes cursos d’água sob pena de pagamento de multas e detenção. Falaremos sobre cada um deles nos capítulos seguintes.

⁹⁵ MESQUITA, Idem, 2009

⁹⁶ É relevante salientarmos outros fatores que prevaleciam na época das grandes transformações urbanas na cidade de Manaus. Além do ciclo econômico, favorecido pela exploração e exportação da borracha, fatores políticos e culturais contribuíam para a época de prosperidade, como a abertura dos portos, a proclamação da república, a imigração nordestina, o desenvolvimento da indústria automobilística, a administração de Eduardo Ribeiro, proporcionando, pelo seu conjunto, as transformações materializadas na cidade MESQUITA, Idem, 2006, p121-138.

Vale comentar a respeito da fala de José Ribamar Bessa Freire, “O elo com o passado era de vidro. E se quebrou”, demonstrando aqui a negação da cultura e dos costumes de origem, sendo este mais um agregado ao favorecimento das transformações urbanas na época, na imposição de costumes e valores outros, no caso do mundo europeu. FREIRE, op. Cit. 1995. Neste contexto, fazemos referência ao texto de Peter Burke, “Repúblicas de Mercadores no início da Europa Moderna”, onde é destacado através da leitura das cidades da renascença italiana e da Holanda do século XVII, a relevância das explicações não só econômica na prosperidade e transformações vividas nas cidades, mas também e principalmente, pelos fatores políticos e culturais que estavam impostos na realidade urbana, favorecendo positivamente e/ou negativamente no desenvolvimento e enriquecimento destas cidades. BURKE, Peter. *Repúblicas de Mercadores no início da época moderna*. p. 222-245. In. Baechler, Jean. Hall, John A. Mann, Michael. *Europa e Ascensão do Capitalismo*. Tradução: Luís Orlando Coutinho Lemos. Editora Imago, 1988, p. 222-245

modernidade”⁹⁷. Assim, o discurso dos igarapés como barreiras para o crescimento urbano é reforçado, fazendo-se necessário aterra-los e superá-los⁹⁸, negligenciando a cultura e os hábitos locais.

“Em nome do progresso, da modernidade e da funcionalidade, aterram-se os igarapés e com eles antigos costumes do povo. Os igarapés faziam parte da vida da população”⁹⁹.

A imagem de uma cidade urbanizada e embelezada é instalada revelando, explica Mesquita, as propostas de um “embelezamento estratégico”¹⁰⁰, onde prevalece seu caráter autoritário e artificial, tendo como referência as reformas urbanas engendradas por Haussmann nas intervenções ocorridas em Paris entre os anos de 1851 a 1870. Assim, como a imagem falsa de “uma bela vitrine”¹⁰¹, conclui Mesquita, a cidade sugere a reconstrução de sua imagem e a reformulação de seus hábitos, valores e costumes, baseados em padrões e representações do mundo distante, vigorando representações e imaginários sociais importados que, a partir de então, orientariam a vida e as experiências urbana. Sobre a política de intervenção urbana engendrada por de Eduardo Ribeiro, Leandro Tocantins lamenta:

“Se o Pensador quisesse teria transformado Manaus numa Veneza tropical, onde não faltaria o tráfego intenso de embarcações, varando os quintais das casas, abordando as fachadas e os jardins dos palacetes. Mas o urbanismo funcional lutou contra a natureza até fazer secar os pequenos cursos d’água, transformados, em amplas vias públicas”¹⁰².

Os aterros e as canalizações dos igarapés, assim como a planificação da cidade, tornam-se essenciais para evidenciar o caráter de “vitrine”, defendida por Mesquita, garantindo a imagem do progresso e da paisagem moderna, limpa e lustrosa da cidade desejada. Orientadas pelas questões de higiene, as ações propostas para esses cursos d’água modificam totalmente o solo urbano e as relações simbólicas que a população compartilha entre si e com seu mundo, construindo identidade e estabelecendo a noção de

⁹⁷ MESQUITA, Idem, 2006, p. 142

⁹⁸ Conforme a Lei nº12, de 1º/10/1892 o governo de Eduardo Ribeiro autoriza o aterro de vários igarapés do núcleo central: o do Bairro São Vicente, que se configurava como uma ilha; o Espírito Santo, que deu lugar a Avenida Eduardo Ribeiro e o da Praça Cinco de Setembro, antigo igarapé da Ribeira.

⁹⁹ DIAS, Edineia Mascarenhas. *A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999, p. 50

¹⁰⁰ MESQUITA, Idem, 2009, p 27-28

¹⁰¹ MESQUITA, Idem, 2006.

¹⁰² TOCANTINS, Leandro. “O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia”. 9ªed. rev. Manaus: Editora Valer/ Edições Governo do Estado, 2000, p. 229.

pertencimento, assim, declara Oliveira, “a cidade foi sendo produzida para atender interesses distantes, quase sempre deslocados das especificidades culturais e naturais”¹⁰³. A espacialidade da cidade, produto das relações sociais e das apropriações¹⁰⁴, se apresenta como o resultado de um desenvolvimento desigual, configurado pela necessidade do processo capitalista de crescimento urbano, com imposição do poder econômico e político.

O levantamento da carta cadastral, exigida no governo de Eduardo Ribeiro, segundo Edineia Mascarenhas Dias¹⁰⁵, vem demonstrar uma estratégia de “organizar” o desenho e a malha urbana e suas funções que, através da leitura e do reconhecimento mais detalhado do espaço, torna possível orientar o arruamento junto aos critérios de prioridades para a execução das reformas, assim como suas funções e ocupações¹⁰⁶.

“A carta cadastral é de fundamental importância como indicativo na promoção dos empreendimentos de reformas, estabelecendo a que parcela da sociedade tais reformas devem beneficiar. Ou seja, a carta cadastral é um retrato da privatização do espaço urbano, realizado pelo poder público”¹⁰⁷.

Conforme a observação e análise dos mapas cartográficos da cidade é possível entender o processo de formação e ocupação do núcleo urbano, de seu crescimento e desenvolvimento, assim como as intenções colocadas pelos administradores. Os primeiros mapas apresentam um desenho da cidade rasgada pelos igarapés, limitada e orientada por eles, onde os primeiros bairros, explica Valle¹⁰⁸, eram ligados por pontes de madeira, com pequenas ruas, ruelas, becos e vielas: Campinas, São Vicente, Remédios, Espírito Santo e República. Dias explica que nestes bairros, e principalmente São Vicente, Espírito Santo e República, se concentrava a população formada por diferentes origens, culturas, classes e profissões, até aproximadamente os anos de 1890¹⁰⁹.

¹⁰³ OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer, 2003, p. 139

¹⁰⁴ Na fala de José Aldemir Oliveira, “a ação de produzir a cidade não significa para a maioria apropriar-se dela”. O autor faz referência a essa contradição de leitura do processo de produção do urbano, incluindo a apropriação da cidade o que, nas palavras de Henri Lefebvre, significa o direito à cidade; que significa o direito à liberdade, à privacidade, à socialização, à participação, ao habitar, indo além do direito a propriedade. *Ibidem.*, 2003, p. 35-36

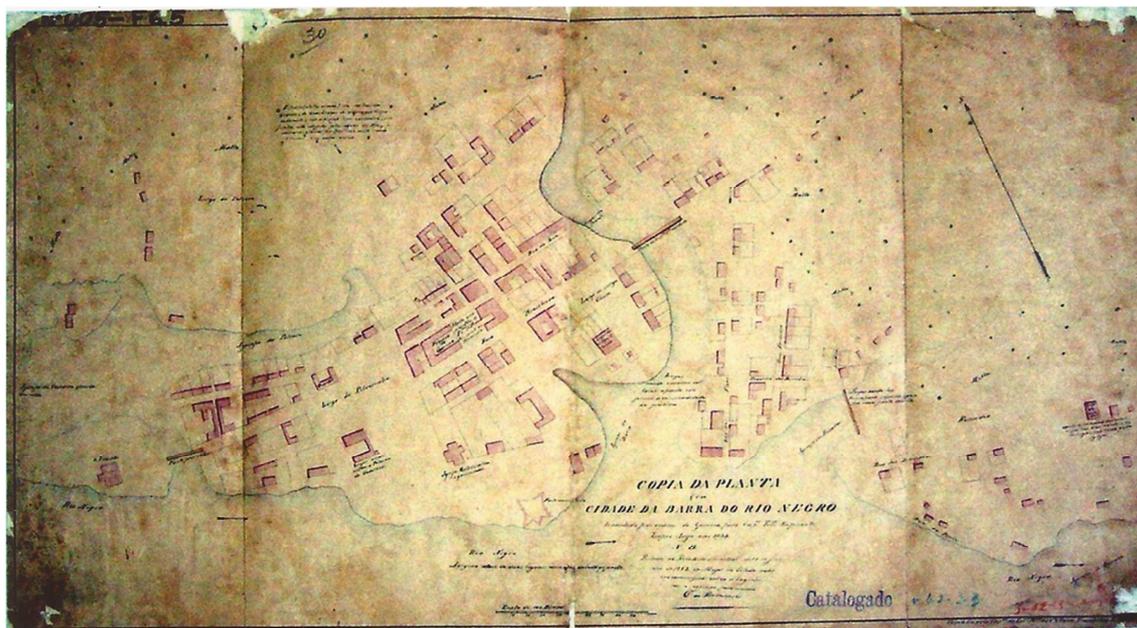
¹⁰⁵ DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999, p. 40

¹⁰⁶ A carta cadastral da cidade de Manaus, elaborada a pedido do governo Eduardo Ribeiro, é referente ao Mapa do ano de 1893, que está apresentado no capítulo 2

¹⁰⁷ *Ibidem.*, 1999, p. 40-41

¹⁰⁸ VALLE, Artemísia Souza do. *Os igarapés no contexto do espaço urbano de Manaus: uma visão ambiental*. Dissertação de Mestrado defendida no Centro de Ciências do Ambiente. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 1999, p. 30.

¹⁰⁹ DIAS, *op.cit.*, 1999, p. 34

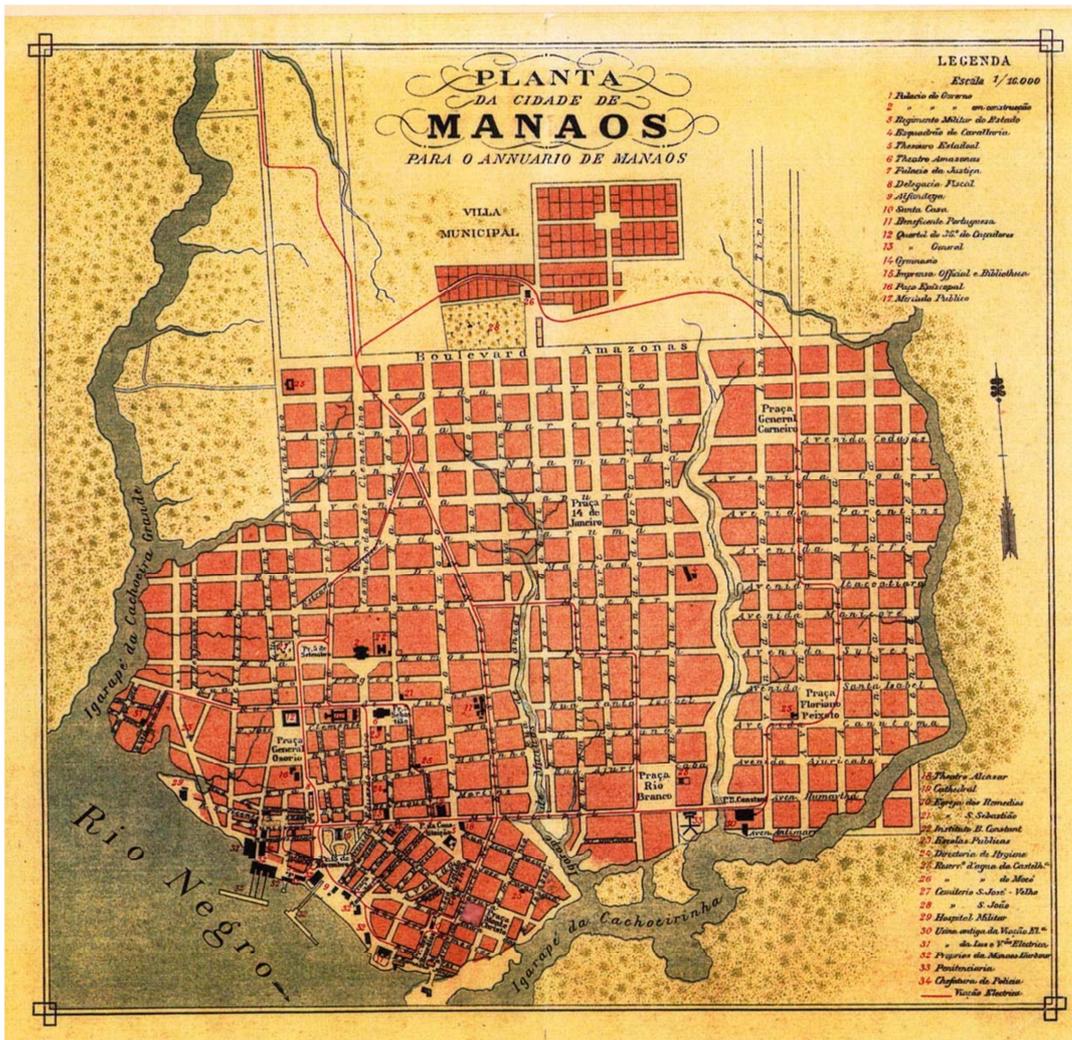


Mapa 1
Cópia da Planta da Cidade da Barra do Rio Negro.
De 1844, copiada pelo capitão João Pedro de Gusmão em 1853.
Acervo do Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Rio de Janeiro

A partir dos imperativos para a modernização da cidade, o crescimento econômico e os interesses públicos e privados estabelecem uma nova ordem de ocupação e de exploração na produção do espaço urbano, desenvolvendo uma política de pressão, exclusão e dominação contra a população que não se enquadra nos conceitos de valores impostos pela elite extrativista dominante, onde se faz necessário esconder e excluir os pobres, desocupados, prostitutas, doentes, trabalhadores, etc, para longe do “centro urbano”.

“Numa cidade de “fausto”, a pobreza, a doença, a vagabundagem agrediam e, ao mesmo tempo, ameaçavam a ordem e a harmonia da cidade que se projetava na representação burguesa, como limpa, ordeira e sem problemas”¹¹⁰.

¹¹⁰ Ibidem, 1999, p. 120



Mapa 2
Planta de Manaus, 1913
Fonte URBA. Coleção Jorge Herran.

Aqui o interesse social prevalece sobre a liberdade individual, onde se fez necessário desapropriar as casas e casebres desta população que não se encaixa aos padrões impostos pelo poder do Capital, revelados no centro político e administrativo que se consolidou como o emblema da cidade moderna. Os excluídos são afastados da área central e levados para áreas distantes, onde se apropriam dos elementos que já estão excluídos do processo de produção do espaço urbano, os igarapés. Assim, explica José Aldemir de Oliveira, a apropriação e ocupação das camadas menos favorecidas e excluídas da dinâmica de produção dominante, acontecem nas suas margens, além delas e nos fundos de vales, demonstrando que na produção do espaço urbano “não é a morfologia que determina o modo como a cidade é ocupada, mas o que lhe crescem os homens”¹¹¹.

¹¹¹ OLIVEIRA, op. Cit., 2003, p. 34

O processo e a lógica de ocupação e de dominação da cidade se fazem a partir da imposição do capital e dos padrões dominantes da cultura burguesa, distante das particularidades e especificidades que significam e dignificam o homem. Essas práticas de exclusão demonstram os modos que as sociedades ocidentais, seus urbanismos, suas tecnologias e suas práticas sociais, foram determinando a necessidade da “liberdade de resistência”, onde o medo do contato prevalece sobre as sociabilidades. Richard Sennet¹¹² apresenta seu estudo, partindo de algumas cidades marcadas por fatos que transformam suas relações sociais e espaciais, assinalando como as experiências corporais e os espaços das cidades se relacionam. Apropriando-se do pensamento do filósofo João de Salisbury, sobre o conceito de “corpo político”¹¹³, a aproximação do funcionamento do corpo humano e da cidade se faz relevante para o entendimento de seu funcionamento e do seu planejamento, revelando os territórios de exclusão através das práticas culturais.

Na fala de Sennet, a descrição da vida e das vivências dos venezianos renascentistas, que impuseram a dignidade do corpo na cidade a partir da exaltação dos corpos cristãos, excluindo e enclausurando os corpos judeus, vistos como “meio humanos e meio animais”¹¹⁴, revelam como o processo de segregação sócio espacial acontece no organismo da cidade. Assim, o processo de exclusão e do medo do contato sugere práticas de exclusão de uma população que não se encaixava nos padrões dominantes. Os judeus na Veneza renascentista, contada por Shakespeare no enredo “O mercador de Veneza” (1596-1597) e também por Sennet, foram alojados e fechados nos guetos, pois assim, não “infectariam” a comunidade cristã.

Assim como nos guetos, separados pelos canais que se transformaram em fossos na sociedade veneziana, os homens comuns de Manaus foram excluídos do coração e do cérebro da cidade e passaram a se apropriar dos interstícios da cidade, nos lugares próximos dos igarapés, ou além deles, configurando seus modos de vida a partir das relações de sobrevivência e de vivências outras, distantes dos padrões e dos costumes que lhes foram impostos pelo modelo de cidade moderna.

¹¹² SENNET, Richard. *Carne e Pedra*. Tradução Marcos Aarão Reis. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.

¹¹³ Richard Sennet apresenta a formulação deste conceito nas palavras de João Salisbury, declaradas em 1159, onde “o estado (res publica) é um corpo”, demonstrando como o sistema de poder e de dominação da cidade se relaciona com o funcionamento do corpo humano, fazendo uma analogia: “(...) um governante funciona como um cérebro humano; seus conselheiros, como o coração; os comerciantes são o estômago da sociedade; os soldados, suas mãos; camponeses e trabalhadores manuais, seus pés”. Sennet, demonstra a imagem hierárquica de dominação dos governantes que seriam o cérebro da ordem social, evidenciando no conceito de corpo político, tanto no mundo medieval como moderno, a determinação que esta analogia possui na organização e concepção tanto da arquitetura como do urbanismo. *Ibidem*, 2008, p. 22-23

¹¹⁴ *Ibidem*, 2008, p. 18-23

Marcada pelo signo da exploração, a cidade de Manaus, a partir da decadência da borracha e no período que se estende ao século XX, apresentava a ausência de planejamento urbano, relacionado com a falta de administradores arrojados, revelando os elementos pretéritos, com o apogeu da borracha, e futuros, pela criação de condições para a implantação da Zona Franca de Manaus¹¹⁵, configurando, assim, o desinteresse com uma real interferência no organismo vivo que é a cidade, respeitando e assumindo suas qualidades e evidenciando suas especificidades naturais e culturais. O interesse na construção de um desenho da cidade plana e alinhada a uma racionalidade intrínseca às ações dominantes, determinou o que prevaleceu em detrimento do terreno irregular e entrecortado pelos igarapés. A cidade, então, se fez como resultado das técnicas de construção e da ganância humana, deixando de lado e negando o que dá vida ao organismo, o que revela a sua presença, o que sugere uma identidade e o que representa o seu imaginário.

Neste sentido, com os olhos voltados ao processo de urbanização que a cidade apresentou durante os anos de 1880 a 1915, queremos revelar as vivências nos igarapés da cidade existente e sobrevivente, diante da cidade desejada e construída. Queremos recuperar a vida que ficou diante de uma cidade do fausto e da glória de um tempo que pouco durou. Fugindo da lógica do cotidiano imposto por um urbanismo e uma produção sócio espacial dominante, outras relações e formas de uso da cidade resistem e prevalecem entrevistas através do cotidiano, da apropriação e dos usos dos igarapés, revelando, no cotidiano urbano, as práticas de intervenção, de apropriação e de negação que se apresentam como o tempo do encontro, da sobrevivência, do uso e da integração dos igarapés na vida de sua população.

A partir de diferentes documentos que falam desta cidade, material cartográfico e iconográfico, fontes oficiais e periódicos, contamos sobre a espacialidade e suas diferentes formas produzidas e apropriadas, sobre as sociabilidades vividas, reprimidas e banidas, resgatando uma Manaus explorada até suas entranhas, construída e reconstruída pelo desejo poderoso de um urbanismo disciplinador e elitista, importado e sem nenhuma especificidade à vida e à realidade local. Demonstrando, por fim, que os igarapés da cidade contêm a realidade concreta, sensível, vivida e sentida, de um tempo que se faz até o presente.

¹¹⁵ OLIVEIRA, Op. Cit., 2003, p, 139

Destacar esta discussão no pensamento da cidade de Manaus hoje se faz importante no sentido de entender as representações criadas e administradas em pró de um desenvolvimento urbano a todo custo, evidenciando os pensamentos e as ações que se apresentaram, e continuam a se apresentar, cada vez mais distante da realidade colocada pela natureza dos próprios igarapés e pelas características intrínsecas que a Amazônia e a cidade de Manaus colocam frente ao mundo. Recuperar estas ações e pensamentos do passado nos faz refletir como as práticas de planejamento urbano e de intervenções na cidade, que atravessam o tempo, apresentam os significados que os igarapés possuem na produção do espaço urbano hoje.

CAPITULO 2
A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E SUAS REPRESENTAÇÕES

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E SUAS REPRESENTAÇÕES

2.1. As transformações da Província e os indícios do desejo.

Observando a cidade de Manaus desde sua formação, percebemos como a lógica do mundo capitalista europeu ocidental, e sua visão de civilização, marcaram os modos de idealização e de construção da cidade. Queremos aqui compreender Manaus a partir dos igarapés, demonstrando suas representações e revelando sua configuração espacial, sua realidade social e seu significado cultural.

A origem da cidade de Manaus está marcada pelo processo de colonização portuguesa que se deu na Amazônia, através da imposição do poder para exploração de seu povo e de seu território. Povoados, vilas e cidades foram criadas como estratégias de projetos civilizatórios, que desarticularam culturas, deslocaram vidas e arrasaram terras. Em 1669 é construída a fortaleza de São José da Barra na área de confluência do rio Negro com o Solimões, servindo de sede para a representação do domínio de Portugal, junto a uma capela batizada de Nossa Senhora da Conceição.

O Forte, chamado também de Fortaleza do Rio Negro, Fortaleza da Barra, foi cravado no território denominado Lugar da Barra, Barra do Rio Negro, Barra ou Vila da Barra, sendo erguido sobre um cemitério indígena. Como conta Ribamar Bessa Freire, este acontecimento é “um fato sugestivo carregado de simbolismo que, como imagem, sintetiza por si só todo processo colonial”. Deixando claro o processo de mudança na forma de ocupação do espaço amazônico¹¹⁶, tem início, aqui, uma nova forma de ocupação negando

¹¹⁶ O espaço amazônico tem sua origem marcadamente indígena. Os registros dos primeiros viajantes e cronistas que descrevem o lugar, nos séculos XVII e XVIII, demonstram a surpresa das peculiaridades e especificidades destes povos diante dos olhos europeus. Freire descreve que entre as diferentes tribos, aldeias e culturas localizadas na Amazônia, algumas características são comuns entre si, e nas palavras de Sylvia Caiuby Novaes se denominam “civilização de palha”. A mais marcante delas vem da maneira com que o grupo determina a forma de ocupar o espaço, ligada às suas relações sociais e estrutura de parentesco, refletindo na organização espacial uma sociedade nitidamente igualitária. Este fato vem claramente marcado na relação com a natureza circundante, onde as aldeias, com suas casas e edifícios de madeira e palha, são implantadas em locais que ofereçam disponibilidade de matéria prima para construção, que tenham solo adequado para agricultura e que sejam próximos a áreas de caça e de pesca, onde os rios e os igarapés tornam-se fundamentais, pois a canoa é o principal equipamento de deslocamento destes povos. No caso do Lugar da Barra, ocupado e colonizado pelos portugueses, vai desaparecendo os povos Manáó, Tarumã e Baré que viviam no lugar, e com eles, “também uma visão de mundo e diferentes concepções que esses povos tinham sobre a forma ideal de vida num espaço como o rio Negro, concepções que influíram no modo como o território foi ocupado, o espaço modelado e as habitações construídas”. FREIRE, José Ribamar *Bessa. Barés, Manáós e Tarumãs*. Revista Amazônia em Cadernos, nº2/3, Manaus, Universidade do Amazonas, 1994/95.

as formas anteriores e destruindo o que existia¹¹⁷.

“Não foram os igarapés e o clima os elementos que mais atraíram os portugueses, mas o fato de se tratar de um território densamente povoado por índios, e que, pela sua localização geográfica, permitia o controle do recrutamento da mão de obra de toda a vasta região do Negro, além de servir de apoio logístico para as tropas de descimentos, resgates e "guerras justas" que penetravam os rios Madeira e Japurá e avançavam Solimões acima, ultrapassando inclusive as fronteiras atuais do Peru e da Colômbia, com a finalidade de escravizar índios”¹¹⁸.

O povoado que se organizou ao redor do Forte, explica Oliveira e Schor, não apresentou nenhum rigor ou planejamento, referenciando o modo “desleixado” que Sergio Buarque de Holanda caracterizou as cidades construídas pelos portugueses na América em contraponto com as espanholas.

“Ao redor do Forte foram agrupando-se casas toscas, não havendo a preocupação em estabelecer o traçado das ruas. Ao contrário, as primeiras casas foram construídas às margens dos cursos d’água, acompanhando as curvas do terreno, não surgindo ruas em um plano geométrico, não havendo qualquer tendência organizativa. Trata-se, pois, de uma obra da improvisação”¹¹⁹.

Em 1755, Portugal estabelece medidas que modificam o processo de colonização da Amazônia, marcando a “geoestratégia” em ocupar e conquistar a região, o que implica na criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, na implantação do Diretório dos Índios (documento que tinha como propósito dar medidas mais rígidas de dominação e autonomia sobre o território e sobre as populações autóctones), elevação de 46 aldeias missionárias à condição de vila e a criação da Capitania de São José do Rio Negro, cuja sede funcionava na vila de Barcelos. Em 1783, a Fortaleza de São José do Rio Negro é desativada, consolidando o domínio português na Amazônia¹²⁰.

Segundo Reis¹²¹, a Capitania funcionava na Vila de Barcelos desde 1758 e em 1791 o governador Manoel Lobo D’Almada, sem autorização do Grão Pará, transferiu a sede do governo para o Lugar da Barra do rio Negro, gerando progresso para a região. Em 1798, a Capitania se transfere novamente para Barcelos e, em 1832, conforme determinações do

¹¹⁷ Ibidem, 1994/95.

¹¹⁸ Ibidem, 1994/95.

¹¹⁹ OLIVEIRA, José Aldemir de. SCHOR, Tatiana. *Manaus, Transformações e permanências, do forte à metrópole regional*. In: CASTRO, Edna – (org). *Cidades na Floresta*. São Paulo, Annablume – 2008, p 61

¹²⁰ Ibidem, 2008, p 62-63

¹²¹ REIS, Arthur Ferreira. *Historias do Amazonas*. Instituto Geographico e Histórico do Amazonas, Manaus, 1931.

Código do Processo Penal, promulgado pelo Governo Imperial, o governo paraense dividiu seu território em três comarcas: Grão Pará, Baixo Amazonas e Alto Amazonas. Extingue-se a Capitania do Rio Negro, sendo substituída pela Comarca do Alto Amazonas, e sua capital, volta a ser no Lugar da Barra do Rio Negro, promovida agora, à condição de Vila, com o nome de Manaós¹²². Em 24 de outubro 1848, a vila é elevada à categoria de Cidade da Barra do Rio Negro, e em 5 de setembro 1850, com a Lei n. 582, é elevada à categoria de Província do Amazonas, separando-se do Pará. Sua instalação ocorre com a chegada do primeiro presidente João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, em 1 de janeiro de 1852, como capital Manaus. Em setembro de 1856, a lei n. 68 mudou novamente o nome da cidade de Barra do Rio Negro para cidade de Manaós¹²³.

Localizada em um ponto estratégico das rotas de comércio e navegação¹²⁴, a cidade desperta um crescente interesse internacional, atraindo durante o século XIX, vários viajantes naturalistas e cronistas que passam pela região em busca de descobertas, registrando suas impressões através de textos e imagens. As imagens e experiências descrevem, segundo Mesquita¹²⁵, um aglomerado urbano exótico, evidenciado pelos seus elementos ocidentais junto aos traços nativos, com uma formação cultural e hábitos, completamente diferentes aos olhos estrangeiros.

“Para aqueles viajantes que trazem a ideologia da modernização, que acompanham as transformações do mundo, provocadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção, a observação e a descrição da cidade de Manaus é feita em função das grandes transformações da sociedade europeia, da cultura europeia e do mundo do trabalho”¹²⁶.

¹²² Manaós em referencia ao povo Manáó, que segundo Ribamar Bessa era, entre os Baré e Tarumã, a cultura indígena mais numerosa que vivia na região.

¹²³ CASTRO, Marvigner de. Síntese Histórica da Evolução de Manaus. 2. Ed. Manaus: Umberto Calderado, (s/d), p.19-20

¹²⁴ A localização da cidade estabelece um ponto estratégico da rota de navegação entre a Amazônia Ocidental e Oriental. Conforme nos explica Ab'Saber, a cidade possui uma situação geográfica bastante privilegiada em relação as extensões amazônicas e do quadro de drenagem da bacia hidrográfica regional, com a confluência dos rios Negro e Solimões formando o Amazonas, “o esqueleto geral da rede hidrográfica do Amazonas apresenta aspectos marcadamente centrípeto, convergindo de todos esses quadrantes para o pequenino fragmento de tabuleiro, onde a cidade foi implantada”. O autor demonstra que a formação dos grandes rios da Amazônia Ocidental possui seu fecho de raio a altura de Manaus, tendo sua localização não como “(...) um ponto terminal da navegação amazônica, ao contrário, é uma etapa central e obrigatória, comandando as ligações entre a circulação atlântica em face das mais distantes e profundas linhas de circulação fluviais da América do Sul”. AB'SABER, Aziz, A cidade de Manaus. Boletim Paulista de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 15, São Paulo. 1953, p 18-45

¹²⁵ MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: Histórias e Arquiteturas 1852 – 1910*. 3º edição. Manaus: Editora Valer, 2006, p, 36.

¹²⁶ DIAS, Ednéia Mascarenhas. *A Ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999, p. 30.

Henry Walter Bates¹²⁷ visitou Manaus em 1859, e relatou sobre as dificuldades em que passava a cidade, onde a única classe trabalhadora, os índios, começava a negar o trabalho forçado, resistindo aos novos hábitos impostos, e, com certa consciência sobre as leis que os protegiam contra a escravidão, começam a abandonar o lugar e as regras impostas no que se refere ao seu cotidiano. Segundo Bates a cidade encontrava-se “em lamentável estado, sofrendo escassez crônica dos gêneros alimentícios mais necessários”. Mesmo perplexo diante desta situação, estranha ao homem que traz em seu repertório os modos de viver de uma sociedade industrializada e capitalista, o naturalista não deixa de se mostrar otimista e encantado com o lugar, “a imaginação fica excitada, quando a gente reflete sobre as possibilidades futuras desta localidade”¹²⁸. E continua dizendo que

“o problema de como obter uma classe de trabalhadores sem a escravidão, tem de ser resolvido para que esta gloriosa região, com seu clima delicioso e sua exuberante fertilidade se torne, como deve, a resistência de um povo numeroso, civilizado e feliz”¹²⁹.

Outro viajante que passou pela região foi Avé Lallemand¹³⁰, que expôs sua perplexidade com o exotismo da região, descrevendo a cidade “lindamente situada”, e, ao mesmo tempo, não compreendia os costumes e hábitos locais, associados à geografia local, ao clima tropical e a indolência dos nativos. Dizia que o crescimento e o desenvolvimento de Manaus não estavam “na ordem do dia” e que a pobreza de sua população era resultado da falta de esforços para o trabalho¹³¹. O que se nota na fala de Avé-Lallemand, é um discurso carregado de referências vindas dos cenários e imagens consolidadas nas cidades europeias, que já passavam pelo processo de urbanização originada pela industrialização e pelo desenvolvimento das tecnologias de infra estrutura urbana. Assim, conforme Otoni Mesquita, a partir destes traços europeus, para o olhar do viajante “tornar a cidade ‘mais civilizada’ era vestir-lhe uma aparência europeia”¹³².

Manaus apresentava características que em nada se assemelhavam com as cidades europeias, que naquele tempo, passavam por transformações em seus espaços urbanos em decorrência do processo que a Revolução Industrial desencadeou. As especificidades que

¹²⁷ BATES, Henry Walter. Um naturalista no Rio Amazonas. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979.

¹²⁸ Ibidem, 1979, p.363.

¹²⁹ Ibidem, 1979, p. 365.

¹³⁰ AVÉ LALLEMANT, Robert. No Rio Amazonas. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

¹³¹ Ibidem, 1980. P. 101-103.

¹³² MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: Histórias e Arquiteturas 1852 – 1910*. 3º edição. Manaus: Editora Valer, 2006, p. 39.

Manaus apresentava para olhos distantes, seu desenho da cidade acompanhando o relevo acidentado, obedecendo aos ditames da natureza, com seus inúmeros igarapés morros, ladeiras e sua arquitetura com influência indígena, eram lidas e sentidas como sinônimo de preguiça, de rústico, de atraso.

Em 1865 chega a cidade a expedição organizada pelo zoólogo suíço Luiz Agassiz e sua esposa, Elizabeth Cary Agassiz, que relatam suas impressões:

“Que poderei dizer da cidade de Manaus? É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência”¹³³.

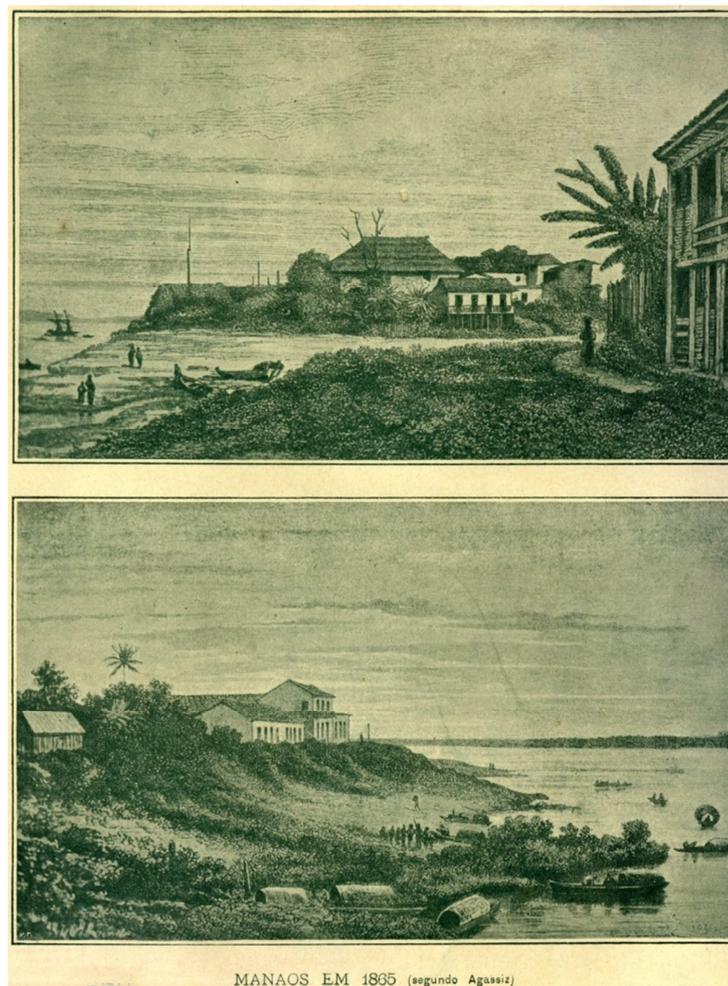


Figura: 4:
A cidade conforme descrição dos viajantes. Em destaque o Igarapé do Espírito Santo, onde mais tarde se construiu a Avenida Eduardo Ribeiro e o Porto.
Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA.

¹³³ AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil. 1865-1866. Tradução e Notas de Edgar Susseking de Mendonça. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 247.

Encantada com a localização da cidade, em lugar privilegiado, no encontro dos rios Negro e Amazonas, Agassiz declara que esta foi “das mais felizes escolhas”, e que mesmo sendo um lugar insignificante na época, “Manaus se tornará, sem duvida, um grande centro de comércio e navegação”. Elisabeth Agassiz afirma ainda, que no futuro, sua população será numerosa e que seus ricos produtos poderão um dia circular pelo seu porto, com inúmeras embarcações, onde “todas as nações do globo venham buscar a sua parcela nos ricos produtos desta bacia”¹³⁴ e ainda que um dia, “florescerá uma população mais ativa e vigorosa do que aquela que até agora aí tem vivido”¹³⁵. Demonstrando sensibilidade com a vida na pacata cidade no meio da floresta, Agassiz observa também seus habitantes, seus costumes e seu cotidiano.

“Um dos meus grandes prazeres em Manaus é, à tarde, ao cair do dia, dirigir os meus passeios para a floresta vizinha e ver desfilarem os “aguadeiros”, índios ou negros, que passam de volta por um estreito caminho, trazendo na cabeça um grande jarro vermelho de barro, cheio d’água. É como uma procissão, de tarde e de manhã; a água do rio passa por não ser boa para se beber, e, de preferência, a cidade se fornece das pequenas lagoas e riachos da mata. Algumas dessas bacias naturais escondidas em sítios encantadores, cercados de árvores, servem de banhos públicos. Uma delas, bastante larga e profunda, é a mais procurada; cobriram-na com um grande teto de folhas de palmeiras, e, ao lado, construíram uma casinha rústica de palha que serve para mudar a roupa”¹³⁶.

Os ‘aguadeiros’ eram os responsáveis em coletar água nos igarapés e rios da região para distribuir para sua população, uma prática que se inicia como hábito enraizado na subsistência do povoamento. Por volta de 1873 já existiam dez “poços instantâneos, ou chafarizes providos de bombas manuais” por proposta de José Teixeira de Souza & Cia, comerciante da cidade¹³⁷. Mesmo com a implantação de poços, chafarizes e água encanada, Mario Ypiranga Monteiro descreve que a presença destes trabalhadores no cenário da cidade prevaleceu por muitos anos, sendo na sua maioria negros e índios, que utilizavam os igarapés como fontes de abastecimento, vendendo para grande parte da população.

Os igarapés, “pequenas vertentes e braços d’água”, sempre tiveram uma importância social muito grande para cidade, oferecendo suas fontes, cacimbas e bicas, na

¹³⁴ Ibidem, 1938, p. 247-248

¹³⁵ Ibidem, 1938, p. 322

¹³⁶ Ibidem, 1938, p. 249

¹³⁷ MONTEIRO, Mário Ypiranga. **O aguadeiro: subsídios para a história social do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1977, p. 27.

oferta do alimento, através da pesca, como meio de circulação para barcos, canoas, batelões e igarités e, principalmente, como espaços de sociabilidade, contribuindo para que a cidade oportunizasse os benefícios para a “nucleação duradoura e fertilidade das terras”¹³⁸, favorecendo assim, o aldeamento da população. A abundância destes braços d’água, explica André Vidal Araújo, favoreceu a formação do núcleo urbano, a fertilização das terras, das rocinhas, das chácaras.

“A abundância da água pelo interior da Barra e sua situação geográfica criaram a preferência pela sua posição geopolítica, sobre qualquer outra zona do Estado”¹³⁹.

Sobre a espacialidade da cidade, em “Um olhar para o passado”¹⁴⁰, Bento Aranha explica que o desenho da cidade em 1832 apresentava 11 ruas e uma praça, provavelmente a praça do Quartel, onde no centro havia um pelourinho¹⁴¹, que mais tarde virou um “apreciável jardim público”¹⁴². O autor constata que no intervalo entre 1832 e 1852 pouca coisa mudou, “tendo menos população e numero maior de seus edifícios em ruínas”¹⁴³.

Fazendo referência a planta da cidade, levantada durante o governo de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha¹⁴⁴, Bento Aranha descreve a cidade como uma “pequena superfície”, circundada e limitada por dois igarapés, no Oriente pelo igarapé da Cachoeirinha e no Ocidente o igarapé da Cachoeira Grande, ao norte a floresta, denominada Campinas, que se entendia de oeste a leste, da cabeceira do igarapé de São Vicente até o igarapé dos Remédios, ou Aterro, e ao sul estava o Rio Negro. Segundo o autor, até o ano de 1866 esta área havia se estendido ao Norte entre o igarapé de São Vicente e Aterro¹⁴⁵.

¹³⁸ ARAUJO, André Vidal de. Sociologia de Manaus, aspectos de sua aculturação. Edições Fundação Cultural do Amazonas, Volume 2. Manaus, 1974, p. 100

¹³⁹ Ibidem 1974, p. 100

¹⁴⁰ ARANHA, Bento. Um olhar pelo passado. Ao Dr. Fileto Pires. Manáos, Imprensa Oficial, 1897, p.10-11

¹⁴¹ Conforme referência de Baena no Ensaio Corographico, citado por Aranha. ARANHA, Bento. Um olhar pelo passado. Ao Dr. Fileto Pires. Manáos, Imprensa Oficial, 1897, p. 10

¹⁴² Conhecido por Largo do Pelourinho, depois Largo do Quartel, Praça da República e Praça D. Pedro Segundo, conforme descrição dos documentos e mapas analisados.

¹⁴³ Ibidem, 1897, p.10-11

¹⁴⁴ Mapa 3

¹⁴⁵ Ibidem, 1897, p.11



Mapa 3:
 Planta levantada na administração de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, em 1852.
 Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA)

Bento Aranha¹⁴⁶, descreve nove igarapés que cortavam a cidade em 1852. O *igarapé da Castelhana*, localizado ao norte, deságua no da Cachoeira Grande. O dos *Remédios ou Aterro* nasce também ao norte, no local denominado Mocó, lançando suas águas no Rio Negro e dividindo os bairros dos Remédios e República, “na extrema oriental da rua Henrique Martins, formava uma bacia no seu leito, tão abundante d’água que nas secas maiores do Amazonas, estava sempre a transbordar. Esta bacia denominava-se Pitiú e a rua neste tempo não passava do bairro do Espírito Santo”, explica o autor. O *igarapé da Cachoeira Grande*, limitava a cidade a oeste, e entre ele e o igarapé do Espírito Santo localiza-se o *igarapé de São Vicente*, que tinha sua fonte localizada no extremo ocidental da rua Palma, depois Saldanha Marinho, lançando-se “por duas bocas no Rio Negro”, forma a ilha de São Vicente, onde se instalou a enfermaria militar. O *igarapé da Bica*, que nasce na rua 10 de julho (ainda não representada no mapa), com seu leito se estendendo ao longo do Largo da Pólvora, “formando com o igarapé da Cachoeira Grande o arrabalde denominado Cornetas e Sacco do Alferes”. O *igarapé do Seminário (Ribeira)* possui sua nascente na rua Brasileira e desaguando no Rio Negro, localizado abaixo do igarapé de São Vicente formavam o Bairro de São Vicente, e, junto ao do Espírito Santo formava o

¹⁴⁶ Ibidem, 1897, p. 12-13

bairro do Espírito Santo. No lugar do igarapé do Seminário ergueu-se a praça da Imperatriz (depois praça da Matriz). O *igarapé do Espírito Santo* tem sua nascente próxima onde depois se construiria o Teatro Amazonas. O *igarapé de Monte-Christo* se lança na foz do Igarapé da Cachoeirinha e acima dele, o igarapé de Manáos, onde se localizavam alguns sítios e chácaras. O *igarapé da Cachoeirinha* limitava a cidade ao leste, denominado Educandos¹⁴⁷.

Bento Aranha escreve “Um olhar sobre o passado” no ano de 1897, contando sobre a cidade e suas primeiras transformações espaciais, detalhando ruas e lugares que se modificavam com as primeiras intervenções. Nesta época o igarapé do Espírito Santo,

“está transformado actualmente na avenida Eduardo Ribeiro, o dos Remédios está sendo alterado para a avenida 13 de Maio, e o de S. Vicente achava-se em partes já alterado na sua bocca oriental e na sua nascente na extrema occidental na rua Saldanha Marinho”¹⁴⁸.

No desenho apresentado pelo mapa de 1852, os igarapés ganham destaque através do contraste representado pelas linhas continuas e definidas que os determinam, assim como pela sua toponímia. O encontro destes cursos d’água, acompanhando as curvas do terreno e a implantação dos lotes marcando e definindo as vias, revelam uma imagem que apresenta as intenções de organizar o espaço dentro de uma estética racional. As vias, delimitadas pelos lotes, não apresentam nomações, apenas indicam os fluxos que posteriormente, direcionarão o crescimento da malha. Assim, o mapa citado por Bento Aranha, já retrata as intenções do presidente da Província em intervir na cidade modificando sua estrutura em favor de um ordenamento racional, que privilegiasse a inserção de equipamentos que favorecessem o bom funcionamento da vida urbana. Caio Paião¹⁴⁹ afirma que o mapa de 1852 é “testemunha ocular” do interesse que o primeiro presidente da Província, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, possuía em conhecer e entender o espaço da capital, tendo assim, a possibilidade de encontrar meios de contornar os problemas apresentados, e retirá-la da situação difícil, física e econômica em que a encontrou. Em seu Relatório, no momento de instalação da Província, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha declara sobre as dificuldades em transpor os igarapés.

¹⁴⁷ As margens do igarapé tem-se o bairro Constantinopla, que depois receberá o nome de Educandos em referencia a instalação do “Estabelecimento dos Educandos Artífices” em 1856.

¹⁴⁸ Ibidem, 1897, p. 15

¹⁴⁹ PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. De costas para o rio: a evolução do espaço urbano de Manaus analisada nos mapas de 1844 a 1893. Relatório de iniciação científica. Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2012, p. 25.

“Serve de Matriz a Capella de N. S. dos Remédios distante do centro da Cidade à quase um quarto de légua, para onde, no tempo de cheia, em razão dos rios que entram pela Cidade, não há outra passagem, a não ser em pequenas canôas com eminentes riscos de perda de vida, ou então por uma estrada ainda mal preparada, por onde se rodeia e se faz, á maior distancia.

Antigamente havia uma ponte fixa, que dava passagem para esse bairro, mas com o tempo, se não por descuido da câmara municipal ou, o que é mais provável, por falta de meio, demoliu-se, (...). Não sendo possível por causa do tempo de cheia, tratar-se da reconstrução aliais reclamada como uma das mais palpitantes necessidades, fiz preparar, à expensas do cofre provincial, uma ponte-barca, que já se acha servindo, com capacidade de transportar, de um para outro bairro, trinta a quarenta pessoas por cada vez”¹⁵⁰

As dificuldades que a Província apresentava para sua transformação espacial, estava relacionada a falta de trabalhadores para diversos serviços, como o de navegação, agricultura, colheita das drogas, serviços domésticos, assim como para atender as demandas que a vida citadina requeria, como a instalação de obras publicas, a construção de prédios que as repartições demandavam, além dos equipamentos urbanos como igrejas, cemitérios, calçamento das vias, estabelecimentos comerciais, pontes, entre outros.

Tabela 1. População de Manaus no ano de 1852, conforme a Raça.

RAÇA	POPULAÇÃO
Brancos	900
Mamelucos	2.500
Índios	4.080
Mestiços	640
Escravos	380
TOTAL	8.500

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Amazonas, 1906. Volume 1, p. 09¹⁵¹.

Conforme tabela 1, a população da Província predominante indígena representava a maior parte dos trabalhadores para os serviços de melhoramento que a cidade solicitava. Percebemos nos discursos dos administradores da época, que a maior dificuldade em conseguir executar as obras necessárias, era encontrar dentre estes ‘trabalhadores’, o compromisso e as habilidades específicas para execução de tais obras, e que, muitas vezes,

¹⁵⁰ ARANHA, João Baptista de Figueiredo Tenreiro. Relatório da Presidência da Província apresentado no dia 1º de janeiro de 1852. Volume I, 1852-1857, reeditado em 1906, p. 77-79.

¹⁵¹ In: DAOU, Ana Maria Lima. A cidade, o teatro e o “paiz das seringalistas”: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX. (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em antropologia Social. Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998, p. 72

recorria-se a outros meios, buscando, naquele momento, trazer índios de outras Províncias¹⁵²,

“A falta de bons operários é o maior dos obstáculos com que luta a administração das obras públicas. É tão limitado o numero delles nesta capital, que creio poder asseverar, que os melhores pedreiros que actualmente existem, já se achão empregados nas obras públicas. As difficuldades que appareção para aquisição de trabalhadores serventes dignou-se V. Exc.^a removel-as, mandando buscar índios de diversos pontos para prestarem aqui os seus serviços”¹⁵³.

Dentre as opções de sanar a falta de trabalhadores, o Presidente da Província Angelo Thomas do Amaral, em 1857, declara que a solução seria utilizar os “condenados a prisão” para as obras necessárias.

“Nos respectivos serviços serão empregados os condemnados à prisão com trabalho, que, retidos em uma cadeia acanhada e humida, estavam ociosos arruinando a saúde”¹⁵⁴.

A preocupação em repovoar a região, para que fosse possível o desenvolvimento econômico e produtivo e com isso engendrar as transformações materiais necessárias na cidade, está exposta em diversos momentos nos discursos dos administradores. A população indígena nativa, junto ao colonizador português e o negro, ou seja, os mestiços, era vista de forma negativa dentro da tradição do colonialismo europeu. O processo de ocupação e dominação europeia na Amazônia desencadeou um processo de despovoamento da região, em decorrência do recrutamento forçado do indígena para mão de obra, acrescido com as epidemias, as guerras entre outras formas de resistência das diversas nações indígenas da região¹⁵⁵. Francisca Deusa Sena da Costa explica que este processo, se repete no final do século XIX e início do XX, com a consolidação do mercado capitalista mundial em torno da borracha, pois para viabilizá-la economicamente havia a necessidade de repovoar a região. Citando o historiador Vitor Leonardi, Costa defende que o processo de inserção da Amazônia no mundo do trabalho se diferencia das outras regiões do mundo, pois, “o capitalismo sempre promoveu, mesmo que de forma coercitiva, o desenvolvimento das forças produtivas” e quando este processo é analisado no contexto da

¹⁵² PENNA, Herculano Ferreira. Falla do Presidente da Província, em 1 de outubro de 1853, p 8-9

¹⁵³ FURTADO, Jose. Relatório do Presidente da Provincia, 3 de maio de 1859. Anexo da Repartição das Obras Publicas. Manaus 29 de Abril de 1859, Carlos de Moraes Camissão, Major interino, p. 1

¹⁵⁴ AMARAL, Ângelo Thomas do. Mensagem do Presidente da Província do Amazonas, em 1º de outubro de 1857, p. 44.

¹⁵⁵ COSTA, Francisca Deusa Sena. Quando viver ameaça a ordem urbana. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1997, p. 34.

Amazônia, onde a população indígena foi dizimada, “fica difícil falar de desenvolvimento das forças produtivas”¹⁵⁶.

O que se fez, foi a tentativa de impor uma disciplina de trabalho, para incorporar o indígena como mão de obra escrava e, mesmo após a Abolição, as praticas de recrutamento forçado continuaram. Junto a isso acontecia à desvalorização desta mão de obra através de um discurso desqualificador, que não considerava os mestiços como força produtiva em potencial¹⁵⁷. Mesmo assim foram explorados e participaram como puderam da construção da Província. Nos anos de 1870, conforme demonstra André Vidal de Araújo, uma grande massa de cearenses vem para Manaus em busca de melhores condições de vida, fugindo da seca do nordeste¹⁵⁸. Neste tempo a exploração da borracha começa sua ascensão, e serão os nordestinos quem sustentarão na Amazônia a ‘indústria’ extrativista.

As mudanças e transformações que a cidade apresenta na época da Província, apesar de poucas, eram significativas nas alterações da fisionomia e da vida de sua população. Conforme explica Mesquita, a partir destas construções, “decisões políticas foram tomadas, pessoas deslocadas de seus postos e de suas regiões”, ocasionando alguma prosperidade ao comercio local, algumas modificações nos hábitos da população e sua “visibilidade local foi modificada”¹⁵⁹.

A necessidade em regular e organizar a Repartição de Obras Públicas, demonstra a preocupação da Província no que se refere aos ‘melhoramentos’ necessários naquele tempo. Deste modo que, em 1862 o Presidente Manuel Clemente Carneiro da Cunha, expõe que a Repartição, estava sendo regulada pelas instruções de 6 de junho de 1853 e que “as instruções não estabelecem unidade de vistas, e d’ação no serviço da repartição, o que é um inconveniente grave”¹⁶⁰ e que seria então necessário “criar a repartição de obras públicas, e regulá-la devidamente”¹⁶¹. Em 1865, o Relatório do Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, afirma que a Repartição de Obras Públicas já se encontrava organizada:

¹⁵⁶ Ibidem, 1997, p. 35-36.

¹⁵⁷ Ibidem, 1997, p. 36.

¹⁵⁸ ARAUJO, André Vidal de. Sociologia de Manaus, aspectos de sua aculturação. Edições Fundação Cultural do Amazonas, Volume 2. Manaus, 1974, p. 91.

¹⁵⁹ MESQUITA, Otoni Moreira de. Manaus: Histórias e Arquiteturas 1852 – 1910. 3º edição. Manaus: Editora Valer, 2006, p. 55.

¹⁶⁰ CUNHA, Manuel Clemente Carneiro da. Relatório do Presidente da Província, em 3 de maio de 1862, p. 19.

¹⁶¹ Ibidem, 1862, p. 20.

“Usando da autorização conferida a Presidencia pelos § 1º do art. 3º da Lei provincial n. 123, promulguei o regulamento de 7 de janeiro ultimo, que reorganizou a Repartição das Obras Publicas.

No intuito de melhor ordenar e regularisar o serviço procurei quanto foi possível concentrar a administração, resumindo no chefe a unidade de acção indispensável à boa execução e inspecção dos trabalhos, e definindo com clareza as funções e deveres de cada empregado”¹⁶².

Percebemos, ao analisar as mudanças da paisagem da cidade, que as obras solicitadas e em andamento pelos Presidentes da Província, concentravam-se na construção de alguns equipamentos, prédios públicos e alguns particulares que atendessem o funcionamento da cidade¹⁶³. Inserindo-se na lógica da cultura capitalista, o ordenamento da paisagem se faz imprescindível, assim como a instalação de uma infra estrutura urbana como iluminação, abastecimento de água, privilegiando a higiene e a segurança publica.

Estas construções adquirem relevância e importância, quando consideramos os problemas enfrentados para a sua execução, sempre presente nos Relatórios dos Presidentes e Diretores da Repartição de Obras Públicas, as dificuldades apontadas constantemente eram a carência e precariedade de mão de obra e de materiais, a falta de autonomia sobre as verbas públicas, pois a cidade ainda dependia de aprovações do Tesouro da Corte, por ainda prevalecer a Política Imperial, gerando longas comunicações e demoras no que se refere a liberação das valores necessários.

Sobre Manaus no inicio da época da Província, André Vidal de Araújo faz uma descrição de sua paisagem, quando esta ainda possuía como limites ao norte a rua 10 de julho (ainda sem esta denominação, apenas seu eixo marcado no solo), e a leste – oeste, entre o igarapé de São Vicente e o igarapé do Espírito Santo, descreve:

“A casaria era esparsa; a maioria coberta de palha. Terrenos baldios, algumas chácaras, diversos córregos e correntes de água formando pequenos igarapés.

A mata era rica de pequenas caças variadas.

Vinte e cinco lampeões, em 1858, não eram suficientes para a iluminação noturna.

A ponte do Espírito Santo dava um aspecto de descaso à cidade que nascia. O cemitério com sua capelinha era de aspecto triste.

¹⁶² LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Relatório do Presidente da Província em 8 de maio de 1865, p. 10

¹⁶³ Conforme estudo realizado por Otoni de Moreira Mesquita, sobre a Arquitetura da Cidade de Manaus na época da Província, podemos destacar como obras de referência para o período: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, o Palacete Provincial, o Mercado de Ferro, a Igreja de São Sebastião, o R, a Estação de Bombeamento e Represa da Cachoeira Grande, Reservatório da Castelhana, a Ponte de Ferro dos Remédios, o Colégio Amazonense Pedro II, a Prefeitura de Manaus, o coreto da praça D. Pedro II e o inicio da construção do Teatro Provincial. MESQUITA, op. Cit., 2006, p. 55-56.

As pontes dos Remédios e de São Vicente abriam o trânsito para o leste e para o oeste, respectivamente.

O igarapé de Manaus marcava os limites da cidade.

As ruas mal traçadas, batidas a terçado e a enxada, deixavam vês algumas construções de telha, com beiral para fora.

O cemitério São José, era demarcado com moirões de aquariquara.

Algumas mercearias, uma olaria, uns dois ferreiros, uma loja, assinalavam a vida econômica ¹⁶⁴.

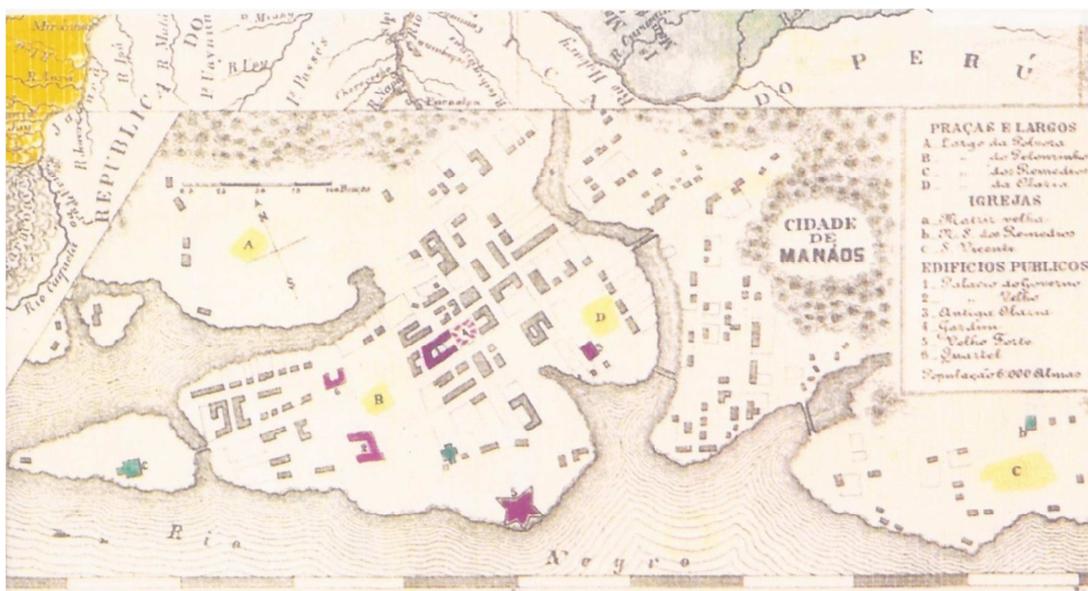
O autor também descreve os equipamentos que surgiam ou cresciam na cidade, apontando como a sociedade se organizava diante da vida cidadina. Aponta assim, o surgimento de centros de saúde ¹⁶⁵, demonstrando a preocupação do poder público com a salubridade do espaço urbano e com Hospitais que tirassem os doentes da circulação. As escolas públicas e particulares também cresciam seus números, surgindo também, “as escolas noturnas”. Dando aspecto militar a cidade, surgiam a casa do Comando, dos Oficiais, os Quartéis, o depósito de munições e depois, artigos bélicos, a capitania dos Portos, a Flotilha de Guerra, a Companhia de Aprendizes, a Guarda Nacional. “A olaria, o estabelecimento da Casa Bancária autorizada pela lei n. 345, de 16 de maio de 1876, impressionavam os visitantes”, além dos 12 mictórios públicos construídos em ferro e os quiosques com “casas – retretas” ¹⁶⁶, demonstrando conforme Araújo, o interesse pela vida comum. A indicação de alguns destes equipamentos, apresentados na legenda do mapa de 1868 ¹⁶⁷, simbolizam o significado dos espaços, seus usos e apropriações no acontecer da cidade.

¹⁶⁴ ARAUJO, André Vidal de. Sociologia de Manaus, aspectos de sua aculturação. Edições Fundação Cultural do Amazonas, Volume 2. Manaus, 1974, p. 132

¹⁶⁵ Araújo cita como exemplos o “Lazarento”, a “Enfermaria dos Varilosos”, e a “Enfermaria dos convalescentes de Varíola” e a intenção da construção do “Hospital de Caridade” e a Santa Casa, que conforme Mensagem do Ex. Presidente da Província Dr. Alarico José Furtado, em 07 de março de 1882, p. 22, estava sendo construída. Ibidem, 1974, p. 133

¹⁶⁶ Retreta, segundo dicionário Aurélio, significa “Formatura de soldados ao fim do dia para se verificar se todos estão presentes”; e “Concerto popular de uma banda pública”. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 1º edição (15º impressão). São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1 p. 1231

¹⁶⁷ Na legenda deste mapa, aparecem as indicações das Praças e dos Largos (Largo da Pólvora, Largo do Pelourinho, Largo dos Remédios e Largo da Olaria), das Igrejas (Igreja da Matriz velha, N. S. dos Remédios, e S. Vicente) e dos Edifícios Públicos (Palácio do Governo, Palácio Velho, Antiga Olaria, Jardim, Velho Forte e Quartel). A indicação destes equipamentos simboliza o significado dos espaços, seus usos e apropriações no acontecer da cidade. Consta ainda na legenda, a informação de que vivia neste espaço uma “população de 6.000 almas”.



Mapa 4:

Mapa de Manaus de 1868 in Atlas Candido Mendes.

A necessidade de circulação e de acessos torna-se uma constante nos discursos dos governantes, assim como as providências para o nivelamento e regularização dos terrenos da cidade para a marcação dos eixos de acesso e de circulação. A questão da circulação foi pauta em todas as cidades brasileiras, explica Leme¹⁶⁸, e tinham por finalidade transformar as estruturas urbanas existentes, herdadas de uma economia colonial. Presente nas posturas e códigos¹⁶⁹, a questão da circulação define o alinhamento dos edifícios, suas aberturas, seus alargamentos, prolongamentos e afastamentos das vias, condicionando regras e normas não apenas para a fluidez do tráfego, mas para o novo modelo de cidade que se deseja, com ruas largas, casas alinhadas, praças, parques e passeios com desenhos bem definidos.

Os principais bairros da cidade da época, República, São Vicente, Espírito Santo e Remédios eram cortados por igarapés, e os deslocamentos precisavam ser superados pela construção de pontes. As construções e os reparos das pontes tornam-se uma constatare nas providências a serem tomadas pelos construtores da cidade.

“O igarapé que divide o Bairro dos Remédios tornava difícil a passagem de um lado para o outro, principalmente no tempo da cheia, por que dependia de encontrarem-se algumas monstarias, cujos donos, ou se

¹⁶⁸ LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. 2ª edição, Salvador, EDUFBA, 2005, p, 24-25.

¹⁶⁹ Falaremos sobre estas posturas mais a frente. Será no Código de Posturas de 1872 que estas normas serão impostas pela primeira vez.

prestação de má vontade, ou obstinamente se recusavam à isso; e parecendo-me conveniente providenciar à cerca d'este transito publico, mandei fazer uma ponte provisória, cuja construção brevemente ficará terminada”¹⁷⁰

“As pontes dos Remédios e São Vicente demandam reparos, ou antes serem feitas de novo, e as necessidades do transito aconselham, que outra seja lançada no igarapé de frente do palácio e do Seminário”¹⁷¹

Ordenei também a conclusão da ponte do Espírito Santo, e o concerto das dos Remedios e S. Vicente, enquanto não é possível reconstruí-las, o que exigirá uma somma fora dos nossos actuais recursos”¹⁷².



Figura 5:
Rua Municipal (atual rua Sete de Setembro). Ponte do Igarapé do Espírito Santo.
Torres da igreja Matriz em construção.
Fonte: <http://manausdeantigamente.blogspot.com.br>.

A tentativa de se construir uma forma urbana, partindo da organização de sua paisagem num desenho que desperte e articule seus usos e suas ocupações aparecem

¹⁷⁰ MIRANDA, Dr. Manoel Gomes Correa de. Mensagem do vice Presidente da Província apresentado em 03 de maio de 1855, p. 9

¹⁷¹ FURTADO, Francisco José. Anexo do Relatório da Presidência da Província do Amazonas, em 06 de setembro de 1858. Volume II 1858 – 1862. Reeditado em 1906, p. 30-31

¹⁷² Mensagem do Presidente da Província do Amazonas, Angelo Thomas do Amaral. 1º de outubro de 1857, p. 44-44.

colocadas nas intervenções no espaço desde a Província. As intervenções e iniciativas urbanas, geridas pela iniciativa pública, assumem uma compreensão da cidade de forma a privilegiar um espaço visual inserido na estética e na dinâmica do mundo capitalista moderno. Segundo Baeta¹⁷³, uma estética visual que desarticula a “cidade tradicional” em favor de uma nova realidade urbana, realidade que Benévolo chamou de “cidade liberal”¹⁷⁴. Ou seja, sem nenhuma solução de continuidade com a estrutura existente, executam-se as mudanças materiais que privilegiem iniciativas parciais com predominância ao funcionamento racional do espaço e de uma unidade estética idealizada, explica Benevolo. Percebemos, na medida em que os igarapés e seu relevo acidentado começam a sofrer os aterros e desaterros, para a facilitação no assentamento dos edifícios e para o arruamento da cidade, um esforço para ‘embelezar’ a capital da Província. Estas intenções aparecem nos discursos dos administradores e construtores da cidade. Em mensagem, o Presidente da Província Angelo Thomas do Amaral, no ano de 1857, manda construir duas “alamedas”. A rua Brasileira¹⁷⁵, se estendendo até o Igarapé de Manaus, e a avenida Epaminondas, do Largo da Pólvora até a Cachoeira Grande, e justifica seu interesse em expandir a cidade.

“Minhas vistas são criar dous arrabaldes cujas construções, inspeccionadas pela camara, sejam o modelo da edificação futura, e abrir passeios sombreados e aprazíveis à população, que tão circunscrita vive nas poucas, tortuosas, estreitas e desniveladas ruas da cidade actual”¹⁷⁶.

Os arrabaldes destacados pelo Presidente seriam os bairros da Cachoeirinha ao Leste e o bairro da Campinas ao Norte. Para a construção dos “passeios sombreados e aprazíveis a população”, um longo processo de aterros e desaterros se iniciava, na tentativa de aplinar as “poucas, estreitas e desniveladas ruas” da cidade, onde se faziam necessários o arruamento e os calçamentos.

“Concluída em 1868 o calçamento da rua Brasileira, desde a ponte do Espírito Santo até o fim da praça Riachuelo”¹⁷⁷

“Calçamento da travessa da Imperatriz, desde a da rua do Imperador em

¹⁷³ BAETA, Rodrigo Espinha. A Estética da Cidade no século XIX. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. V.6, n. 1. 2000, p. 565

¹⁷⁴ Este conceito, trabalhado por Leonardo Benévolo, foi discutido no capítulo 1.

¹⁷⁵ Denominada depois como rua Municipal e hoje conhecida por rua Sete de Setembro.

¹⁷⁶ Mensagem do Presidente da Província do Amazonas, Angelo Thomas do Amaral. 1º de outubro de 1857, p. 44-44.

¹⁷⁷ REGO, Dr. Jacintho Pereira. Relatório do Presidente da Província, em 1 de junho de 1868. Vol I.

uma zona através da Praça Imperatriz. Desde as rampas do cães. (...) Calçamento da rua Brasileira, desde a praça Pedro II ate a ponte do Espírito Santo e parte da praça do Riachuelo”¹⁷⁸

“Conclusão da calçada do largo da Imperatriz, calçamento da rua da Matriz, desde a rua Brasileira até o alinhamento da frente da Igreja de Nossa Senhora da Conceição; calçamento da rua Henrique Antony, desde a rua da Instalação até o lado oriental do largo Pedro II; construção na rua Henrique Antony de um muro para sustentar o aterro; preparado do terreno entre a igreja da Conceição e a rua da Matriz”¹⁷⁹



Figura 6:
Igarapé da Cachoeirinha em Meados de 1902/1904.
Postal de George Huebner – Photographia alemã.
Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA)

As novas ruas que se abrem e a construção das pontes, “foram as primeiras causas do assoreamento e degradação dos igarapés, explica Valle¹⁸⁰, pois a movimentação de terras e a precariedade com que as obras se realizavam, comprometiam a eficácia dos trabalhos, que em sua maioria precisava ser refeitos. Em mensagem do Presidente da Província, em 1857, percebemos como a paisagem vai sendo construída entre arranjos e

¹⁷⁸ MATTOS, João Wilkens. Relatório do Presidente da Província, em 25 de março de 1870. P. 20-21

¹⁷⁹ QUEIROZ, Jose Clarindo de. Relatório do Presidente da Província, em 31 de março de 1880, p. 29

¹⁸⁰ VALLE, Artemísia Souza do. Os igarapés no contexto do espaço urbano de Manaus: uma visão ambiental. Dissertação de Mestrado defendida no Centro de Ciências do Ambiente. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 1999, p. 44.

desarranjos, comprometendo e modificando a maneira com que os igarapés de inserem na paisagem, desvinculando-os do processo de interação com o meio urbano. Sobre a precariedade com que estas obras eram realizadas, comprometendo a natureza destes cursos d'água, o Presidente expõe com as obras realizadas na ponte do igarapé do Espírito Santo.

“Achando-se em estado de total ruína a antiga ponte d'esta denominação, que divide este do Bairro da República, mandei lançar outra no mesmo lugar, mas transpondo o igarapé sobre uma altura de 20 palmos. As duas margens onde se apoia foram preparadas por dois largos aterros, revestidos de madeiramentos, que lhe servem de pregões. Tem 248 palmos de comprimento sobre 36 na sua maior largura, carece ainda para seu completo remate de algumas obras acessórias, como o calçamento da avenida do lado da nascente, e a conclusão do aterro dos revestimentos que foi feito”.¹⁸¹

Percebemos, através dos documentos oficiais, que os administradores, mesmo sem autonomia financeira, vinda somente com a República, insistiam na intenção de ‘reformular’ o espaço urbano com obras e investimentos executados a partir do custeio pelos cofres municipais¹⁸². As receitas da Província eram gastas com as intervenções de ‘melhoramentos’ urbanos na tentativa da construção de uma paisagem ‘mais civilizada’, sendo intensificadas e concretizadas a partir da década de 1880, quando, com o favorecimento econômico vindo com a exploração e comercialização da borracha, torna-se possível a efetivação de uma reforma mais intensa e extensa. Um modelo que se concretiza na implantação de um ‘projeto urbano’ idealizado e realizado por uma elite com o favorecimento da gestão pública. Daou¹⁸³, explica que foram estes indivíduos, ligados à implantação das instituições do Império, à organização do território e à instalação da burocracia, representados por um “grupo inicialmente próximo e articulado”, que nas palavras de Murilo de Carvalho, constituíam a “elite política imperial”. Esta elite se revela, atuando como “empreendedor”, porta-voz de ideais liberais acreditando nas vantagens

¹⁸¹ VIEIRA, Dr. João Pedro Dias. Mensagem do Presidente da Província em 26 de fevereiro de 1857, p. 542.

¹⁸² Em São Paulo, entre os anos 1872-1875, na presidência de João Teodoro Xavier, o embelezamento era um dos principais focos, sendo gastos para este serviço, “quase metade das receitas provinciais”. Em 1899, o Ato n. 1 de 7 de janeiro de 1899 atribuía a “Intendência de Obras de Secção de Obras” as seguintes competências: “executar obras, dar afastamentos, fazer observar planos, plantas ou padrões de embelezamento da cidade e povoados, arruamentos, caminhos, construções, ajardinamento e arborização”¹⁸². VILLAÇA, Flavio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: CSABA, Deak e SCHIFFER, Sueli Ramos. (Org.). O processo de Urbanização do Brasil. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999, p. 193.

¹⁸³ DAOU, Ana Maria Lima. A cidade, o teatro e o “paiz das seringalistas”: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX. (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em antropologia Social. Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998, p. 47.

advindas do comércio irrestrito como propulsor do progresso ”que mais tarde seria o grupo que se destacará como “elite dos negócios, os grandes exportadores de borracha”¹⁸⁴.

Observamos que antes de Manaus passar pelo intenso processo de transformações urbanas na passagem do século XIX para o XX, seu desenho ainda estava bem delimitado pelos bairros São Vicente, Espírito Santo, Republica, e Remédios, constituídos por ruas, becos e vielas acompanhando a topografia do terreno, transpondo os igarapés por meio de rudimentares pontes e embarcações em direção aos arrabaldes¹⁸⁵ que se localizavam a leste e oeste margeando o rio Negro. Porém não podemos deixar de afirmar, que uma intenção de crescimento ao norte e a leste aparecem bem marcada, tanto nos discursos e nas ações do poder público em abrir, nivelar e pavimentar ruas (rua Municipal e rua Epaminondas), como também no mapa de 1852 que o desenho de dois caminhos que se estendem sem fim, o Caminho da Cachoeira Grande rumo ao norte e o Caminho da Cachoeirinha rumo ao leste. Porém, a maioria de sua população concentrava-se nos bairros do Espírito Santo, São Vicente e Republica, distribuída entre mestiços, mamelucos, negros, portugueses e um número reduzido de imigrantes nacionais e estrangeiros, “sem distinção de classe cor ou profissão”¹⁸⁶.

As atividades do cotidiano desta população acontecem a partir dos igarapés, eram estes elementos que proporcionavam a sobrevivência e as vivências, fazendo parte da cultura local, prevalecendo os saberes, os modos de lazer e de sobrevivência, vinculados às tradições e cultura indígena¹⁸⁷. Simone Villanova irá apontar em seu estudo “Sociabilidade e Cultura: a história dos “pequenos teatros” na cidade de Manaus, (1859-1900)”, como os hábitos, os costumes e os saberes da população, estavam vinculados aos usos e apropriações dos igarapés, sendo utilizados para banhos, para o abastecimento de água, lavagem de roupa, para o cozimento de alimentos, para pesca. Este cotidiano, vivenciado e experienciado pela população entre os anos de 1850 a 1870, conforme a autora, serão interpretados e representados pelos olhares dos viajantes e cronistas, descrevendo um momento que “ainda prevaleciam os lazeres da cultura indígena, que, tanto na visão dos viajantes quanto na de uma incipiente elite local, eram observados como hábitos inferiores

¹⁸⁵ Explicitamos aqui o bairro do Educandos (Constantinopla), a leste, com a implantação do Estabelecimento dos Educandos e Artífices em 1856 pelo Estado e o bairro São Raimundo a oeste, que teve o início de sua ocupação em 1849, quando o governo do estado doou ao Seminário São José o terreno que foi incorporado ao patrimônio da instituição religiosa.

¹⁸⁶DIAS, Ednéia Mascarenhas. *A Ilusão do fausto*: Manaus, 1890-1920. Manaus: Editora Valer, 1999, p. 34

¹⁸⁷ VILLANOVA, Simone. Sociabilidade e cultura: a história dos “pequenos teatros” na cidade de Manaus, 1859-1900. Dissertação de Mestrado em Historia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas., 2008, p. 70-77

e inconvenientes”¹⁸⁸. Aqui, o ritmo de vida e suas manifestações culturais, articuladas com o modo com que referenciavam as relações de trabalho, estão vinculadas às ideias, saberes e valores do uso¹⁸⁹ do espaço e da natureza, pois a imposição às modernas relações materiais de sobrevivência encontra resistência diante dos padrões reinantes. Assim, explica Dias, “A racionalidade econômica do sistema moderno de produção ainda não os dominava. A produção das comunidades locais ainda era orientada pelas necessidades e não pelo lucro”¹⁹⁰.

Ainda dependente dos modos de viver local, as primeiras intenções de normatizar o uso dos igarapés, aparece em 1868, quando o Presidente da Província Jacintho Pereira do Rego, aprova as primeiras Posturas Provisórias, com a intenção de coibir o ‘uso dos igarapés’:

Art. 1 – Fica proibido o corte de arvores, varas e arbustos maiores de 5 palmos em todos os riachos ou igarapés que ficarem dentro dos limites da cidade e nos seus subúrbios, em uma zona de 60 palmos de largura a partir do leito dos mesmos riachos ou igarapés. O infrator incorrerá na pena de 20\$000 reis de multa ou 4 dias de prisão.

Art. 2 – Nesta mesma pena incorrerão aqueles que fizerem escavações nesses lugares, revolverem lama, deitarem lixo, paos, couzas pútridas ou qualquer outra materia que possa alterar a pureza das águas.

Art. 3 - Também fica proibido o corte de arvores nas margens dos igarapés, das caxoeiras grande e pequena contiguas a esta cidade, máxime nos lugares que servem de logradouro publico. O infractor incorrerá na multa de 30\$000 réis ou 8 dias de prisão.

Art. 4 – Fica proibido d’ora em diante tirar-se agoa no igarapé do Aterro para ser vendida a população, e bem assim lavar-se roupa, cavallos e outros quaesquer animaes. O infrator será punido com 5\$000 réis de multa ou 2 dias de prisão.

Art. 5 – É proibido a escavação, o quebramento e timento de pedras em todo o litoral da cidade máxime daquellas que servirem de segurança aos barrancos e impedirem as escavações das agoas fluviaes. O infractor incorrerá na multa de 10\$000 réis ou 2 dias de prisão, além de ser obrigado a repor em seus lugares as pedras tiradas.

¹⁸⁸Ibidem, 2008, p. 77

¹⁸⁹ Conforme explica Ana Fani Alessandri Carlo, a cidade, enquanto locus e produto da existência humana, enquanto sociedade produtora e criadora do espaço urbano vivenciado e experiência como ‘valor de uso’ é posta em cheque, e, atrelada à dominação do capital, passa a redefinir por completo as relações sociais e seus espaços estruturantes, dominada pelo poder e intenção do capital, revelando-se pela perspectiva da troca. Assim, “A mobilização do espaço tornou frenético o fluxo do capital, produzindo a destruição dos antigos lugares em função da realização de interesses imediatos em nome de um presente programado e lucrativo, trazendo como consequência a mudança de usos e funções de áreas que passam a fazer parte, do fluxo do valor de troca. CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001, p 16.

¹⁹⁰ DIAS, op. Cit., 1999, p. 32

Em um primeiro momento as proibições estavam relacionadas as preocupações com o abastecimento da população, como afirma o próprio Presidente em Exposição:

“É objecto da maior importância para a salubridade pública, e para o aceio, o cuidar-se de melhorar as fontes onde a população de abastece de agoas, que, sendo aliás boas, são em parte deterioradas pelo pouco cuidado que há na sua limpeza”¹⁹¹

O abastecimento de água da cidade era feito pelos aguadeiros e para garantir a saúde coletiva contra as moléstias que cometiam a cidade, algumas proibições vieram na tentativa de sanar este mal. Mario Ypiranga Monteiro¹⁹² afirma, que em 10 de novembro de 1862, uma reclamação do engenheiro da comuna, representando alguns moradores locais, declara o abuso na derrubada de mato nos igarapés do Aterro e de Manaus, que eram os que abasteciam a cidade na época. Além destas ações, as lavadeiras também contribuía para prejudicar grandemente a água destes igarapés, onde a câmara marcavam pontos fixos¹⁹³ para a lavagem da roupa, pois “a lavagem de roupa suja nesses e noutros cursos d’água também contribuía, e não pouco, para engrossar o numero de motivos que levavam a respeitável edilidade a impedir que coletasse deles a água necessária ao consumo público”¹⁹⁴. Por conta das epidemias, principalmente febre amarela e beribéri, a câmara vinha proibindo a extração da água dos igarapés centrais, principalmente do Aterro e do Mocó, sendo que no primeiro, os aterros e desaterros constantes comprometiam a pureza das águas, por isso ficou conhecido por este nome, e o do Mocó, por conta do “decantamento de grande quantidade de matéria orgânica”¹⁹⁵.

Neste sentido, os Códigos de Posturas¹⁹⁶ irão desempenhar importantes mecanismos de controle, na tentativa de organização da cidade e de sua sociedade, apresentando-se como instrumentos que visam orientar modos de conduta, assim como da transformação da paisagem. Utilizados pelos administradores, estes documentos se

¹⁹¹ Exposição do Presidente da Província Sr. Jacintho Pereira do Rego. 9 de fevereiro de 1868, p. 473

¹⁹² MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O aguadeiro: subsídios para a história social do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1977, p. 30-33.

¹⁹³ Mario Ypiranga Monteiro relata que as lavadeiras “princiariam” lavando roupas no igarapé da Ribeira (aterrado com a construção do cais da Matriz, durante a Província), depois foram para o de São Vicente, para o igarapé do Espírito Santo, mais tarde para o do Aterro, para a nascente do Aterro, até chegarem aos mais afastados, na zona considerada suburbana da cidade, no da Cachoeirinha, no igarapé da Cachoeira Grande, no de Manaus, “nos pedrouços do litoral”. *Ibidem*, 1977, p. 33. Salientamos que o movimento das lavadeiras em direção aos ‘subúrbios’ se deu também com a forma que a espacialidade aconteceu a partir do final do século XIX e início do XX, com a transformação urbana da área central, gerando o processo de exclusão de parte da população.

¹⁹⁴ *Ibidem*, 1977, p. 33

¹⁹⁵ *Ibidem*, 1977, p. 28

¹⁹⁶ Analisaremos os Códigos de Posturas de 1872, 1893, 1910, mais adiante.

favorecerão de regras e normas sociais e espaciais, como exigências para a implantação da ‘cidade desejada’.

“Ele não é apenas um instrumento de ação sobre o espaço; é também um artifício para concepção de uma nova realidade. Por um lado, restringia posturas e hábitos indesejáveis, por outro lado, estimulava atitudes mais apropriadas a uma ‘cidade sonhada’ e adequada ao ‘progresso’ e à ordem pretendidos”¹⁹⁷.

Segundo Leme, no Brasil, as primeiras práticas de intervenção no espaço urbano a partir da metade do século XIX, estavam caracterizadas por modificar a estrutura urbana herdada de uma economia colonial, projetando melhoramentos localizados em partes das cidades. Estes melhoramentos, centrados na técnica e na estética¹⁹⁸ irão designar “questões diversas, tanto aquelas relativas ao projeto e à construção de obras de infra estrutura, projetos e ajardinamento de parques de praças, como também a elaboração de uma legislação urbanística”¹⁹⁹.

Neste sentido, percebemos nesta pesquisa, como estes discursos e intervenções, comandados pelo poder público, vão remodelando a vida da cidade, normatizando seus usos e ocupações, e, na tentativa de velar pelos seus costumes, vão impondo aos igarapés, ações de desprezo e de negação no que diz respeito à sua natureza íntima a partir das relações e do cotidiano na vida dos homens na cidade.

Com o favorecimento da economia, vindo com a exploração e a comercialização da borracha, a cidade de Manaus será palco de uma série de tentativas de aparelhar sua paisagem aos preceitos ‘modernos e civilizados’, apresentando uma imagem que corresponda aos padrões da capital da borracha. A elaboração da cidade do *fausto* se dará a partir da reorganização da paisagem e da imposição de padrões de comportamento que excluem as especificidades sociais, culturais e geográficas, em favor dos padrões vigentes no mundo europeu. Determinando novos modos de viver e tentando novas regras e normas no que se refere ao ordenamento espacial urbano e aos padrões de sociabilidades vinculados a identidade de sua população, o desejo da cidade pretendida se manifesta

¹⁹⁷ DAOU, Ana Maria Lima. A cidade, o teatro e o “paiz das seringalistas”: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX. (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em antropologia Social. Universidade do Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998, , p. 35

¹⁹⁸ Leme faz referencia as grandes reformas que as cidades europeias passam no século XIX, Paris, Viena. LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. 2ª edição, Salvador, EDUFBA, 2005.

p, 22-24

¹⁹⁹ Ibidem, loc. Cit.

espacial e socialmente. As noções de ‘melhoramentos’, já sentidos na Província, pretendem escamotear os vínculos com sua tradição e seu passado, na tentativa de impor à cidade real, uma imagem impregnada pelo seu contrario.

2.2. A cidade desejada e a imagem construída.

A paisagem e a vida da cidade, antes mesmo do intenso e acelerado processo de transformação urbana da última década do século XIX início do XX²⁰⁰, apresentam modificações significativas e relevantes, evidenciando a busca da concretização das intenções e desejos expostos nos discursos e nas imagens exaltadas pela representação do ‘progresso’, cristalizados na construção da cidade do *fausto*, limpa, rica e moderna.

Percebemos nos discursos dos administradores a tentativa de construção desta cidade moderna, mesmo que ainda apareçam, com bastante frequência, as dificuldades provocadas pela carência de verbas, de mão de obra e de materiais para a execução dos melhoramentos urbanos necessários, assim como da lentidão e da falta de iniciativa para execução destas obras. Mesmo diante destas dificuldades, os ‘melhoramentos’ vão sendo solicitados e executados pelo poder publico. Em 1880, o Presidente da Província José Clarindo de Queiroz, destaca como necessidades urgentes.

“D`entre os melhoramentos de que precisa esta Capital, são mais urgentes: o abastecimento de água potável: o calçamento de suas ruas: a substituição das actuais pontes de madeira, que se acham em mau estado, por outras de alvenaria, e a construção de pontilhões em algumas ruas que, posto não sejam principais, são todavia muito freqüentadas, e estão portanto no caso de gosar deste melhoramento, que facilita o transito e comunicações. Não tendo a camara municipal recursos para promover alguns destes melhoramentos, que são de sua competência, espero que me habiliteis com os meios indispensáveis para leva-los á effeito”²⁰¹

Partindo de uma análise histórica de como as ações e discursos do Estado engendraram a organização do espaço urbano, Villaça, em “Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil”²⁰², faz uma descrição de como foi sendo

²⁰⁰ Principalmente com as ações engendradas pelo governador Eduardo Ribeiro (1892-1896), acelerando o processo de remodelação da forma e da vida urbana.

²⁰¹ QUEIROZ, Tenente Coronel José Clarindo. Relatório do Presidente da Província do Amazonas em 14 de janeiro de 1880, p. 10.

²⁰² VILLAÇA, Flávio. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos. (Org.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. Editora da Universidade de

construído o que chamamos de planejamento urbano no Brasil, consolidando as intervenções e práticas urbanas, desde as primeiras ideias pensadas pelo Urbanismo Sanitarista. Assim, o significado de urbanismo no Brasil tem três sentidos, o primeiro “corresponde ao conjunto de técnicas e/ou discursos referentes à ação do Estado sobre a cidade”²⁰³ e insere-se no campo da política, o segundo está inserido no campo da ideologia, ligado às transformações do estilo de vida, consolidando novos modos de vida, praticas e costumes sociais ligados a necessidade de ‘ser moderno’, falado por Marchall Berman como um estado de espírito (Benjamim), e, um terceiro significado, corresponde ao conjunto das ciências, ou supostas ciências, que estudam o urbano, onde este significado só foi cristalizado, em décadas mais recentes²⁰⁴.

O segundo significado referenciado pelo autor traz a ideologia como um conjunto de ideias desenvolvidas pela classe dominante, representada pela burguesia e pelo Estado, “visando facilitar a dominação”. Citando Marilena Chauí, o autor explica que “a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou o Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado), que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam”²⁰⁵. A necessidade de a ideologia ser analisada historicamente prevalece na fala de Villaça, pois conforme esclarece Chauí, “enquanto não houver um conhecimento da história real, enquanto a teoria não mostrar o significado da prática imediata dos homens, enquanto a experiência comum de vida for mantida sem critica e sem pensamento, a ideologia se manterá”.

Assim, para investigar e entender como a ideologia da modernidade no final do século XIX, que em Manaus determinou e desenhou a realidade urbana, na tentativa de impor modos de viver, saberes, costumes e referências, é necessário compreender suas “determinações”, pois ela está em continua transformação e metamorfose, adaptando-se às novas situações engendradas pelo tempo, assegurando assim, a “hegemonia da classe dominante”²⁰⁶.

“o conceito de determinação não como sinônimos de conjunto de propriedades ou de características, mas como os resultados que constituem uma realidade no processo pelo qual ela é produzida. Ou seja,

São Paulo: São Paulo, 1999.

²⁰³ O que em inglês significa *city planning*, em francês significa *urbanisme* e em português *urbanismo*. Ibidem, 1999, p. 180

²⁰⁴ Ibidem, loc. Cit.

²⁰⁵ Ibidem, 1999, p, 183

²⁰⁶ Ibidem, 1999, p, 185

enquanto o conceito de propriedade ou de características pressupõe o objeto como dado e acabado, o conceito de determinação pressupor uma realidade como um processo temporal”²⁰⁷

Neste sentido, o espaço urbano torna-se palco para a imposição da ideologia sustentada pela necessidade do capitalismo em alimentar a hegemonia das classes dominantes, configurando transformações contínuas em sua aparência, em suas formas, em seus conteúdos e significados, impondo preceitos de civilidade e de higiene.

“As cidades foram, em todos os países, os cenários mais espetaculares da *belle époque*²⁰⁸. Intervenções urbanísticas modernizaram ou renovaram feições, expressando a realização dos anseios e dos desejos das elites em se mostrarem progressivas e afinadas com o gosto europeu. No Brasil, a renovação das cidades, o afastamento das classes pobres dos limites urbanos, a implantação de uma estética que rompe com os padrões coloniais e o cosmopolitismo são parte de um vocabulário comum nas cidades progressistas transformadas pelo urbanismo técnico, pelas medidas higienizadoras e pelas medidas de controle social”²⁰⁹.

O desenho da cidade, representado pelo mapa de 1874 é fruto das operações da comissão do Madeira, que tinha como interesse a demarcação das fronteiras dos rios Madeira e Javari e o estudo cartográfico da região²¹⁰. Talvez por ter sido produzido por esta comissão, o mapa apresenta o desenho das curvas de nível, podendo nos fazer entender como os igarapés aconteciam na malha urbana, representando seus relevos e desníveis, já que na época, estes cursos d’água ainda não tinham sofrido os grandes aterros e desaterros que irão modificar e descaracterizar a geografia da cidade.

²⁰⁷ CHAUI, Marilena. O que é ideologia. 2. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1981, p. 47

²⁰⁸ A *belle époque*, uma expressão francesa que se traduz como bela época significando na Europa do final do século XIX um momento de inserção do cosmopolitismo, favorecendo um ‘clima intelectual e artístico’ com novos equipamentos de cultura e lazer, dotando a vida de uma elite nascente com o capitalismo e animada com a efervescência de seus cinemas, cabarés, lojas, armazéns, bares, exposições, cafés, etc. Needdel, em estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro, destaca o papel da nova Avenida Central como cenário da *belle époque* carioca, onde suas “fachadas e as forças que ela representavam e incentivavam haviam sido tão cuidadosamente planejadas quanto o traçado da avenida”. Frontin, engenheiro que chefiou a construção da Avenida Central no governo de Pereira Passos, “assegurou que a avenida se transformasse em uma vitrine da Civilização”. NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 61. Neste sentido, em Manaus, a avenida Eduardo Ribeiro, idealizada pelo governador (1892-1896), irá representar para Manaus o que a avenida Central representou para o Rio de Janeiro.

²⁰⁹ DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque Amazônica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2000, p. 24-25

²¹⁰ PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *De costas para o rio: a evolução do espaço urbano de Manaus analisada nos mapas de 1844 a 1893*. Relatório de iniciação científica. Manaus: Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, 2012, p. 26-27



Mapa 5:

Planta da Cidade levantada pelo Capitão Feliciano Antonio Benjamin e nivelada por Dias dos Santos, membros da comissão do Madeira, em 1874.

Arquivo Nacional, cota 4M/MAP120. Rio de Janeiro.

A cidade representada neste desenho aponta alguns sinais de crescimento e de transformação da paisagem e em sua dimensão espacial. O primeiro sinal relaciona-se a legenda indicando os novos equipamentos que denunciam as modificações engendradas no funcionamento da cidade.

LEGENDA EXISTENTE - MAPA 1874

Localizada no canto superior direito

- | | |
|---|------------------------------------|
| A - Quartel; | N - Seminário; |
| C - Cadeia; | O - Quartel em restauração; |
| D - Casa (ilegível) da Província do Amazonas; | P - Cemitério; |
| E - Palacete Provincial; | Q - Deposito de artigos bélicos; |
| F - Mercado; | R - Olaria Tapajós; |
| G - Thesouraria da Fazenda; | S - Serraria [ilegível]; |
| H - Camara Municipal; | T - Hospital Militar; |
| I - Thesouro provincial; | U - Capella de S. Sebastião; |
| K - Alfândega; | X - Igreja dos Remédios; |
| L - Casa do Comando de Armas; | W - Estabelecimento dos Educandos. |
| M, V, Z - Escolas Públicas; | |

No mapa, encontramos linhas que indicam a área de crescimento, ou intenção deste, ao norte, como uma pretensão de expansão de sua espacialidade, sendo a rua Ramos de Azevedo, que, mesmo ainda sem nomenclatura, o limite norte da cidade. Neste limite, se encontra também o cemitério, que, conforme o Código de Posturas, deveria estar localizado de modo a privilegiar os preceitos sanitários e higiênicos que comandavam o discurso das práticas urbanas sanitárias, devendo estar afastado do perímetro urbano. Alguns imóveis, implantados ao norte, mesmo que isoladamente, sugerem uma ocupação, assim como algumas ruas que se iniciam no Rio Negro e nos principais igarapés, não tendo um destino final representado no desenho.

Outro fato a ser considerado na observação deste mapa, é a localização de alguns imóveis nos arrabaldes, além do ‘perímetro urbano’. O “Estabelecimento dos Educandos”²¹¹, no bairro denominado Constantinopla²¹² já está referenciado na legenda e locado no desenho, assim como alguns imóveis localizados no chamado Saco de Alferes, depois bairro de Tocos e bairro de Aparecida. Também transpondo o outro lado do igarapé da Cachoeira Grande, onde fica o bairro São Raimundo, percebemos algumas construções e mesmo sem referência na legenda, podemos identificar sua ocupação na época. Este fato se faz bastante interessante, pois configura a povoação dos arrabaldes da cidade, quase sempre negligenciado nos mapas e plantas que tivemos acesso.

Contrapondo este mapa aos relatórios, falas e mensagens dos administradores, percebemos o intenso processo de aterros e desaterros oriundos da necessidade de nivelamento da cidade para a instalação dos equipamentos e da infra-estrutura necessária. Conforme Fala do Presidente da Província Satyro de Oliveria Dias, em 1881:

²¹¹ Localizado no bairro Constantinopla, o “Estabelecimento dos Educandos e Artífices” foi criado em 1856 conforme Lei n. 60 e teve seu primeiro regulamento aprovado em 1876 pela Lei n. 104. Coleção de Leis da Província, 1876, Tomo V, p. 3. O objetivo dos administradores era criar uma instituição que atendesse e superasse a falta de mão de obra na época, oferecendo cursos e oficinas profissionalizantes, como marcenaria, costura, ferreiro, sapateiro, pedreiro, entre outros. O estabelecimento enfrentou várias dificuldades por falta de mestres e aprendizes que atendessem a demanda e pelas várias reformas em seu quadro de profissionais, trazendo mestres da Europa na tentativa de fazer a instituição funcionar conforme o desejo dos administradores, em 1877 a Lei n. 364, extinguiu o estabelecimento, mas em 1882, a Lei n. 564, autoriza restabelecê-lo sob a denominação de “Instituto Amazonense”. Em mensagem de 1894, Eduardo Ribeiro organiza a instituição e aprova novo regulamento, através do Decreto n. 15 de fevereiro de 1894, na tentativa de expandir e atualizar o ensino “tendo em vista os princípios da ciência moderna”. A instituição, em decadência, tem sua denominação alterada em 1905, conforme Lei n. 487, para “Instituto Agrícola Industrial do Amazonas”. Em 1909 passa a chamar “Instituto Affonso Penna” e em 1914 passa a chamar “Escola de Aprendizes Artífices”. Conforme pesquisa realizada por Mesquita, a escola, criada para educar “meninos índios desamparados”, retirados muitas vezes de seu lugar de origem, pretendia capacitar trabalhadores para atender a carência de profissionais que afetavam a cidade, porém, “algumas deficiências impediram que os objetivos da sociedade e dos governantes fossem levados adiante”. MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: Histórias e Arquiteturas 1852 – 1910*. 3ª edição. Manaus: Editora Valer, 2006, p. 116-119

²¹² Mais tarde, o bairro receberá o nome de Educandos, referenciando o Estabelecimento.

“Graças ao nosso patriotismo as obras publicas na província teem ultimamente notável desenvolvimento. (...) algumas acham-se concluídas, outras em adiantada execução, e em estudo outras”²¹³.

A partir do desenho deste mapa junto à documentação analisada, percebemos algumas ideias de ‘projeto de cidade’, ou de ‘desejo de cidade’, permeada pelos indicativos de crescimento, destacando e sugerindo ideias e intenções de um desenvolvimento da espacialidade, a partir do crescimento, da expansão e da valorização dos espaços localizados ao norte e a leste da cidade. Algumas vias desenhadas no mapa seguem sem fim, e, nos documentos encontramos propostas e execução de melhoramentos e embelezamentos, que sugerem seu nivelamento e calçamento. Por exemplo, a rua da Imperatriz, que se inicia no rio Negro ao sul e segue para o norte rumo a floresta, depois rua Epaminondas, limitada pela rua Brasileira ao sul, seguindo rumo ao norte, entre outras,

“(...) tornam-se por meio dessas intenções, esboços de um futuro crescimento ordenado e racionalizado, concreto ou não, mas existente e desde já sendo construído historicamente como necessidade de civilização”²¹⁴.

Podemos destacar algumas intervenções significativas que vão modificando o relevo e o aspecto da paisagem da cidade, na tentativa de nivelar seu terreno e melhorar sua circulação. Estas ações de aterro e desaterros tornam-se frequentes nas vozes dos administradores, sendo possível destacar algumas áreas que vão sendo modificadas por estas ações, com maior intensidade. Como a área de São Vicente, conforme os calçamentos realizados, como, por exemplo, no “lado meridional do largo Pedro Segundo e as frentes do Palácio do Governo e da cadeia civil”²¹⁵ e nivelamento da rua do Passeio, onde “o aplainamento da rua feito em dous planos inclinados, um entre os portões do Seminário e do Passeio Publico e o outro d’este ultimo portão à rua do Governador Victorio”.

A área onde se localiza o mercado público também passa por uma série de aterros iniciados em 1882 e finalizados em 1884, pois, conforme Relatório do Presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá, era necessário o aterro porque “o local em que se construiu o edifício era muito inclinado para o Rio Negro e o contracto celebrado entre o thesouro provincial e Backus & Brisbin obrigava a província a dar o terreno nivelado e prompto

²¹³ DIAS, Dr. Satyro de Oliveira. Falla do Presidente da Província do Amazonas, em 04 de abril de 1881, p. 43

²¹⁴ PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *De costas para o rio: a evolução do espaço urbano de Manaus analisada nos mapas de 1844 a 1893*. Relatório de iniciação científica. Manaus: Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, 2012, p. 30

²¹⁵ DIAS, op. Cit., 1881, p. 49

para receber o calçamento.”²¹⁶ O mercado, teve sua construção arrematada em 6 de janeiro de 1882 pela empresa norte americana Bakus & Brinbin e em 14 de julho de 1883 era inaugurado, tendo sua fachada voltada para o rio Negro. É interessante destacar, conforme relatório deste presidente, que o local onde foi construído este edifício era tão inclinado em direção ao rio Negro que foi necessário um aterro que chegou a aumentar em “6 metros”²¹⁷ para que pudessem ser sustentadas as paredes laterais que apoiavam os parapeitos da sala do lado ocidental. Assim, aterros e desaterros tornam-se centrais nos documentos da época.

Notamos que o primeiro igarapé a ser aterrado, foi o igarapé da Ribeira, que se localizava na área onde a cidade iniciou sua ocupação, próximo ao Forte. Tinha sua nascente na rua Municipal, desaguando no igarapé do Espírito Santo e sofreu interferências desde a instalação da Província. Faziam-se necessárias intervenções que privilegiassem a entrada da cidade, sendo executadas diversas ações de aterro e nivelamento a fim de se construir o Caes da Imperatriz, principal acesso da cidade, assim como os melhoramentos e embelezamentos ao Largo ou Praça da Imperatriz. Estas obras são citadas frequentemente nos documentos, destacando as dificuldade em vencer as águas e o solo, que artificialmente era deslocado.

“Apresenta este caes uma fenda na secção compreendida pela escada respectiva e a ponte, que por ora não inspira receio algum sob ponto de vista da estabilidade d’esta obra; porem mais tarde de por acaso não tiver cessado como parece a causa que o produziu e que não pode ser outra senão a compressibilidade do solo, haver necessidade de construir n’essa parte um gigante de pedra e cal afim de prevenir qualquer desastre”²¹⁸.

Os aterros foram acompanhados pelos desaterros das áreas mais elevadas da cidade, que tinham seus relevos arrasados e modificados. Na medida em que se aceleravam as obras de nivelamento para a abertura das vias e as intervenções nos igarapés, modificando e alterando seu curso e suas margens, processo que se intensifica nos anos de 1893, com a administração de Eduardo Ribeiro²¹⁹, surge a formação de pântanos e grandes poças, por onde corriam e ficavam represadas as águas das nascentes e das chuvas, levando anos para ser resolvido.

Em 1884, o presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá, anuncia a conclusão das obras feitas na área onde se localizava a ponte da Imperatriz, área esta forçosamente nivelada para

²¹⁶ PARANAGUA, Dr. José Lustosa da Cunha. Relatório do Presidente da Província, em 16 de fevereiro de 1884, p. 45.

²¹⁷ Ibidem, 1884, p. 47

²¹⁸ REGO, Jacintho Pereira do Rego, Relatório do Presidente da Província, em 1 de junho de 1868. P. 36

²¹⁹ Em sua administração, a autorização para aterramento dos igarapés de São Vicente, Espírito Santo e Remédios (Aterro), intensifica este processo, que no caso do igarapé dos Remédios, durará muitos anos até que seja totalmente aterrado e sua avenida concluída.

resolver os problemas que os aterros e desaterros haviam causado, demonstrando a falta de orientação com que estas obras eram executadas, trazendo diversos prejuízos aos cofres públicos.

“Caes unindo a ponte da Imperatriz com a de Tamandaré (...) Depois de feito o projeto para este caes as águas pluviaes escavaram muito o terreno em que elle tinha de ser construído, porque tendo sido aterrada a avenida por detraz do encontro oriental da ponte da Imperatriz, foram para lá desviadas as que corriam directamente para o igarapé do Espírito Santo, em frente à alfandeha.

Em consequência do paredão ter de ficar com maior altura foi necessário também aumentar a sua espessura e a do respectivo alicerce, o que trouxe excesso de despeza”²²⁰.



Figura 7:

Vista da Ponte da Imperatriz que atravessa o igarapé do Espírito Santo, unindo o Largo/Praça da Imperatriz a Praça Tamandaré no bairro República. Ano 1889.

Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA)

Com o favorecimento econômico vindo pela atividade extrativista e comercial da borracha, junto à crescente oferta de mão de obra, decorrente dos processos de imigração nordestina²²¹ e também estrangeira, por volta dos anos de 1870 e se intensificando no final do século XIX, os projetos de melhoramentos e embelezamentos se intensificam. Determinados pela lógica capitalista de transformação do espaço urbano, estas intervenções determinaram a reordenação da ocupação do solo, assim como das novas relações sociais e culturais que com intensidade e grandiosidades, produzem uma verdadeira alteração na geografia da paisagem, no funcionamento da cidade, assim como na vida e na cultura de seus habitantes. O Estado, ocupando o papel de produtor do espaço urbano, na defesa dos interesses de uma elite burguesa que se construía com a economia da borracha, irá atender às novas necessidades de expansão das relações capitalistas, partindo

²²⁰ PARANAGUA, op. Cit., 1884, p. 45.

de um urbanismo ‘moderno’, que, conforme declara Oliveira²²², se concretiza fixando racionalidades e negando suas dimensões pretéritas, quer fossem naturais ou sociais.

As características das normas de controle aplicadas em Manaus, como também nas cidades brasileiras que discutiam suas mudanças urbanas, na segunda metade do século XIX, apontam para uma tentativa de controle em relação aos hábitos da população, onde o alcance das ‘regras’ impostas pelo Estado demarcam o domínio do público e do privado, precisando seus limites com seus usos, ocupações e apropriações. Segundo Otoni Mesquita, os Códigos de Posturas, irão se apresentar “como um artifício para consolidar um modelo de civilização”, adquirido como tendência, similar às práticas de controle adotadas pelas cortes europeias desde há algum tempo²²³. Assim, seu conteúdo, vem estender o poder de controle do Estado, regulando as atividades e o comportamento da sociedade, vinculados a um discurso técnico e higiênico no que diz respeito à idealização da paisagem e da sociedade. No caso de Manaus, a paisagem de uma cidade entrecortada por igarapés era um problema para os construtores da cidade, em busca de uma imagem que correspondesse a este ‘modelo de civilização’.

“(…) esta característica era considerada inconveniente, pois além de impedir a regularidade das ruas e a comunicação entre os bairros, os igarapés comprometiam as pretensões de apresentar Manaus através de uma imagem saneada e higiênica”²²⁴.

Em 1 de junho de 1872, é promulgado o Código de Posturas Municipais de Manaus, sob a Lei n. 247. Este documento vem apresentar um conteúdo rico em detalhes, onde o discurso do ‘embelezamento e dos melhoramentos’, necessários à cidade da época, se fazem presentes. A partir de diversos temas, a imagem da cidade vai sendo ‘desenhada e desejada’ seguindo regras de conduta, de sociabilidades, assim como normas e diretrizes que orientem a construção da paisagem, de forma a satisfazer tecnicamente e esteticamente um modelo já colocado como ‘modelo de modernidade e civilidade’. O primeiro tema do documento trata do “*Aformoseamento e regularidade da cidade e subúrbios*”, que já no seu Art. 1 vem determinar que os edifícios e/ou muros construídos “dentro dos limites da cidade” devem ter “uma aparência elegante”, definindo padrões para as alturas, as aberturas, portas e janelas, assim como os alinhamentos permitidos pela Câmara, devendo

²²² OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920 – 1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Editora Valer, 2003

²²³ MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890 – 1900)*. Manaus: Editora Edua, 2009, p. 134

²²⁴ *Ibidem*, 2009, p. 136

assim serem aprovados antes da construção, Mais a frente, no Art. 3, o documento proíbe a construção de edificações cobertas de palha, em área delimitada entre as ruas “dos Remédios, Boa Vista, Espírito Santo, Marcilio Dias, Flores, Imperador, Brazileira, Manãos até o Aterro, Henrique Martins, Cinco de Setembro, S. Vicente, Independência e Travessas que lhes são correspondentes, e em todas as Praças”²²⁵. É interessante notar que estes padrões de embelezamento excluía os ‘arrabaldes’, desenhados pelos igarapés que limitavam a cidade.

Outros temas como no Título II, “*Cômodo e segurança Pública*” estabelecem regras e diretrizes sobre a segurança e a circulação de edifícios, coisas e pessoas que perturbassem a saúde e a tranquilidade pública; o Título III, “*Limpeza Pública*”, versa sobre a proibição de despejo de dejetos de qualquer natureza nas vias públicas, tais como animais, lixo de todas as espécies, entulhos, assim como a conservação da limpeza de terrenos e quintais; no Título IV, o documento trata de disposições sobre o comércio, da fiscalização dos prestadores de serviço como carroças, carruagens de luxo, assim como suas respectivas licenças, horários de funcionamento e obrigações; no Título VI, trata de “*Distúrbios e Ofensas a moral pública*”, proibindo desde gritos, xingamentos, alaridos, como andar embriagado, seminu ou portar faca ou canivete, sendo reconhecidos estes atos ofensas ao bom costume; “*Jogos proibidos e escravos*” coibia todo e qualquer jogo e ato ilícito em lugares públicos como também proibições e limitações aos escravos, proibidos de transitar após das 8 horas da noite, ou se reunirem em qualquer estabelecimento comercial; no título VIII, “*Dos animais daninhos &*” dava providências como os animais deveriam ser tratados, utilizados e conduzidos, delimitando as áreas que poderiam ser criados e limitando seu tráfego em alguns trechos da cidade; o título IX versa sobre “*Salubridade pública*”, dava as orientações sobre vacinas, sobre como conduzir o abatimento dos animais assim como a disposição e a venda das carnes que deveriam proceder de matadouros fiscalizados; o título X orienta sobre o “*Cemitérios e enterramentos*”, onde orienta sobre a condução e a localização desejada para o sepultamento, seja ele de pessoas ou animais, tendo seu local demarcado no terreno dos cemitérios; o último título XI, dispõe sobre “*Disposições Gerais*”, falando sobre horários de funcionamento dos comércios, assim como a proibição de caçar tartarugas nas ruas e praças e de como se deveria proceder em relação aos fiscais, as penas e prejuízos.

Estas normas se apresentam impregnadas de princípios moralizantes e com

²²⁵ Coleção de Leis da Assembleia Provincial do Amazonas. Tomo XX, de 1872. Manãos: Typographia do Amazonas, 1872.

proibições que pretendem impor uma ação transformadora, “educando e polindo os costumes locais; em última instância, se redesenhava a paisagem urbana”. Mesquita evidencia nestes discursos, a valorização da “aparência externa das coisas”, e uma rejeição às manifestações e costumes comprometidos com os aspectos característicos do lugar, propondo e impondo padrões completamente inadequados às especificidades naturais, ambientais e culturais que a cidade apresentava²²⁶.

Sobre os usos e as apropriações dos igarapés, o Código de Posturas de 1872, mantinha as disposições das Posturas Provisórias de 1868 e acrescentava novas. No Art. 24, “proibido cravar pregos, argolas ou estacas nos cais e rampas da cidade para amarrar embarcações”, sendo permitido seu uso apenas para carga e descarga das embarcações, tendo um tempo limitado para isso “Os que excederem desse tempo pagarão dez mil réis de multa, se as embarcações forem pequenas, e vinte mil réis se de maiores dimensões e calados”. No Art. 40, a proibição se estende também às “praias dos portos da cidade”. Nos Artigos 46 e 53, orientava a respeito dos “terrenos alagados ou pantanosos em que existem imundices” sendo os proprietários “obrigados, no prazo de seis meses, a cercá-los, e aterrá-los para tornarem-se limpos e salubres” e sobre a inspeção feita pelos fiscais nas “cachoeiras e cavaliças que existem dentro da cidade”, sendo obrigados a mantê-las sempre limpas. No Art. 69, a proibição da comercialização de peixe fresco nas canoas, sendo o mercado o lugar apropriado, assim como proibido “lançar timbó” nos rios e igarapés, Art. 102 e Art. 108 que proíbe “As tapagens nos lagos e igarapés do município para lançar peixe-boi ou tartarugas”. No Art. 75. A atenção é voltada a proibição de “tomar banho nu, lavar roupa e animais no seu litoral e igarapés, que a cortam, ou próximo das fontes que fornecem água para consumo publico”, percebe-se uma preocupação maior com uma área configurada com perímetro urbano, ficando, às vezes, solta as disposições sobre os arrabaldes, suscitando pensarmos que nos bairros que se realizavam além deste limite estas regras eram menos rígidas, ou não existiam. Conforme referência deste documento, continua a proibição de “tirar-se água no igarapé do Aterro para ser vendida à população bem como nele lavar roupa, cavalos e outros animais. Ao infrator cinco mil réis de multa ou dois dias de prisão”. Além da persistência desta proibição, que já estava colocada no Art. 4 das Posturas Provisórias de 1868, o Código de Posturas de 1874 traz algumas disposições específicas aos aguadeiros:

²²⁶ MESQUITA, op. Cit., 2009, p. 141

“AGUADEIROS

Art. 31. – Os donos de carroças de condução de agua serão obrigados a conservar cheias suas pipas à noite e comparecer com elas ao lugar de incêndio sob pena de multa de vinte mil réis.

§ Único. – A câmara dará de premio vinte mil réis a primeira pipa de agua que se apresentar no lugar do incêndio sendo de noite; e dez mil se for de dia”.

É interessante destacar, como estes trabalhadores irão se manifestar contra este fato, configurando uma resistência no que se refere às suas condições de trabalho. Em 13 de julho de 1875, conforme Ata da Câmara Municipal, Monteiro²²⁷ conta que chega um ofício dos aguadeiros reclamando ao Presidente da Província contra as proibições de abastecerem as pipas no igarapé do Aterro. No dia seguinte, o Comércio do Amazonas publica a resposta sobre a reclamação dos aguadeiros:

“Petição dos aguadeiros - Petição dos agoadeiros. ”Resolveo-se a officializar a Presidência da Província dizendo que é prohibido pelo Código de Posturas tirar-se agoa no igarapé do Aterro, e que há caminho regular para o igarapé de Manãos que esta destinado para esse fim”²²⁸.

A confirmação da proibição não impede a retirada de água dos igarapés centrais por parte destes trabalhadores. A persistência dos aguadeiros em utilizar o igarapé do Aterro e o de Manaus, seria decorrente da facilidade de acesso para se chegar até suas águas e pela sua localização mais próxima ao povoamento, facilitando o transito destes trabalhadores. Para o igarapé de Manaus, falavam de “um caminho regular”, indicando o Mocó, ficando na foz do igarapé de Manaus, o que fazia com que a trajetória na hora da distribuição se tornasse mais longa e difícil. Monteiro descreve, que em 5 de janeiro de 1887, o presidente da Câmara Pedro Regalado Epifânio Batista, manda limpar as nascentes do igarapé de Manaus “protegendo-o com uma cisterna (...) e também cuidados com a estrada para o transito das carroças d’água”²²⁹, mas que em 19 de janeiro a Câmara Municipal recebe um abaixo assinado dos aguadeiros protestando contra a proibição de retirarem a água da parte inferior deste igarapé, o que lhes dificultava o trabalho, e ameaçam uma greve. A Câmara nomeia uma comissão para que sejam examinadas a estrada e a nascente do igarapé de Manaus, para tentar solucionar “o difícil problema agitado em massa pela corporação dos

²²⁷ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O aguadeiro: subsídios para a história social do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1977, p. 34

²²⁸ Comercio do Amazonas. 14 de julho de 1875, p. 2.

²²⁹ Ibidem, 1977, p. 35.

fornecedores d'água”²³⁰. Não podendo servir-se das águas dos igarapés centrais, condenados em certa época do ano, quando da seca ou por outros motivos, “quando não fossem de ordem higiênica eram de ordem moral”²³¹ eram obrigados a longos e trabalhosos percursos, dificultando e demorando a distribuição para a população. Então, os aguadeiros, assim como as lavadeiras, são ‘expulsos’ das vistas da sociedade indo cada vez mais para os arrabaldes e subúrbios da cidade.

Dentre todas as disposições colocadas pelo Código de Posturas, o artigo Art. 52 traz uma preocupação ‘nova’ a respeito da limpeza dos igarapés que separavam os bairros principais da cidade. Eram eles o igarapé dos Remédios, separando os bairros Remédios e Republica, o igarapé do Espírito Santo separando os bairros da Republica e Espírito Santo e o igarapé de S. Vicente que com o igarapé do Espírito Santo limitava o bairro do Espírito Santo,

“deverão ser limpos todos os anos, pelo menos duas vezes, a custa da câmara, afim de desinfeta-los de quaisquer imundices que, estagnadas, possam causar insalubridade publica, bem como roçar e queimar as matas em tempo próprio, de forma que no principio da enchente se conserve todo o espaços sempre limpo. Aqueles que forem encontrados a fazer neles despejos ou obstrução, por meio de entulhos, serão multados em trinta mil réis ou oito dias de prisão, e o dobro na reincidência”²³².

Notamos a preocupação com a delimitação de uma área a ser valorizada, higienizada e limpa, desde a década de 1870, ficando o igarapé da Cachoeirinha (Educandos) e o igarapé de São Raimundo (Cachoeira Grande), excluídos das normas impostas ao ‘perímetro urbano’. Este discurso de que os igarapés eram os causadores e proliferadores de doenças, sendo necessário ‘desinfecta-los’, estão colocadas desde 1854, quando o Presidente Silverio José Nery, declara em seu Relatório a respeito do estado sanitário da Província que é de urgente necessidade “a limpeza dos igarapés, que penetram o coração da capital, pois como todos sabem, é uma poderosa causa de moléstias o contacto com a água e de vegetaes arrancados da terra”²³³.

Em vista da percepção dos responsáveis pela ‘higiene da cidade’, os igarapés aparecem como o motivo da proliferação de doenças, tematizados como fatores de insalubridade, como um problema a ser vencido. Este problema se intensifica na medida

²³⁰ MONTEIRO, op. Cit., 1977, p. 36

²³¹ Ibidem, 1977, p. 32

²³² Colleção de Leis da Assembleia Provincial do Amazonas. Tomo XX, de 1872. Manáos: Typographia do Amazonas, 1872.

²³³ NERY, Coronel Silvério José. Anexo sobre informações sobre o estado sanitário da Província do Amazonas, 16 de julho de 1854 p. 328. Relatório da Presidente da Província do Amazonas reeditado em 1906, pelo Governador Coronel Antonio Constantino Nery, Volume I, 1852-1856.

em que os aterros e desaterros, decorrentes das obras de melhoramentos necessários²³⁴, formam a estagnação de águas e pântanos, favorecidos pelo recorte do terreno, junto a todo lixo e sujeira que circulava na cidade.

Conforme Sebastião Rocha da Silva Filho, em estudo a respeito das Posturas Municipais e dos Regulamentos Sanitários no processo de transformação de Manaus da Província a República, vários foram os igarapés e os pântanos aterrados, assim como vários foram surgindo em decorrência dos aterros e desaterros que se faziam sem ordem e sem projeto certo. Conforme esclarece Hermenegildo Campos, em *Climatologia Médica do Amazonas* em 1988, citado pelo autor, o próprio processo de embelezamento contribuiu para a insalubridade da cidade, fazendo surgir mais doenças, com esta prática de aterro e desaterro de pântanos e igarapés, transformada em rotina no cenário urbano, devido a uma busca desesperada em proporcionar espaços considerados higienizados,

“Várias causas motivaram o aumento das febres (...) uma delas foi às escavações iniciadas neste ano para o aformoseamento da cidade (...) Nesses anos as escavações tornam-se um delírio, eram feitas em todos os lugares e ao mesmo tempo; cavava-se, aterrava-se, recavava-se o mesmo lugar. (...) aterra-se igarapés, deixando-se grande espaço entre dois aterros ficando pântanos artificiais dentro da cidade. Para ele correm as águas das enxurradas e dos despejos: o que se há de esperar de tal estado de causa”²³⁵

Assim, percebemos que os aterros e desaterros entraram nas intenções e resoluções dos administradores e construtores da cidade, cada vez mais ganhando velocidade e intensidade.

Funcionando como instrumentos de sustentação para construção de espaços salubres, higiênicos e sadios, os Códigos de Posturas Municipais e o Regulamento Sanitário²³⁶, irão atuar dando decisões que “sepultarão hábitos e saberes locais” em

²³⁴ Em seu artigo “Melhoramentos urbanos como estratégia de dominação social”, Rafael Augustus Sêga, fazendo referência as obras de melhoramentos e embelezamentos na cidade do Rio de Janeiro, destaca que os morros eram enxergados como fatores de insalubridade, assim como os igarapés em Manaus. O autor explica que os morros foram apontados como elementos que impediam os ventos e porque deles escoavam as águas das chuvas, que se espalhando na vasta planície sobre a qual estava implantada a maior parte construída da cidade, tornavam-na pantanosa e úmida. Assim, desde muito cedo, “os médicos defendiam, além do aterro dos pântanos, o arrasamento dos morros. SÊGA, Rafael Augustus. *Os Melhoramentos urbanos como estratégia de dominação social*. Porto Alegre: Anos 90, Revista do Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, n 14, dezembro de 2000.

²³⁵ FILHO, Sebastião Rocha da Silva. *A organização do serviço sanitário em Manaus: sanitaristas e suas práticas de intervenção (1891-1920)*. Dissertação de mestrado. Manaus: Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas., 2013, p. 17-18

²³⁶ Conforme explica Filho, o Decreto n. 106 de 22 de maio de 1891, cria e organiza uma junta de saúde pública denominada “Inspectoria de Hygiene” do Estado do Amazonas. Com este decreto formaliza-se o

favorecimento de novos comportamentos e hábitos, onde “Manaus se torna uma cidade ordenada e expropriada de seus antigos costumes, memória e tradições”²³⁷. Sua imagem é transformada pela necessidade de criação de uma infra-estrutura e de serviços urbanos, onde a tecnologia só era possível nos lugares mais ricos e desenvolvidos da época. Ligada ao mercado externo, a espacialidade de Manaus é determinada por interesses distantes, onde a elite que nasce com a borracha traz consigo hábitos, costumes e valores que excluem as condicionantes naturais impostas pela realidade da cidade²³⁸.

A comercialização e exploração do látex, dentro da economia brasileira do final do século XIX início do XX, estava entre os principais produtos de exportação, sendo o Brasil o principal exportador da borracha²³⁹. A Inglaterra, que detinha a hegemonia e a autonomia no fluxo internacional do comércio da borracha, controlava as atividades de exportação, através das companhias de navegação. O domínio da Inglaterra sobre a prosperidade econômica da região cresce, quando, seguindo o modelo de outras capitais, participa da implantação e do funcionamento de praticamente todos os serviços urbanos necessários para a modernização da cidade²⁴⁰. Assim, no início do século XX, praticamente todos os serviços urbanos existentes haviam sido instalados e estavam sendo administrado por empresas inglesas, que de certa forma, faziam parte do cotidiano da cidade²⁴¹.

O cenário urbano passa a apresentar uma série de mudanças funcionais e estruturais em seu espaço e em sua paisagem. A necessidade de um porto, que atendessem aos preceitos do comércio próspero, pontes novas, que sirvam de emblemas do progresso e facilitadores dos acessos necessários para a circulação, edifícios públicos que atendam aos preceitos estéticos atualizados ao estilo da época, um sistema de saneamento básico que beneficiasse os serviços de água e esgoto, iluminação elétrica, e, principalmente, as obras de nivelamento, calçamento e ajardinamento de ruas e praças.

primeiro Regulamento do Serviço Sanitário republicano da cidade de Manaus, ficando sob responsabilidade desta “Inspeção de Higiene”, “o serviço sanitário da terra e o estudo de todas as questões relativas ao saneamento das localidades, bem como das habitações”. Ibidem, 2013, p. 18.

²³⁷ DIAS, Ednéia Mascarenhas. *A Ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999, p. 43

²³⁸ OLIVEIRA, José Aldemir de. SCHOR, Tatiana. *Manaus, Transformações e permanências, do forte à metrópole regional*. In: CASTRO, Edna – (org). *Cidades na Floresta*. São Paulo, Annablume – 2008, p 64

²³⁹ Conforme matéria na revista *Nosso Século*, a exportação da borracha representava quase 100% do comércio mundial do produto em 1878, pouco mais de 90% em 1890 e 75% em 1900. Nos anos de 1910 ainda fornecia 50% da borracha do mundo, sendo seu principal comprador a Inglaterra que controlava toda sua distribuição. *Revista Nosso Século*. Nº 12. Editora Abril. Ano 1900/1910, p. 248

²⁴⁰ DAOU, Ana Maria Lima. *A cidade, o teatro e o “paiz das seringalistas”: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em antropologia Social. Universidade do Rio de Janeiro, Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1998, p. 57-58

²⁴¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. Manaus: EDUA., 1999, p. 39



c. 1894, Avenida Eduardo Ribeiro sendo drenada e aterrada. Notar o cano de concreto no meio do que seria mais tarde a avenida. O Vale Amazônico e o problema da borracha - 1912, Manoel Lobato.

Figura 8:
Igarapé do Espírito Santo sendo drenado e aterrado para construção da avenida Eduardo Ribeiro.
Ano 1894
Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA)



Figura 9:
Construção da Avenida Eduardo Ribeiro. Teatro Amazonas à esquerda.
Fonte Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA)

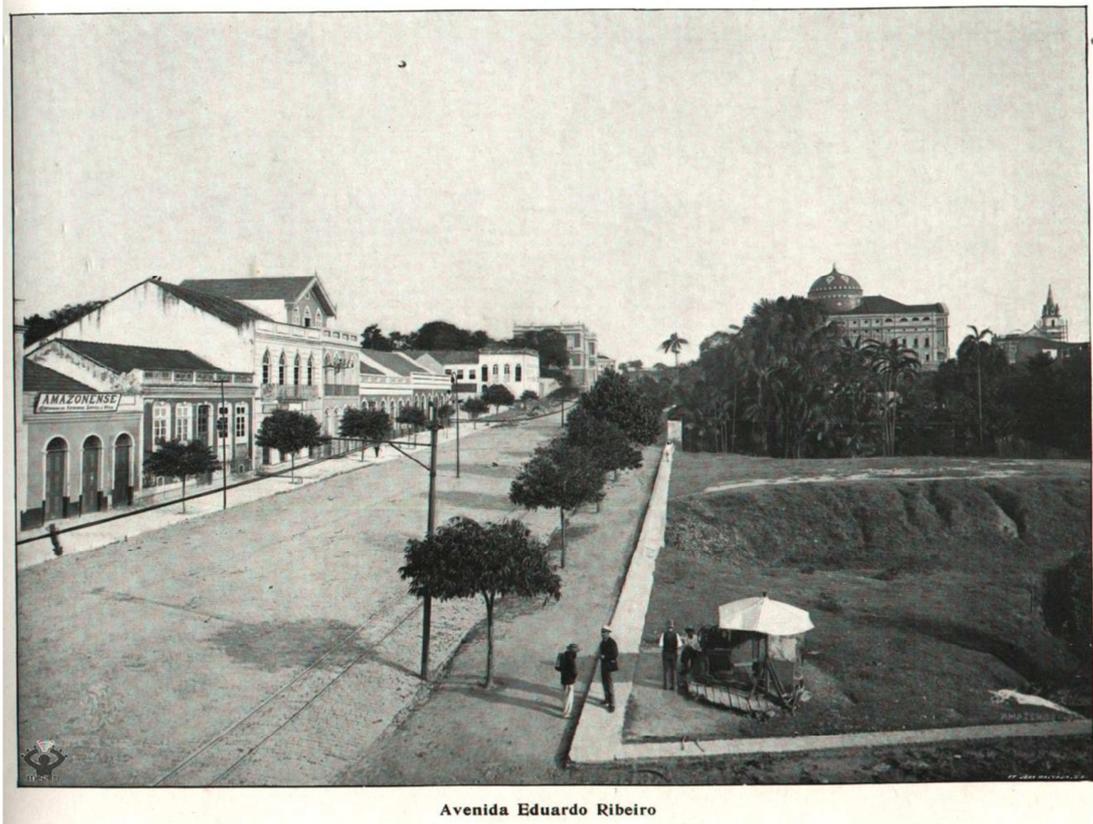


Figura 10:
Avenida Eduardo Ribeiro. Teatro Amazonas ao fundo, canto direito.
Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA)

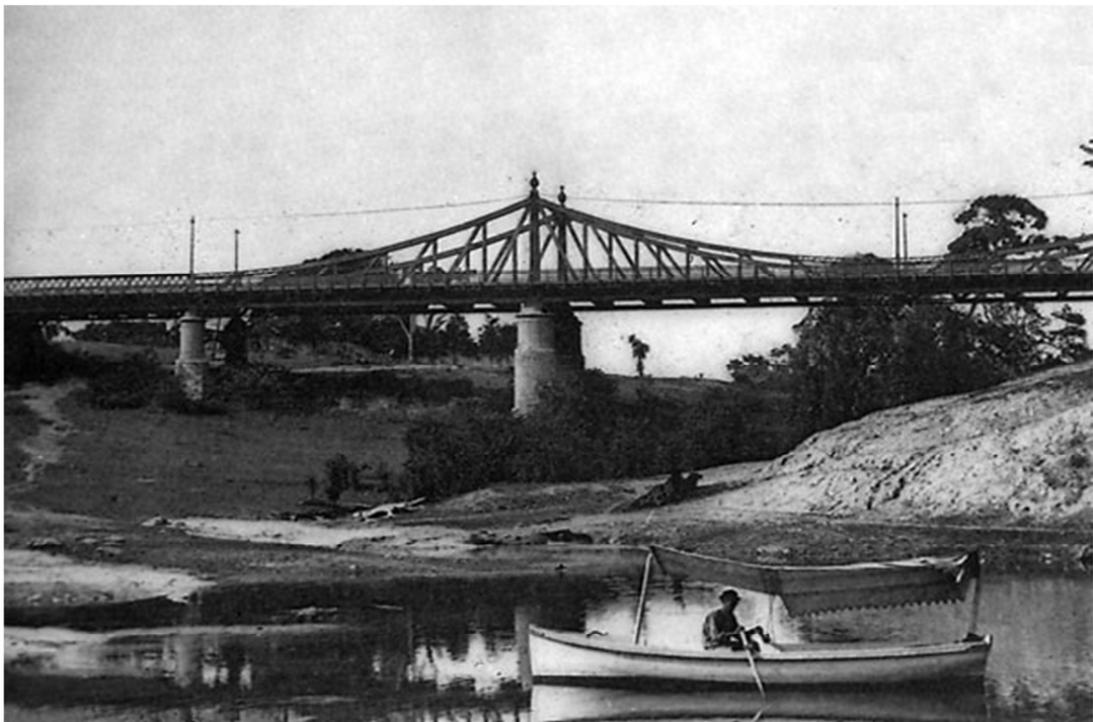


Figura 11:
Igarapé da Cachoeirinha. Ponte de ferro (atual rua Sete de Setembro). 1902.
Fonte: Centro Cultural dos Povos da Amazônia. (CCPA)

Reconhecemos que o processo de urbanização que se deu em Manaus, calcado nos preceitos do urbanismo moderno, visando dotar e privilegiar a cidade com aspectos saneadores, normas e regras civilizadas e práticas de embelezamento, aconteceu diluindo-se no tempo. Porém é inevitável reconhecer a velocidade e intensidade com que estas mudanças ocorreram a partir das propostas do governo de Eduardo Ribeiro, entre os anos de 1892 a 1896, que, com o favorecimento econômico e atendendo uma “elite ávida por demonstrar seu status perante a situação de prosperidade iniciada algumas décadas antes”²⁴², se fez possível concretizar, ou, dar início à maioria das propostas contidas em seu “Plano de Embelezamento”.²⁴³ Conforme Mesquita, as obras arquitetônicas e urbanas idealizadas por Ribeiro, viriam, mais tarde, se impor como referência da cidade.

Marcando simbolicamente os lugares, através de seus elementos singulares, impregnados de mitos sociais e emblemas urbanos, vindos das cidades europeias, estes novos edifícios implantados na cidade do século do XIX e início do XX, determinam a funcionalidade do espaço circundante enquanto símbolos do poder civil²⁴⁴. Conforme Pereira²⁴⁵ está nova composição funcional e estética se dará a partir da caracterização quase que igualitária às práticas urbanas desempenhadas pelas cidades na época, assim estes equipamentos se caracterizarão da seguinte forma: como sede do poder público, os “templos da democracia”²⁴⁶, representados pelo o Palácio da Justiça²⁴⁷, o Novo Palácio do Governo²⁴⁸ com seus tribunais de justiça e parlamentos, como sede dos negócios, os

²⁴² MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890 – 1900)*. Manaus: Editora Edua, 2009, p. 22

²⁴³ O Plano de Embelezamento de Eduardo Ribeiro, está descrito em seus relatórios e mensagens, assim como no Código de Posturas de 1893 (Lei n. 23 de 6 de maio de 1893), no qual seus apontamentos privilegiam o “aformoseamento” da cidade, dentre outras necessidades. As diversas intervenções e obras contidas no Plano, propostas por Ribeiro, visavam dotar a cidade de infra estrutura urbana como iluminação elétrica, abastecimento e distribuição de água, sistema de esgotos, construção, nivelamento e alargamento de ruas, calçamento de vias e passeios, construção de pontes, serviços de telefonia, serviço de bonds, diversos edifícios públicos, arborização e limpeza urbana, ajardinamento de praças, aterro de igarapés, entre outras. RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. Mensagem do Governador do Estado lida perante o Congresso dos representantes, por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária, em 10 de julho de 1893, p. 11-15

²⁴⁴ PEREIRA, José Ramón Alonso. *Introdução a História da Arquitetura, das origens ao século XXI*. Tradução Alexandre Salvaterra. Editora Bookman, 2010, p. 217-220.

²⁴⁵ Ibidem, 2010, p. 215

²⁴⁶ Ibidem, 2010, p. 218

²⁴⁷ A obra do Palácio foi solicitada pelo governador Eduardo Ribeiro em 1893 e, conforme pesquisa de Otoni Mesquita, a obra foi entregue provavelmente no ano de 1900 no governo de Ramalho Junior, porém o autor menciona que em 1903 o governador Silverio Nery comunica que “alguns trabalhos indispensáveis ao prédio estavam em vias de conclusão”. MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: Histórias e Arquiteturas 1852 – 1910*. 3º edição. Manaus: Editora Valer, 2006, p. 229-231

²⁴⁸ Conforme Mesquita, o primeiro presidente a mencionar a necessidade da construção foi Thaumaturgo de Azevedo em 1891. No governo de Eduardo Ribeiro, as obras já se encontram contratadas, mas com lentidão em sua construção. Entre paralisações e continuações em sua execução, e sem um projeto determinado, onde o autor demonstra a existência de vários projetos pensados para o edifício, este não é construído. Idealizado como “um das peças mais importantes da *vitrine* que estava sendo montada. Repleto de significados,

bancos, escritórios e lojas com os artigos mais sofisticados e atualizados da época, tendo como referência a moda e os hábitos europeus, como “templos do comércio”. O Teatro Amazonas²⁴⁹, bibliotecas, vários edifícios científicos e educacionais, como “templos do ócio”, configurando sedes culturais que consolidam o espaço burguês em um “rico conjunto de arquitetura teatral”²⁵⁰.

O Teatro Amazonas, aparece como o edifício que simboliza melhor os tempos de enriquecimento dos seringais, sendo o edifício símbolo da grandeza e da riqueza que a elite ostentou. Conforme depoimento de Gilberto Freyre, o Teatro Amazonas, era “um teatro a que os homens iam de casaca; as poucas senhoras, de decote e cobertas de joias; as muitas cocottes, ainda mais decotadas e mais cheias de joias”²⁵¹.

“No tempo de esplendor do “ouro negro”, foi cidade central para passagem para os barracões e estrados dos seringais. Era um centro de negócios, de cujas irradiações surgiram a vida e a grandeza comercial. Era a praça de um mercado onde tudo se traficava e, cujos excessos, ainda vivem no anedotário antigo, como o caso de se “acender charuto com uma nota de quinhentos mil réis”, o clássico chapéu de Chile, o fraque e a cartola dos poderosos, a bengala de castão de ouro, o uso abundante de Whisky, da champanhe, da cerveja preta, do chopp, dos banquetes, dos régios presentes, das grandes companhias de teatro, etc. Era uma cidade que nascia e já possuía esse grandioso monumento que é o seu teatro, verdadeiro contraste chocante e marcante do que representava a cidade”²⁵²

Neste sentido, Pereira²⁵³ explica que estes edifícios públicos, entram no discurso como equipamentos básicos para o acontecer da burguesia dominante, confirmando, através da “forma ideológica da arquitetura”, a incorporação do conhecimento histórico, onde “com certo descritivismo, apresenta uma filiação estilística a cada ideologia e a cada programa arquitetônico”. As diferentes linguagens destes edifícios se sustentaram em ideais diferentes, marcando com seus emblemas urbanos as cidades do século no final do século XIX início do XX que buscam se aparelhar diante os preceitos modernos,

pretendia destacar o poder através da imagem monumental e pomposa”. Assim, no local idealizado para sua implantação, no final da avenida Eduardo Ribeiro, o Palácio do Governo não foi construído. “No local, foi construído o Instituto de Educação do Amazonas”. Ibidem, 2006, p. 245

²⁴⁹ Iniciada sua construção em 1884 e em 1896 em 31 de dezembro o edifício foi inaugurado com a apresentação da “Companhia Lyrica Italiana”, porém mesmo com a dedicação do governador Eduardo Ribeiro para com o andamento e conclusão da obra, o Teatro foi inaugurado inconcluso. Ibidem, 2006, p. 210-212

²⁵⁰ PEREIRA, José Ramón Alonso. Introdução a História da Arquitetura, das origens ao século XXI. Tradução Alexandre Salvaterra. Editora Bookman, 2010, p.217

²⁵¹ Revista Nosso Século. Nº 12. Editora Abril. Ano 1900/1910, p. 250

²⁵² ARAUJO, André Vidal de. Sociologia de Manaus, aspectos de sua aculturação. Edições Fundação Cultural do Amazonas, Volume 2. Manaus, 1974, p. 122

²⁵³ PEREIRA, op. Cit., 2010, p.196

apresentando seus grandes equipamentos, a partir de soluções especializadas. Este cenário, segundo o autor²⁵⁴, será representado pela arquitetura hospitalar, “uma máquina para tratar doentes”; a arquitetura penitenciária, através do “sistema panóptico”²⁵⁵, vigiando por inteiro a vida do cidadão infrator das regras e normas estabelecidas pela civilidade burguesa; a arquitetura militar, com seus quartéis simbolizando a Pátria, a ordem e a repressão; a arquitetura das ferrovias e dos portos, como as novas portas da cidade, que nas palavras de Zola, citado por Pereira, temos “os mercados e os abatedouros, considerados seu ventre” e centros de intercambio social, onde “o mercado protege o comercio cotidiano”.

Conforme Maria Luiza Ugarte, a obra do porto “constituía um empreendimento arrojado para os padrões da época”, tanto pela sua tecnologia construtiva²⁵⁶ quanto pelo valor simbólico ai intrínseco, representando a porta de entrada e de saída da cidade.

“O porto de Manaus continuaria ainda por muito tempo a ser esse espaço privilegiado por onde a cidade abria-se ao mundo, tanto para dele receber o sopro do progresso, quanto para mostrar-se como sua própria encarnação. A cidade das selvas, a mil milhas de distância de um porto “civilizado”, orgulhava-se de sua frenética trajetória e não conseguia deixar de mirar-se nos espelhos do mundo burguês bem sucedido, tido como cada vez mais próximo e inexorável”²⁵⁷.

A arquitetura dos espaços públicos e sua arquitetura vegetal, também foram privilegiadas em Manaus nesta época. As praças Quinze de Novembro com seus jardins (Matriz)²⁵⁸, e a praça da Republica²⁵⁹, dentre outras²⁶⁰ ganham atenção e destaque nas

²⁵⁴ Ibidem, 2010, p. 217-218

²⁵⁵ O sistema panóptico alcança popularidade do século XIX. Inicialmente atendendo a múltiplos serviços como câmara de vereadores, juizados e penitenciária, este sistema ganha complexidade no seu programa de necessidades, onde a penitenciária se desprende do complexo assumindo-se como um sistema específico ligado as sistema panóptico pensado e desenvolvido por Bentham: “constituído por uma serie de galerias celulares radiais distribuídas em torno de uma rotunda central, a partir da qual se torna mais fácil a vigilância, e que se configura como uma grande sala coberta por uma cúpula que a singulariza formalmente”. Ibidem, 2001, p. 218

²⁵⁶ Como referência ao seu cais flutuante, que possibilitava as grandes embarcações acessarem o porto mesmo com a variação anual do Rio Negro, a construção do Porto foi um fato significativo que marcou e definiu-se como um “emblema de um estado de progresso, onde a civilização amesquinhava e anulava a força da natureza”. A tecnologia, empregada no porto de Manaus, só havia sido posta em prática na Austrália, em Sidney PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. Manaus: EDUA, 1999, p. 42

²⁵⁷ Ibidem, 1999, p. 45-46

²⁵⁸ As obras dos jardins da Matriz são destacadas em vários momentos desde a Província, pela referência da igreja Matriz, nela localizada, sendo um dos principais logradouros públicos para a época. MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: Histórias e Arquiteturas 1852 – 1910*. 3º edição. Manaus: Editora Valer, 2006, p. 280.

²⁵⁹ Localizada no local denominado Largo do Pelourinho, depois Largo do Quartel. A praça passou por uma reforma no governo de Eduardo Ribeiro e em 1894 o governador anunciava que o jardim já estava concluído e que seria “um ponto de reunião agradável à população” RIBEIRO, Eduardo. Mensagem do governador do

falas dos governantes, recebendo a função nuclear de centros e foros da cidade, sendo pontos de conexão urbana da sociedade expoente como centro de lazer, se articulando com o ambiente do entorno, exigindo marcos escultóricos, cercas, quiosques e vários equipamentos para a atividade de lazer e contemplação da burguesia reinante.

Junto às praças e jardins remodelados e embelezados, a arquitetura dos bulevares e passeios das avenidas principais, ganham destaque neste aparelhamento da cidade aos preceitos moderno e burguês. Partindo das influencia engendradas por Haussmann em Paris, Eduardo Ribeiro não poupa esforços em dar a cidade uma nova imagem, na tentativa de privilegiar o trânsito e embelezar as vias publicas.

“Entre todas as obras em execução nesta capital, tem lugar eminente as que se destinam a corrigir o relevo acidentado do solo, tornando-o exequível ao estabelecimento de um train-waay (bonds) que offereça rápido e cômmodo transporte à população. É de grande utilidade e economia a execução destes trabalhos presentemente, porque quanto mais tarde regularizar-se o leito das ruas tanto mais avultadas serão as despesas e a tarefa”²⁶¹.

Conforme a Lei nº12, de 1º/10/1892, fica autorizado o aterro de três igarapés do núcleo central da cidade. O de São Vicente, que formava uma ilha no mesmo bairro e que na planta de 1893, já aparece aterrado, o igarapé do Aterro (Remédios), que, nas palavras do governador,

“Além de ser um grande melhoramento para o aspecto physico da capital, é um meio de retirar de uma vez do centro habitado da mesma um foco constante de emanações prejudiciaes à saúde publica, como é em todo o seu percurso o igarapé dos Remédios. Sem sobrecarregar os cofres públicos de grandes dispêndios por uma só vez, pode-se levar a effeito essa obra gigantesca votando credits parciaes em três ou quatro exercícios. Os planos e orçamentos para este importante trabalho estão já organizado pela repartição de Obras Publicas”.²⁶²

As obras de aterro do igarapé do Aterro ou Remédios estavam concluídas em 1900, mas a construção da avenida só foi concluída por volta de 1930, sofrendo inúmeras criticas pela falta de planejamento e pelo tempo que levou para ser finalizada por conta da falta de

Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1894, p. 28-30.

²⁶⁰ Praça da Saudade, Praça General Osório, Praça São Sebastião ganham também destaque com seus melhoramentos e embelezamentos.

²⁶¹ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. Mensagem do Governador do Estado lida perante o Congresso dos representantes, por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária, em 10 de julho de 1893, p. 11.

²⁶² Ibidem, 1896. P. 49-30

verbas municipais²⁶³.

O outro igarapé que a Lei nº 12 autoriza aterrar, é o do Espírito Santo. Em seu lugar o governador manda construir a avenida do Congresso, depois denominada avenida Eduardo Ribeiro. Esta empreitada torna-se um dos maiores exemplos e símbolos de seu governo e de sua política de embelezamento da cidade. O governador dependia do aterro deste igarapé para a obra de prolongamento da rua Comendador Clementino, na época em que construía o Palácio do Governo, localizado no final deste eixo, marcado pelo igarapé. Segundo o Plano de Embelezamento de Ribeiro, a construção da avenida completaria sua intenção de reformar a paisagem e dotá-la dos preceitos modernos que correspondiam aos eixos comerciais dos grandes centros urbanos da época.

“O embelezamento das praças 15 de Novembro e o Thesouro do Estado, completado com o aterro do igarapé do Espírito-Santo, que se estenderá em rampa calçada até a linha máxima vasante do Rio Negro, será um melhoramento de grande vantagem requisitado há muito pelo serviço de comercio de movimento de mercadorias o fácil embarque e desembarque de passageiros”²⁶⁴.

A intenção na construção desta avenida, era marcá-la como eixo monumental, tendo o edifício do Palácio do Governo ao fundo. A avenida foi idealizada como um via monumental, com 30 metros de largura, sendo necessário neste processo o aterramento do igarapé e a desapropriações de vários terrenos do entorno. Segundo Otoni Mesquita, a avenida estava totalmente concluída em 1902, conforme imagem fotográfica de Fidanza no álbum do Amazonas. Para o autor,

“Sem duvida, a avenida Eduardo Ribeiro atendia ao modelo de espaço publico requisitado pela burguesia, onde o consumo e o lazer assumiram importantes papéis, surpreendia s viajantes porque era como encontrar uma cópia fiel dos grandes centros civilizados em pleno coração da selva amazônica”²⁶⁵.

Tais obras tinham como escopo a viabilização da circulação e comercialização dos produtos, assim como dotar a cidade com os símbolos do progresso. Os melhoramentos que ocorrem na época, atrelados à modificação da paisagem e do funcionamento das cidades, segundo Meyer, ocorrem quando um grupo de homens influentes, no caso a elite

²⁶³ MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890 – 1900)*. Manaus: Editora Edua, 2009, p.179

²⁶⁴ RIBEIRO, op. Cit., 1893, p. 11-12.

²⁶⁵ MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: Histórias e Arquiteturas 1852 – 1910*. 3º edição. Manaus: Editora Valer, 2006. p. 299

da borracha, que como já explicitamos, vem sendo gerada desde a ‘elite política imperial’ na época da Província, é levado, por razões políticas, a um espírito público que tem por interesse fazer coincidir os interesses públicos e coletivos, buscando obter do poder público a permissão para os melhoramentos.

O discurso engendrado pelas práticas de Intervenção do Estado, arquitetou, a partir de um discurso científicista, estético e disciplinador, a representação da cidade moderna, civilizada, limpa, rica, atraente e próspera para a imigração, para o capital e para o consumo. Assim, a cidade sofreu o primeiro grande surto de urbanização, onde “embelezar e modernizar Manaus foi o grande objetivo dos administradores”.

“o governo priorizou, do ponto de vista dos investimentos, o aterro dos igarapés, abertura de ruas, construção de prédios públicos, construção de pontes, saneamento, iluminação, construção de escolas, limpeza, etc”²⁶⁶.

No mapa levantado em 1893, na administração de Eduardo Ribeiro²⁶⁷, podemos identificar o crescimento da cidade, comparando-o a mapas anteriores, observando vários indicativos de transformação. Podemos ler o mapa como representação do que era a cidade real ou o que se idealizava como ‘projeto’. Os mapas e as cartas cadastrais, usados como fonte de pesquisa, são imagens que, analisadas em sua especificidade, tornam-se textos contendo “elementos alfabéticos” que proporcionam margem para uma análise discursiva, produzindo uma identidade da cidade ao estabelecer um recorte do espaço contido²⁶⁸. Assim, o mapa pretende retratar a cidade, engendrando indagações sobre a maneira em que é feito e sobre as paisagens construídas, sejam elas reais ou imaginárias, desejadas.

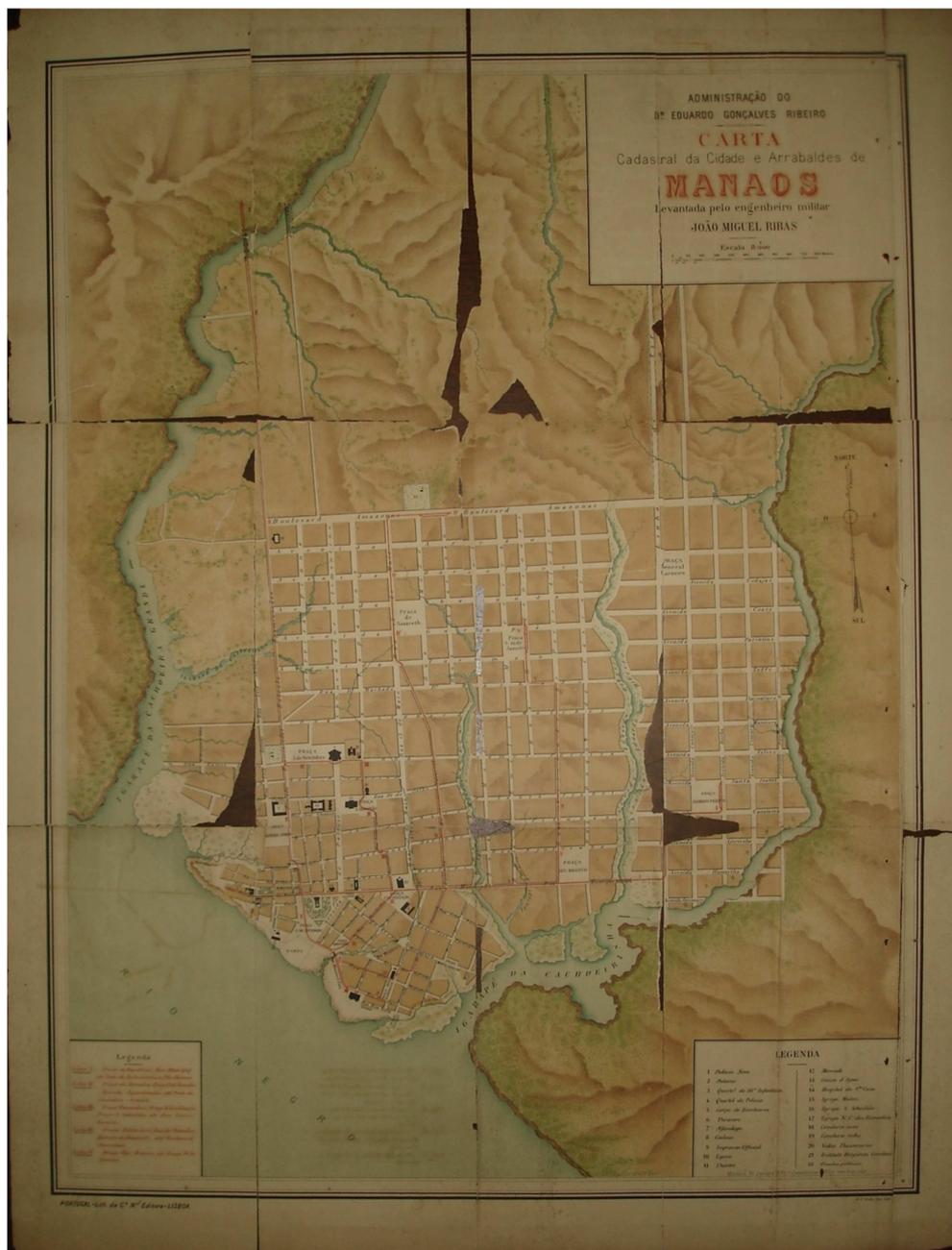
“Como representação do mundo, a carta é uma construção imaginária (da realidade), mas que tem o poder não só de orientar o olhar e a percepção (do real), mas também como criar a paisagem urbana que representa”²⁶⁹

²⁶⁶ DIAS, Ednéia Mascarenhas. *A Ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999, p. 18

²⁶⁷ Este documento cartográfico é citado pelo governador Eduardo Ribeiro, como “uma necessidade palpitante o conhecimento perfeito da divisão territorial e da orientação das diversas ruas e praças públicas, afim de executar gradualmente um arruamento mais conforme ao embelleamento desta capital”. RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. Mensagem do Governador do Estado, em 10 de julho de 1893, p. 11. Sendo sua elaboração um “trabalho importante que habilitará o Governo a conhecer o cadastro da cidade dentro do perímetro urbano, com exacta discriminação das propriedades, facilitando assim a organização de um completo plano de arruamento”. Ibidem, 1893, p. 13.

²⁶⁸ FIALHO, Daniela Marzola. *Cidades Visíveis. Por uma história da cartografia como documento de identidade urbana*. Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História, universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, p, 14-15

²⁶⁹ Ibidem, 2010, p, 15



Mapa 7:
 Carta cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manáos.
 Levantada por João Miguel Ribas e desenhado por Willy Von Bancel.
 Lisboa: Cia. Nacional, 1893.
 Acervo Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Diversos são os elementos destacados no desenho, que caracterizam as ideias e diretrizes do momento, como o desenho racional das quadras, o arruamento retilíneo, as ruas e avenidas largadas representando os novos eixos de circulação para facilitar o adensamento de áreas mais afastadas do núcleo de formação da cidade. O aterramento dos igarapés do Espírito Santo e São Vicente são apresentados pelo desenho como concluídos.

Duas legendas são destacadas neste mapa. A primeira, no canto inferior direito,

apresenta os principais edifícios implantados na cidade, marcando o espaço através de suas referências funcionais e simbólicas: 1- Palácio Novo; 2- Palácio; 3- Quartel da 36 infantaria; 4- Quartel da Polícia; 5- Corpo de Bombeiros; 6 Tesouro; 7- Alfândega; 8- Cadeia; 9- Imprensa Oficial; 10- Lyceu; 11 Theatro; 12- Mercado; 13- Caixa d'água; 14- Hospital de Santa Casa; 15- Igreja Matriz; 16- Igreja S. Sebastião; 17- Igreja Nossa Senhora dos Remédios; 18- Cemitério Novo; 19- Cemitério Velho; 20- Velha Thesouraria; 21- Instituto Benjamin Constant; 22- Escolas Públicas. A outra legenda, localizada no canto inferior esquerdo, apresenta o itinerário dos bondes: Linha I – Praça da República, rua Municipal, Porto da Cachoeirinha e Praça Rio Branco; Linha II – Praça dos Remédios, praça 15 de Novembro, estrada Epaminondas e porto da Cachoeira Grande; Linha III - praça Tamandaré, praça da Constituição, praça S. Sebastião até a rua Ramos Ferreira; Linha IV – praça Tamandaré, rua dos Remédios, estrada de Nazareth até Boulevard Amazonas; Linha V – praça Rio Branco até praça 14 de Janeiro.

“A cidade de Manaus vista do mapa de 1893 é a cidade ordenada, orquestrada pelo pensamento para melhor organização de seu funcionamento. Esse novo momento é político, pois se trata agora de um período republicano, um novo momento em que as raízes tradicionais e familiares da monarquia são suplantadas por monumentos que buscam esquecer o passado de ‘atraso’ e passam a olhar o presente com construção de um futuro, daí as ideias antecedem a prática da ação. E assim, os mapas constituem documentos importantíssimos de representação do presente para idealização de um futuro, ou representação futura de algo almejado para o presente”²⁷⁰.

Buscamos perceber, através da documentação e das imagens como o discurso de modernização, foi estruturando as propostas de ‘melhoramentos e embelezamentos’ da cidade, revelando-se através de intervenções pontuais com o objetivo da legitimação da cidade burguesa e moderna. No entanto, não devemos focar o olhar somente em entender e constatar como a espacialidade se confirma, pela sua magnitude e significado, comportando referências e emblemas de um progresso desejado. Queremos, especialmente, dar visibilidade a cidade que foi excluída e/ou que resistiu a estas práticas de modernização. Nosso objetivo é contar sobre esta cidade que insiste em preservar seus modos sociais e culturais vinculados aos costumes e modos de viver, enraizados no que se

²⁷⁰ PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *De costas para o rio: a evolução do espaço urbano de Manaus analisada nos mapas de 1844 a 1893*. Relatório de iniciação científica. Manaus: Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, 2012, p. 34

refere aos usos e significados que os igarapés apresentam para sua população. Trataremos no capítulo seguinte, de como a realidade dos igarapés persiste nesta cidade do fausto, revelando a imagem construída e idealizada, mas também as resistências e as permanências nos modos de apropriação e de exclusão destes elementos na realidade urbana.

CAPÍTULO 3
MANAUS,
ESPAÇOS TRANSFORMADOS E HÁBITOS MODELADOS?

CAPÍTULO 3

MANAUS, ESPAÇOS TRANSFORMADOS E HÁBITOS MODELADOS?

3.1. A cidade vivida e a imagem sentida

Buscamos analisar as relações que a sociedade urbana apresentou frente às modificações impostas pelo modelo disciplinador e higienista de intervenção na cidade de Manaus, revelando como as relações estabelecidas com os igarapés foram pensadas, construídas, apropriadas e sentidas. Faz sentido aqui, ir além da materialidade da cidade, de suas formas arquitetônicas e de seus domínios urbanos, percebendo o quanto de vida e de cultura nela existem, dando “visibilidade às mudanças que tais fenômenos exerceram sobre a população local e vice versa”²⁷¹. Olhar a cidade a partir dos igarapés, na tentativa de evidenciar como foram praticados os discursos de negação, de valorização ou de preservação no acontecer e no fazer da cidade, numa época em que Manaus apresenta seu primeiro processo de urbanização, demonstrando não só o que se revela, o que prevalece e enaltece os olhos, mas o que persiste e resiste nas vivências de seus habitantes, nas relações construídas com o espaço, nas resistências e nas sociabilidades

A necessidade de repovoar a região em busca de mão de obra qualificada²⁷², objetivando proporcionar e viabilizar a produção econômica e as reformas urbanas necessárias na época, sempre estiveram nos discursos e nas intenções dos governantes desde a Província. Percebemos o desejo de fomentar a imigração estrangeira através de vários tipos de reclames, na tentativa de divulgar as potencialidades econômicas e naturais da região, desmentindo a má fama atribuída a insalubridade decorrente do clima e do contexto tropical, exaltando as condições favoráveis em que se encontrava a cidade, muitas vezes exagerando e potencializando algumas questões colocadas na especificidade que a Amazônia apresentava ao mundo.

²⁷¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. Manaus: EDUA, 1999, p. 49

²⁷² Fizemos esta referência no capítulo 2, onde a negação da força produtiva indígena e mestiça sempre foi explicitada. Neste sentido a necessidade de incentivar a imigração é colocada como prioridade nos discursos oficiais, sendo “construída” uma imagem da cidade que atraísse uma população mais especializada, pois conforme a insalubridade apresentada no ambiente urbano, se faz necessário reverter a imagem revelada e divulgada, caracterizando estes discursos como “propaganda” para atrair tais contingentes de homens necessários para os trabalhos. Costa faz referência a essa realidade colocada em todas as cidades brasileiras, e evidencia que a maioria dos imigrantes estrangeiros vindo para o Brasil na época era em sua maioria “canalizados para a economia do café”, com exceção dos portugueses. Neste sentido, para incentivar a vinda destes imigrantes para o Amazonas, foi “construir uma imagem positiva”, promovendo propagandas demonstrando as potencialidades econômicas da região e revertendo a imagem de insalubridade e de um clima desfavorável que imperava nos círculos do processo de migração estrangeira.

Esta intenção propagandista está colocada nos próprios documentos oficiais, Relatórios e Mensagens, como também nos Álbuns, Anuários e Almanques²⁷³ que eram, algumas vezes, produzidos para este fim, relatando e ilustrando as condições da região. Encontramos alguns exemplos de exaltação dos privilégios que a região apresentava com a exploração da borracha, exaltando suas riquezas naturais e as oportunidades ilimitadas que esta economia apresentava, através de um enriquecimento acelerado e próspero, incentivando sua exploração a quem quisesse se aventurar pela região.

“A gomme elástica amazônica é ao contrário, um produto único e exclusivo, que nenhum outro similar poderá reduzir à inferioridade ou anular inteiramente. Fora preciso, para isso, que uma revolução da geologia abrisse, na Terra, outro Valle igual ao do Amazonas”²⁷⁴

No Anuário de 1913-1914²⁷⁵, fala-se de uma Manaus moderna desde há 20 anos e descreve a “opulência fantástica”, que mesmo com a proliferação da febre amarela e do paludismo, a cidade exibia o fausto, “ostentando um cenário luminoso de luxo e opulência”, recrutando dos sertões do Ceará e da Paraíba os homens que vinham “desbravar a mata virgem na safra da borracha”. Escrito por Silva Ferraz, o texto ainda exalta o governo de Eduardo Ribeiro, que durante seis anos “soube governar um povo desgovernado”, transformando a cidade.

“em alegres avenidas os antigos igarapés pantanosos, entrelaçando os bairros da cidade nos longos braços de ferro de pontes seguras e elegantes, abatendo cadéas infectas e erguendo escolas modernas, melhorando, finalmente, os serviços públicos assistência, segurança e viação, - única justificativa para o assalto oficial á bolsa do contribuinte”²⁷⁶.

Quando a cidade tenta reerguer a comercialização da borracha, que apresentou sua primeira crise, entrando em declínio em decorrência da produção asiática em alta, por volta de 1913 em diante, prevalece a tentativa de divulgar a imagem de uma cidade rica e soberba, financeiramente, equipada e “destinada em futuro bem próximo a um grande

²⁷³ Vários foram produzidos, às vezes não tendo o propósito de servir de divulgação da imagem do Amazonas, mas que serviram para este fim. Destacamos os: “Algum do Amazonas de 1901-1902”, elaborado na administração do Governo Silvério Nery em 1902, “O Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas” de 1910 e o “Anuário de Manáos (1913-1914)” editado por Jorge Guidacci em Lisboa em 1913. Estes documentos são ricamente ilustrados, referindo-se uma região onde o progresso e as riquezas estavam na ordem do dia.

²⁷⁴ Genova, Stabilimento tipo-litografico ditta a Montorfano, O Estado do Amazonas (Brazil). 1899, p. 42

²⁷⁵ Anuário de Manáos (1913-1914). Organizado por Heitor de Figueiredo. Editor Jorge Guidacci., Typ. Editora Limitada. Lisboa 1913, p. 11-12

²⁷⁶ Ibidem, 1913, p. 12

papel na civilização mundial”. Observamos no Álbum elaborado na administração do prefeito Araujo Lima, em 1929, Manaus sendo apresentada como uma cidade em progresso, negando e velando seus problemas decorrentes da insalubridade e do clima desfavorável, divulgada por lugares distantes, adotando a imagem de uma cidade civilizada e dotada de todos os melhoramentos e equipamentos necessários aos preceitos modernos e civilizados.

“Manaós é uma cidade dotada de todo conforto moderno, com ruas largas e calçadas, praças ajardinadas e logradouros públicos encantadores, iluminada a luz eléctrica, com viação eléctrica e de automóveis, dispondo de um modelar serviço de águas e de bom serviço de exgottos.

As habitações são bem construídas e higienicas, de estylo elegante e moderno, havendo bellas construcções particulares e publicas”

(...)

“Manaós é uma cidade salubre, de clima tolerável como toda região amazônica, sensivelmente amenizada pelos ventos geraes que sopram regularmente e pela modificadora influência das florestas, saturadas sempre de humidade salutar”²⁷⁷.

Tabela 2. População da Província do Amazonas em 1872.

Paróquia de N. S. da Conceição de Mánaos.

	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	CABOCLOS	TOTAL
LIVRES	2.899	1.667	559	12.184	17.309
ESCRAVOS	-	146	231	-	377
TOTAL	2.899	1.813	790	12.184	17.686

Fonte: Recenseamento do Brazil em 1872. Amazonas.

Tabela 3. População de Manaus, e, entrada e saída de imigrantes.

ANO	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914
POPULAÇÃO	36.457	38.427	41.096	46.792	50.197	54.775	58.880	60.700
MIGRANTES	7.043	5.969	7.931	10.975	13.187	12.099	8.714	4.226

Fonte: MATTA, Alfredo da. *Geografia e Topographia Médica de Manáos*. Manáos: Typ. Da Livraria Renaud, 1916

Sobre a população de Manaus, os dados apresentados por Alfredo da Matta, fazem referência às estatísticas de passageiros que entravam e saíam da cidade, levantadas pela Policia do Porto, sendo estes “dados officiaes e de confiança, tanto mais por ser o porto de Manáos o único lugar de sahida e entrada de passageiros para a cidade”²⁷⁸. O médico sanitariaista considera apenas os habitantes da “zona urbana exclusivamente” questionando

²⁷⁷ Álbum Municipal de Manáos. Elaborado na administração do Prefeito Araujo Lima. Presidente do Estado Ephigenio de Salles. Amazonas, 1929

²⁷⁸ MATTA, Alfredo da. *Geografia e Topographia Médica de Manáos*. Manáos: Typ. Da Livraria Renaud, 1916, p. 42-48

um recenseamento feito em 1900, que apresenta uma população total de 52.040, onde 30.757 habitavam o perímetro urbano e 21.283 habitavam os subúrbios, por terem sido excluídas 3.862 listas censitárias das 11.362 listas distribuídas²⁷⁹. Atentamos para este fato, pois a população dos subúrbios, que margeavam os igarapés que limitavam a cidade, não foi considerada, porém percebemos ser intensa a ocupação e a apropriação.

Dentre os imigrantes que se direcionavam para a cidade de Manaus, os estrangeiros eram em sua maioria europeus, prevalecendo os portugueses, espanhóis e italianos, e, em menor número, ingleses, franceses e alemães. Chegavam também alguns africanos e dentre os asiáticos a maior colônia era de sírios, e, em menor número, turcos e árabes e ainda poucos latino-americanos. Os imigrantes nacionais prevaleciam, vindos principalmente do nordeste.²⁸⁰ Estimulados pelo Governo brasileiro, os nordestinos, flagelados da seca, vieram para a região amazônica, e, sobre este cenário, Euclides da Cunha declara: “Abarrotavam-nos às carreiras os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia”²⁸¹. Em matéria na revista *Nosso Século*, apresentada na coluna *Ocupação do Território*, com o título “*Os nordestinos encontram o Eldorado. Fica em Manaus e é feito de borracha*”, Gilberto Freyre comenta:

“O 1900 foi em Manaus (...) época de um esplendor artístico em desproporção com a paisagem agrestemente tropical que rodeava a um tanto postiça Capital do Amazonas (...). Já Manaus tivera, com efeito, bonde elétrico, antes das Capitais do Sul, afora o Rio e São Paulo. Bonde elétrico, praças asfaltadas, porto eletrificado – tudo antes de outros Estados...”²⁸².

Assim, os imigrantes que chegavam a Manaus a partir do ano de 1870, se misturam com a população mestiça local “formando a massa de trabalhadores urbanos”²⁸³. Conforme Dias, o aumento da população citadina, no crescimento do comércio e da riqueza, se justificava pelas necessidades de desenvolvimento de políticas públicas que buscassem as transformações do espaço urbano²⁸⁴, modificando a feição da cidade, participando das obras de modernização e implementação de infra estrutura urbana, além

²⁷⁹ Ibidem, 1916, p. 43

²⁸⁰ COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver Ameaçar a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890 – 1915)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1997, p. 42

²⁸¹ Revista *Nosso Século*. Nº 12. Editora Abril. Ano 1900/1910, p. 250

²⁸² Ibidem, Ano 1900/1910, p. 248

²⁸³ COSTA, op. Cit., 1997, p. 49-50

²⁸⁴ DIAS, Ednéia Mascarenhas. *A Ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999, p. 117

de atividades comerciais e de serviços²⁸⁵. Os que não se instalavam na cidade, eram direcionados para o trabalho extrativista.

Em seu trabalho, “Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)”, Francisca Deusa Sena da Costa, apresenta um mapeamento deste “cosmopolitismo” composto pelos trabalhadores no espaço da cidade, representado pelos imigrantes de diferentes origens junto aos mestiços locais. Resgatando as categorias profissionais que compunham a massa destes trabalhadores, buscando suas referências no que prevalece no imaginário dos cidadãos, a autora demonstra quem são estes trabalhadores urbanos²⁸⁶. Os portugueses, representando a maioria dos trabalhadores estrangeiros, sendo eles “os carroceiros, padeiros, em maioria no comércio (como patrões e como empregados), como mão de obra nas reformas urbanas”²⁸⁷, junto aos espanhóis, ligavam-se aos trabalhos do “transporte marítimo e ao investimento imobiliário, atuando como pequenos proprietários urbanos”²⁸⁸. Os mestiços amazonenses eram pescadores, e abasteciam a cidade diariamente, habitando nas “adjacências da cidade ou em outros municípios”, tendo alguns portugueses desempenhando também este serviço. Os turcos, libaneses e sírios eram os regatões²⁸⁹ assumindo “as adjacências do comércio ambulante e também de pequeno varejo”²⁹⁰, e, em disputa da freguesia junto aos portugueses, localizavam-se próximos ao Mercado Municipal Adolpho Lisboa. Para definir os rostos dos estivadores, a autora cita o trabalho realizado por Maria Luiza Ugarte Pinheiro²⁹¹, que declara ser difícil precisar sua composição étnica, porém os braços predominantes foram basicamente dos migrantes nordestinos e dos mestiços amazônicos, havendo também uma porcentagem menor de trabalhadores portugueses²⁹². Nos serviços domésticos eram as negras que assumiam, em sua maioria, este papel, dividindo com os rostos mestiços as atividades de lavagem e passagem de roupas, pois estes últimos eram grupos “mais afeitos

²⁸⁵ Francisca Deusa Sena da Costa, discorre sobre as relações de trabalho configuradas no espaço urbano e destaca a exploração do menor de idade nas atividades domésticas e auxiliares do comércio. Este fato ocorre por serem considerados força de trabalho mais barata, executando muitas vezes tarefas que o adulto recusava-se, “incorporando: uma disciplina com regras e horários exorbitantes para corpos tão frágeis. COSTA, op. Cit., 1997, p. 60

²⁸⁶ Ibidem, 1997, p. 68-69

²⁸⁷ Ibidem, 1997, p. 70

²⁸⁸ Ibidem, loc. Cit.

²⁸⁹ Homens que se dedicavam ao sistema de aviamento do processo extrativista, assumindo o abastecimento de mercadorias nos seringais e negociando a borracha.

²⁹⁰ Ibidem, loc. Cit.

²⁹¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. Manaus: EDUA, 1999

²⁹² COSTA, op. Cil., 1997, p. 71

aos espaços dos igarapés, onde desenvolviam seu labor”²⁹³. Muitos outros trabalhadores compuseram o cenário dos trabalhadores urbanos, azeitando as engrenagens para a revelação da cidade próspera e progressiva, ocupando espaços e miscigenando suas línguas, suas culturas,

“enfim hábitos de vida que se amalgamaram gerando, dicotomicamente, um confronto e uma miscigenação cultural intensa vivenciado por estes sujeitos sociais que forjavam no cotidiano uma permanente mestiçagem física e cultural”²⁹⁴.

Este aumento populacional que a cidade apresenta, promovido pela esperança de uma vida melhor, pelas oportunidades de trabalho e pelas possibilidades de se fazer fortuna, engendra um cenário de contradições e de conflitos, colocando em cheque o desejo da imagem da cidade próspera, civilizada, harmoniosa e bela. Diversos problemas relacionados ao acesso às redes de infraestrutura urbana, acesso à habitação, à saúde pública, se revelam diante da massa de trabalhadores como podemos observar nos dados apresentados nas tabelas 2 e 3, pois a população que em 1872 era de 17.686 habitantes, no ano de 1910 sobe para 60.700, representando um aumento de 43.014 habitantes na cidade de Manaus.

Com esse contingente populacional, o espaço urbano desejado e idealizado em favor de uma organização territorial e estética que atraia os investimentos estrangeiros e impressionasse pelos seus espaços modelados, “projeta para o mundo sua prosperidade e civilização” a partir de seus ideais burgueses de uma cidade ideal, apresenta também duas contradições²⁹⁵. Conforme Edinéia Mascarenhas Dias, esta população passa a fazer parte do cotidiano da cidade, mas não se insere nas mesmas condições e modos de vida daquelas que usufruirão da vida de fausto que a economia da borracha propicia. Aqui, todo um imaginário contrário ao que a elite extrativista e a historiografia sobre a época registra, apresenta-se como uma outra cidade, onde se fez necessário criar mecanismos através de políticas²⁹⁶ que abarcassem os “marginalizados da opulência” e os “desassistidos da fortuna”, configurando instrumentos rigorosos de controle sobre a vida destes homens,

²⁹³ Ibidem, 1997, p. 72.

²⁹⁴ Ibidem, 1997, p. 69.

²⁹⁵ DIAS, Ednéia Mascarenhas. *A Ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999, p. 119.

²⁹⁶ Destacamos aqui os Códigos de Posturas e os diversos Regulamentos que normatizavam e regulavam a vida da população e da imagem da cidade. Importante ressaltar, que a partir de 1892, percebemos nos diversos documentos oficiais, que junto aos objetivos de executar as propostas de embelezamento e reforma urbana, diversas Repartições são organizadas e criadas a fim de privilegiar e assegurar o poder do Estado e da Elite dominante.

normatizando hábitos, costumes, trabalho e lazer²⁹⁷. Assim, toda uma política de pressão, exclusão e de dominação se fará presente na tentativa de “excluir do espaço urbano os pobres, os desocupados, os doentes, pedintes, prostitutas, vadios, etc”²⁹⁸.

“Todo este universo de regulações que tentava impor controles, encontrava resistência. Várias foram as formas desenvolvidas de burlar o ordenamento em curso. As ações transgressoras postas em prática pelas classes trabalhadoras iam desde o “drible” até as formas mais organizadas, como a greve. Estas e outras atitudes inserem-se numa reação às tentativas do poder público de ordenar a massa urbana”²⁹⁹

Impondo regras de conduta à massa trabalhadora do espaço urbano, estavam o aparelho administrativo citadino e o poder público municipal, que com a República apresenta-se através da Intendência Municipal, tendo a Superintendência sua função executiva, o Conselho deliberativo dos Intendentes e os braços auxiliares e fiscalizadores representados pela Polícia Civil e a Polícia Sanitarista³⁰⁰. O papel que as Posturas e Códigos desempenharam na organização e na imposição do que se queria inibir, excluir ou esconder no espaço urbano deve ser analisado não somente no que se efetiva e se constrói a partir deles, mas também o que resiste e o que persiste. Neste sentido Costa³⁰¹, esclarece e exemplifica as reações que a população exprimiu diante destes instrumentos jurídicos, “tendo em vista as ações que lhes são contrárias”, evidenciando as resistências. Assim a gestão do poder municipal, instrumentalizada através destas normas e regras, apresenta reações onde a cidade se apresenta enquanto espaço de experimentações e de disputas, implicando na “tensa coexistência de diferentes sujeitos sociais”³⁰².

²⁹⁸ DIAS op. Cit., 1999, p. 120

²⁹⁹ COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver Ameaçar a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890 – 1915)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1997, p. 75

³⁰⁰ Ibidem, 1997, p.73

³⁰¹ Ibidem, 1997, 75-76

³⁰² São destacadas pela autora as diversas reações e resistências que se materializaram no espaço citadino da época, como por exemplo a greve dos pescadores em 1906, paralisando o fornecimento do pescado durante um mês devido às altas taxas tributárias cobradas pela municipalidade; a greve dos verdureiros em 1908, insatisfeitos com a proibição do uso do solo dentro do perímetro urbano, entre outras manifestações. COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando viver ameaça a ordem urbana*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1997, p. 79-85. Importante destacar aqui, o conceito de “experiência de classe”, trabalhada por Thompson, onde o que move a resistência, a rebelião ou a greve não está determinado apenas pelos altos tributos ou pela delimitação do uso do solo dentro do perímetro urbano, mas sim a partir das mudanças impostas às tradições envolvidas nos modos de viver e de relacionar deste grupo, mobilizado por uma estrutura cultural que engendra uma tomada de consciência, representada por estas manifestações de resistência. THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Percebemos ao analisar os Códigos de Posturas³⁰³, que as normas e regras impostas, sofrem, no decorrer do tempo, maior detalhamento nas suas disposições e temas na tentativa de abarcar e comandar cada vez mais o cotidiano da população, assim como na construção da imagem harmoniosa e coerente aos preceitos que a engenharia e a estética moderna vislumbravam³⁰⁴. Portanto podemos afirmar que desde as regras de conduta, modos de se portar e de usar a cidade, assim como os estilos, tipologias e materiais construtivos empregados na arquitetura e diretrizes de como se desenhar a cidade, através dos alinhamentos e das implantações dos edifícios e passeios, eram minimamente detalhados e especificados, com a finalidade de abarcar todas as instâncias da materialidade da vida e de suas sociabilidades.

Vale destacar que estas imposições, que se colocam na tentativa de organizar o espaço da cidade apresentadas como mecanismos de dominação e de controle da classe menos favorecida e excluída da composição da cidade moderna, vêm evidenciar como o processo de transformação urbana, foi vivenciado e experienciado de forma diferenciada pelos seus habitantes³⁰⁵, onde a pobreza é vista como ameaça ao ordenamento desejado. No que se refere ao lugar ocupado por estes habitantes, percebemos através do discurso do poder público, a necessidade de extinguir e conter a proliferação dos cortiços que se multiplicavam no perímetro urbano. Conforme mensagem do governador Antonio Clemente Bittencourt, o projeto de organizar a construção de vilas operárias estava previsto, porem, apesar destas preocupações serem percebidas no discurso do poder público, constatamos que só foram intenções, não apresentando resultados que resolvessem os problemas de habitação das classes menos favorecidas,

“Este governo, procura por todos os meios, extinguir essas causas determinantes e nesse particular termos a poderosa e eficiente coadjuvação do chefe da Communa, exelentissimo Sr. Dr. Jorge de

³⁰³ Tomamos por base o Código de Posturas de 1872 (Lei n. 247 de 1 de junho de 1872), o de 1893 (Lei n. 23 de 6 de maio de 1893) e o de 1910 (Lei n. 639 de 13 de setembro de 1910)

³⁰⁴ Podemos perceber, ao analisarmos os Códigos de Posturas, que as normas e regras sobre os padrões arquitetônicos a serem seguidos, vai sofrendo um detalhamento cada vez mais rígido no que se referem às normas para edificação. Como exemplo, se no código de 1872 ainda não aparece uma orientação a respeito dos desenhos a serem apresentados para os edifícios novos e as reformas, já no de 1893 este item aparece detalhando seus limites de implantação, suas aberturas e gabaritos, obrigando que o proprietário apresente todos os desenhos necessários (planta, elevações, implantação), para que seja aprovado o projeto diante da Intendência Municipal. Já o Código de 1910, apresenta, além dos preceitos dos Códigos anteriores, Capítulos especificando as “Condições Geraes para a Edificação Urbana”, “Passeios”, “Salubridade e Condições técnicas dos prédios”, entre outros, devendo o projeto passar por aprovação e fiscalização. Observamos também que, muitas vezes, a área do perímetro urbano entra como obrigatória no cumprimento das ordens, porém, algumas vezes, se fala da necessidade de estendê-las aos arrabaldes da cidade.

³⁰⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. Manaus: EDUA, 1999, p. 60

Moraes, empenhado na resolução de altos problemas atinentes ao município, e, de entre elles, a construcção de villas operarias, eliminando numerosos focos resultantes das habitações insalubres, apellidadas de cortiços”³⁰⁶.

O projeto e as reformas urbanas idealizadas e materializadas na cidade da época, contam com estes trabalhadores como força de trabalho para sua execução, assim, conforme descreve Costa³⁰⁷, estes trabalhadores desempenham um número significativo no que diz respeito às habitações que se espalhavam pela região central, sob a forma de “cortiços”, ainda que obrigados a mascararem sua insalubridade e precariedade construtiva³⁰⁸.

O processo de exclusão espacial destes trabalhadores e dos pobres e indesejados para os subúrbios e margens dos igarapés, é caracterizado como tendência nos processos de urbanização das cidades na época. Em referência às reformas ocorridas no Rio de Janeiro, no início do século XX, Needell³⁰⁹ explica que as ações executadas em favor do “planejamento global da cidade”³¹⁰, desenvolvidas pelo prefeito Pereira Passos, tinha por objetivo dar nova fisionomia à paisagem da cidade, demolindo grande parte do centro, da “Cidade Velha”, substituindo as antigas ruas com seus cortiços e velhos edifícios por ruas alargadas e novos traçados viários, portanto estabelecendo novas conexões com a abertura de novas ruas e avenidas, assim como a expulsão dos pobres para a periferia.

³⁰⁶ BITTENCOURT, Antonio Clemente Ribeiro. Mensagem lida em 10 de julho de 1909. Coleção Agnello Bittencourt, Secção de Obras da Imprensa Oficial, p 113

³⁰⁷ COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver Ameaçar a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890 – 1915)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1997, p. 88

³⁰⁸ Sobre as normas dispostas sobre a construção dos cortiços na cidade, notamos no Código de Posturas de 1893, a proibição e ao mesmo tempo o “mascaramento” destes edifícios na paisagem: “Fica proibido a edificação de casebres ou pequenos quartos dentro do alinhamento das ruas e praças no perímetro urbano e fora desse limite, sem que os donos ou possuidores dos terrenos levantem primeiramente no alinhamento uma parede imitando frente de casa, na altura e de conformidade com o disposto no artigo 4º. O contraventor incorrerá na multa de 30\$000 ou seis dias de prisão”. Código de Postura do Município de Manáos, Lei n. 23 de 6 de maio de 1893, Art.8, p. 4. Já no Código de 1910, a proibição novamente aparece, junto a obrigatoriedade de “calçar a área dos mesmos e a conservar durante toda a noite, um ou mais lampiões accessos, na referida área, sob pena de multa de 50\$000” Código de Posturas do Município de Manáos, Lei n. 639 de 13 de setembro de 1910, Art. 103, p. 31.

³⁰⁹ Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 56-57

³¹⁰ Conforme explica Needell, os princípios que norteiam as obras engendradas por Hassmann em Paris foram incorporadas e adaptadas por Pereira Passos no Rio: “As demolições na Cidade Velha, rivalizam com a destruição dos bairros proletários por Haussmann. A ênfase na iluminação e na ventilação, por meio de ruas alargadas e novas vias, foram fundamentais em ambas as reformas. A utilização de avenidas para conduzir o tráfego dos limites da cidade até o centro caracterizava os dois planos, assim como a abertura de outras vias, que dirigiam o fluxo para fora do centro”. NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 57

No caso de Manaus, este processo não foi linear e direto³¹¹, porém a exclusão dos trabalhadores, dos pobres e dos marginalizados pelo processo de transformações urbanas, fizeram parte do cenário da cidade desejada e construída, com as reformas urbanas de melhoramentos e os processos de aterramento dos igarapés do Espírito Santo e dos Remédios (Aterro), assim como da frenética tentativa de nivelar a cidade. O médico sanitariano Hermenegildo Lopes Campos, fala sobre o processo de nivelamento da cidade e de aterro dos igarapés³¹² entre os anos de 1897 a 1898,

“Nesses anos as escavações tornam-se um delírio; eram feitas em todos os lugares e ao mesmo tempo; cavava-se, aterrava-se depois alguns lugares escavados; escavava-se o mesmo lugar”.³¹³

Atingida pelas normas, perdendo suas estruturas e sendo afastada da área central da cidade em decorrência das políticas de embelezamento, o processo de desapropriação e exclusão desta população foram constantes, ocupando os bairros distantes e sem infraestrutura disponível, como a grande parte dos cearenses, que conforme Hermenegildo Lopes Campos, ocupava os bairros “da Colônia Oliveira Machado, dos Educandos (Constantinopla), de São Raimundo”³¹⁴. Este fato demonstra, nas palavras de José Aldemir Oliveira, que o Estado, enquanto agente produtor da cidade produz conflitos que se consolidam no espaço, configurando as desigualdades sociais que se materializam em desigualdades sócio espaciais, sendo os igarapés as vítimas deste processo de exclusão, através da negação de sua natureza e sociabilidades, como também sendo o receptáculo desta população excluída da lógica do Capital³¹⁵. Assim, o autor afirma que a ocupação dos igarapés deve ser entendida dentro desta lógica da desigualdade, onde ocupar um lugar na cidade corresponde poder pagar por ela³¹⁶.

“A ação do homem sobre a natureza de Manaus destruiu o patrimônio natural agredindo os igarapés e excluindo-os das formas do espaço urbano destruindo a cultura local, voltando-se unicamente para o crescimento da cidade. A viabilização de acesso aos novos espaços, assim como a melhoria dos espaços mais centrais para comportar os conteúdos

³¹¹ COSTA, op. Cit., 1997, p. 88

³¹² Igarapés Espírito Santo, Remédios (Aterro) e São Vicente (ilha), foram aterrados para darem lugar as ruas e avenidas.

³¹³ CAMPOS, Hermenegildo Lopes. *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*. Fundo Editorial, Manaus, 1988, p. 14

³¹⁴ Ibidem, 1988, p. 101

³¹⁵ OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920 – 1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Editora Valer, 2003, p.73

³¹⁶ Ibidem, 2003, p. 35

do momento, imposição da modernidade urbana, incluem construção de vários empreendimentos, formando um conjunto de infra estrutura urbana que valorizaram espaços e abriram novas áreas menos valorizadas para a população mais pobre³¹⁷.

Diante do processo de instalação dos sistemas de infra estrutura, os serviços de iluminação aparecem nos relatórios e mensagens como um melhoramento de urgência, pois a “a iluminação atual é deficiente e defeituosa”³¹⁸. A iluminação de Manaus, abastecida através de querosene e depois, em alguns lugares, de nafta, a partir dos anos 1880 aparece como insatisfatória para a cidade. Em 1896 o sistema de luz elétrica é instalado através de contrato com a empresa Manaus Electric Lighting Company, que se torna responsável pela instalação e abastecimento da cidade. Conforme afirma Dias³¹⁹, eram poucos que tinham acesso à luz elétrica, e em 6 de maio de 1897, a Lei n. 61, autoriza a instalação nos bairros da cidade onde não existe luz elétrica, a instalação da iluminação a nafta, reaproveitando material retirado das áreas beneficiadas com a elétrica. Os bairros que a lei se referia eram a Cachoeirinha, o Mocó e a Cachoeira Grande³²⁰, mas percebemos que estes melhoramentos não satisfaziam suas necessidades,

“Moradores da Cachoeira Grande pedem-nos que chamemos a atenção da municipalidade para pôr termo ao desleixo com que é feito o serviço de iluminação d’aquelle bairro.
Os combustores, além de deteriorados e sujos, dias e dias passam sem que sejam aquecidos pela chamma de um phosphoro!
Providencie a administração municipal; o contratante de tão exemplar serviço recebe uma boa propina mas...talvez a verba não chegue!...”³²¹

A luz elétrica só será oferecida para os bairros mais afastados da área demarcada pelos melhoramentos, no ano de 1925, conforme mensagem do Interventor Federal, “Satisfazendo as necessidades e aspiração de há muito formuladas pelas respectivas populações, fiz a instalação de luz eléctrica nos bairros de São Raymundo e Constantinopla³²²”.

³¹⁷ VALLE, Artemísia Souza do. *Os igarapés no contexto do espaço urbano de Manaus: uma visão ambiental*. Dissertação de Mestrado defendida no Centro de Ciências do Ambiente. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 1999, p. 51

³¹⁸ AZEVEDO, Gregorio Thaumaturgo de Azevedo. Mensagem do Presidente da Provincia, em 25 de novembro de 1891, p. 5

³¹⁹ DIAS, Ednéia Mascarenhas. *A Ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999, p. 69

³²⁰ MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: Histórias e Arquiteturas 1852 – 1910*. 3ª edição. Manaus: Editora Valer, 2006, p. 175

³²¹ Quo Vadis? : orgam de interesses populares. ANNO I- N. 15. Sexta feira 5 de Dezembro de 1902.

³²² SÁ, Alfredo. Mensagem do Interventor Federal, em 13 de dezembro de 1925, p. 74

A questão do saneamento torna-se central em todas as cidades brasileiras, como urgência para conter e evitar as epidemias que assolavam o espaço urbano, por isso engenheiros³²³ eram chamados para elaborar e chefiar a implantação de redes de água e esgoto. No caso de Manaus, o abastecimento de água e o sistema de esgotos, prioridades colocadas nos discursos dos construtores e administradores da cidade e reivindicadas pela população, tiveram um longo e complicado processo.

O sistema de abastecimento de água tem seu trabalho iniciado no ano de 1881³²⁴ com a exploração do igarapé da Cachoeira Grande, em 1889³²⁵ e, através de torneiras provisórias instaladas em alguns pontos da cidade, a água é distribuída para a população. Em Mensagem, o governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, em 1893, dentro das ações do seu plano de embelezamento, chama como necessidade “urgente”, a aprovação de meios para fazer reforçar os atuais mananciais da Cachoeira Grande, “canalizando ramos e braços dos igarapés circunvizinhos, a fim de utilizar grande volume de d’água que actualmente se perde”³²⁶, como também a necessidade de construção do reservatório do Mocó, para atender outros espaços da cidade em crescimento.

“Para regular convenientemente a distribuição d’água aos habitantes de Manáos, de modo que não sejam melhor aquinhoados os moradores das partes baixas do que os residentes nas altas, como acontece actualmente, resolvi, acceitando o plano organizado pelo zeloso Director da Repartição de Obras Públicas, mandar construir um segundo reservatório de distribuição. Esta obra, de um valor inestimável para Manáos, será construído no alto do Mocó, lugar naturalmente indicado para esse fim, tornando por esse modo equitativo o suprimento d’água n’esta cidade, e supprindo a parte compreendida entre o igarapé de Manáos e da Cachoeirinha e o novo bairro d’este nome”³²⁷.

Em 1898, a empresa de capital estrangeiro Manáos Raliway Company, firma contrato com o governo para executar o bombeamento de água dos Mananciais da Cachoeira Grande para o Mocó e da Castelhana, utilizando energia elétrica da usina que

³²³ Nomes como Saturnino de Brito, Theodoro Sampaio, Lourenço Baeta Neves, são citados pela autora como expoentes na área, sendo responsáveis, no final do século XIX, por projetarem sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para mais de 20 cidades brasileiras. LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. 2ª edição, Salvador, EDUFBA, 2005.

³²⁴ DIAS, op. Cit., 1999, p 64

³²⁵ COSAMA (Companhia de Saneamento do Amazonas). História do Saneamento de Manaus. Manaus, 1991, p. 19.

³²⁶ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. Mensagem do Governador do Estado, em 10 de julho de 1893, p. 14

³²⁷ Ibidem, 1893, p. 15.

atende o serviço de viação, bombas turbinas e casas pertencentes ao Estado, localizadas na casa de Máquinas na Cachoeira Grande³²⁸.

Em 1905, o governador Antonio Constantino Nery, comenta sobre o abastecimento de água da cidade, onde esta “gosa, há annos dos benefícios de uma canalisação que fornece a água aos domicílios” e destaca o consumo, como sendo obrigatório a todos os moradores, onde “metade das casas já estão canalizadas”³²⁹. Evidenciando a importância do manancial da Cachoeira Grande e de seus braços e margens, como o único que fornece suas águas para a população, o governador pede por medidas a serem adotadas para sua proteção, pois tem se tornado “cada vez mais pobre” em decorrência do desmatamento desenfreado em suas margens para uso particular e na fabricação do carvão, vendido para a população da cidade. Percebemos que estas ações como o corte de árvores e as escavações decorrentes destas ações, são proibidas pelos Códigos de Posturas desde 1868³³⁰, mantendo-se nos Códigos seguintes, como reclama o governador, assim podemos afirmar que estas normas não eram seguidas.

Em sua fala, Nery destaca ainda, um perigo “talvez mais grave” que seria o uso e a apropriação dos igarapés que abasteciam a cidade pelos “moradores ribeirinhos dos igarapés”, e em seguida aconselha a proibição de habitações em suas margens.

“De nada serve a simples desapropriação dos terrenos, é preciso traçar o perímetro dentro do qual a ninguém será permitido estabelecer habitações nem tão pouco usar das águas de modo prejudicial á saúde dos que delles se utilizam”³³¹.

O que podemos constatar, analisando o Código de Posturas de 1910, é que está proibição não foi estabelecida, pois não a encontramos nos documentos.

Em 1900, no governo de José Cardoso Ramalho Junior, as propostas de lançamento de dejetos da cidade determinam o rio Negro como receptor dos produtos de esgoto³³². Em 1906 o projeto baseado na “Separate System” é escolhido por ser o mais econômico, visto que a cidade já possuía uma rede de galerias, exigindo apenas, ampliação e retificação do

³²⁸ COSAMA, op. Cit., 1991, p. 31

³²⁹ NERY, Antonio Constantino. Mensagem do Governador do Estado, em 10 de julho de 1905. p. 184

³³⁰ “Fica proibido o corte de arvores em todas as margens de riachos ou igarapés dentro dos limites da cidade e subúrbios do leito dos mesmos riachos ou igarapés. O infrator incorrerá na pena de vinte mil réis de multa ou cinco dias de prisão”. Código de Posturas de 1868, Art. 1. Código de Posturas de 1872, Art. 7. No Código de Posturas de 1893, Art. 62, a penalidade aumenta, onde “o contraventor incorrerá na multa de trinta mil réis ou 6 dias de prisão”

³³¹ Ibidem, 1905. p. 184

³³² COSAMA op. Cit., 1991, p. 27

sistema, conforme a nova drenagem necessária³³³ e em 1907, a Companhia Manáos Improvements, assume o abastecimento de água e a implantação dos serviços de esgotos³³⁴. Utilizando a energia vinda da Usina de Viação, que também fornecia energia para as linhas de bondes da cidade e para as bombas da Usina de Bombeamento, o abastecimento de água começa a apresentar problemas e a comprometer o sistema, pois com a circulação dos bondes, principalmente nas horas de maior intensidade de tráfego, o fornecimento de água ficava prejudicado.

Podemos perceber que o abastecimento de água, a rede de esgoto, assim como os serviços de limpeza urbana, mesmo sendo uma necessidade básica dentro das políticas de saneamento, sempre presente nos discursos dos administradores e construtores da cidade, acaba não atendendo a população residente nos bairros mais afastados, além de privilegiar apenas uma parte do centro da cidade e mesmo as áreas privilegiadas do perímetro urbano, sofriam com a falta d'água, com todo tipo de sujeira, entulho e outras imundícies.

“AGUA! AGUA! – Os moradores da rua Izabel há muitos dias que estão privados do precioso liquido. Providencias”³³⁵.

“Continua a faltar agua no bairro da Cachoeirinha, o que obriga aquella pobre gente a servir-se da agua estagnada dos igarapés”³³⁶.

“Os moradores da rua Ramos Ferreira pedem água! Até aqui suppriam-se na visinhança; hoje esse recurso esgottou-se, pois a falta é geral.Faltou água no hotel Avenida, apesar do grande numero de tanques e depósitos que possui. Estamos em plena secco, não há duvida”³³⁷.

“Apesar do supprimento que tem sido feito, a rua Guilherme Moreira está com falta d'agua, e os moradores d'ella podem providencias”³³⁸.

“Moradores da rua 10 de julho e Progresso tem falta d'agua há muitos dias. Pedimos ao exm. Director das obras publicas providencias”³³⁹.

“Queixas do Povo – Os moradores da rua Costa Azevedo pedem água, da qual se acham privados há muitos dias”³⁴⁰.

“Reclamam do lixo, os moradores das ruas Boa-Vista, Instalação e Barés, principalmente em frente ao mercado, contra a accumulção de lixo junto às calçadas o que prohiibe que venham às janellas, devido à enorme fedentina que exhala (...) “uma quantidade enorme de águas servidas, espinhas de peixe, ossos, etc, que do hotel da rua dos Remédios

³³³ Ibidem, 1991, p. 41

³³⁴ Ibidem, 1991, p. 43

³³⁵ Comercio do Amazonas. N. 197, 29 de maio de 1898.

³³⁶ Ibidem, N. 43, 11 de outubro de 1899.

³³⁷ Quo Vadis? : orgam de interesses populares. N. 10. 29 de Novembro de 1902.

³³⁸ Ibidem, N. 22. 13 de Dezembro de 1902.

³³⁹ Ibidem, N. 51. 20 de janeiro de 1903.

³⁴⁰ Ibidem, N. 39. 4 de janeiro e 1903.

canto da rua dos Mundurucús, é atirada em um rego junto ao passeio, transformando-o n'um verdadeiro riacho de imundices e que vai desaguar na rua dos Barés”³⁴¹.

“Na avenida Ayrão, cruzamento com a avenida Tapajoz, bairro do Mocó, existe há muitos dias um montão de lixo, embargando o transito publico. A quem de direito pedimos providencias”³⁴².

“Queixas do Povo – No igarapé, à esquerda da pote de ferro da Cachoeirinha, acha-se em adiantamento estado de putrefação um Cavallo que alli morreu e já está servindo de pasto aos urubus. A quem competir pedimos providencias”³⁴³.

“o estado sanitário da capital é péssimo (...) A cidade está immunda!”³⁴⁴

Devemos destacar, que a imprensa como fonte histórica na construção da realidade, não representa um veiculo neutro e imparcial na divulgação dos fatos, mas sim um instrumento que se realiza através da manipulação de interesses atuando na vida social, portanto os produtores da notícia são sujeitos com consciência e intenções determinadas e determinantes, agindo na sociedade³⁴⁵. Neste sentido Capelato afirma que estão presentes na materialidade dos jornais não apenas o caráter subjetivo de quem produz a notícia, mas principalmente, “os interesses aos quais o jornal está vinculado”³⁴⁶. Desta forma, devemos pensar estas notícias e reclames como ingredientes na construção das ações e pretensões colocadas na realidade urbana da cidade na época, sugerindo nestas vozes uma atuação,

“enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”³⁴⁷

Notamos que a imprensa muitas vezes orientou e contribuiu com a administração do Estado, noticiando a demanda da população citadina, assim como as ações do Estado em servir, atender e divulgar para a cidade seus feitos, suas ações e suas solicitações no que diz respeito às regras e normas de conduta e de construção, da cidade desejada, moderna e civilizada. Portanto, a imprensa vai além da objetividade e da neutralidade dos

³⁴¹ Comercio do Amazonas. 10 de julho de 1898.

³⁴² Quo Vadis? : orgam de interesses populares. N. 51. 20 de janeiro de 1903.

³⁴³ Ibidem, N. 28. 20 de dezembro de 1902.

³⁴⁴ Comercio do Amazonas. N. 201, 8 de junho de 1898.

³⁴⁵ CAPELATO, Maria Helena R. Imprensa e História do Brasil. Historia e Contexto, Ed. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994, p. 21

³⁴⁶ Ibidem, 1994, p. 22

³⁴⁷ CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 257

fatos, transmitindo seu caráter ideológico, desempenhando e representando os ânimos que perpassam as intenções e pretensões políticas, culturais e sociais³⁴⁸.

Como exemplo, destacamos os elogios e a exaltação feita à administração de Eduardo Ribeiro, acompanhados de crítica e repulsa aos governos seguintes, mas com a sutileza de não acusar ou nominar os sujeitos a quem os fatos preendem, demonstrando assim as intenções políticas em jogo. Descrevendo seus feitos e seu caráter empreendedor, onde durante sua administração “a cidade foi transformada em uma grande oficina em que se trabalhava desde o romper da aurora ao pôr do sol, com uma actividade febril, em obras do Estado”, o autor da notícia destaca que seu erro foi não prever que “depois do seu Governo nada mais se faria! Desceu do Poder admirado pelos seus concidadãos e cheio de um enorme prestígio”. No final da notícia, evidenciamos a tentativa de responsabilizá-lo pelos erros dos administradores seguintes e “pela situação angustiosa em que se achava o povo Amazonense”, onde a maior revolta se estendia ao regime que não garantia os direitos e as garantias devidas à liberdade do povo, “contra o despotismo de um Governo dictatorial”, onde a revolta ocorre não contra o próprio governo, mas “contra a sua memória”³⁴⁹.

A cidade se apresenta como um campo de disputas políticas, sociais e culturais, a fim de atender as demandas dos administradores em estabelecer e construir os padrões de civilidade e de modernidade, onde as ações dos “indesejados desta modernidade” eram noticiadas pela imprensa diariamente. Assim o indivíduo que burlava as normas, regras e modos de condutas especificadas pelos Códigos de Posturas, apareciam nas notícias divulgadas na imprensa,

“Hontem, foram detidos no xadrez da estação de segurança os individuos Carlos Valente de Miranda, Maria Rosa de Freitas, Francisco Rodrigues de Araújo e Francisco Lourenço Lopes, por desordens”.

“Foram presos hontem à noite: Candido Ferreira, por desordens; Thomaz Marcellino Lopes e João Marcos, por embriaguez”³⁵⁰

“Reclamam sobre os carregadores que atrapalhando os trauseutes no mercado, e pedem ao Sr. Administrador do mercado que proibam a accumulção dos carregadores dentro do estabelecimento, marcando-lhes um logar em que se devam collocar em quanto não acham freguez a servir. Não fomos attendidos e os caregadores continuam a passear os immundos caixões, interrompendo o transito e pondo em risco as cabeças e pernas dos transeutes, occupados em compras e negócios. Queixas também contra a aglomeração de bancos de verduras nas entradas do

³⁴⁸ Ibidem, p. 258-259

³⁴⁹ Quo Vadis? : orgam de interesses populares. n. 180. 14 de outubro 1903, p. 1

³⁵⁰ Ibidem, . N. 22. 13 de Dezembro de 1902, p. 1-2

mercado, já demais estreitas e acanhadas, onde, além de tudo, se reúnem pobres e indigentes que imploram o óbulo da caridade com lamurias e cantos compungentes, mas muito impertinentes”³⁵¹.

Conforme Sebastião Rocha da Silva Filho, as ações “preventivas e repressivas”, desenvolvidas pelos trabalhos da Repartição da Higiene, elaboradas pelas autoridades públicas e médicas³⁵² também eram noticiadas pela imprensa, assim como críticas pelo seu não cumprimento.

“Echos do dia. As Febres - Apesar das providencias tomadas pelo Sr. Ramalho Junior, Vice Governador do Estado, que dividiu em 8 circunscrição medicas o perímetro habitado nomeando um clinico para curar os infelizes acometidos pela febre remitentes de caracter epidêmico, o estado sanitário da capital é péssimo. (...) Não consta que já tenha ordenado uma só visita sanitária em casa alguma da cidade, nem visitado um só dos muitos cortiços que existem, um dos innumerous freguêsmosca, uma única espelunca, e menos ainda examinado os canos de esgotos de materiais fecaes de todos os quintaes das casas particulares, as águas das ruas e leitons dos igarapés, a qualidade o bom ou máo estado dos gêneros d’alimentação e sobretudo da água que bebemos”³⁵³.

Os Códigos de Posturas, assim como os Regulamentos Médicos desempenharam o papel de normatizar e regular a vida urbana, enquanto corpo social, interessados em fazer prevalecer os interesses privados em detrimento do público. Como foi discutido no capítulo 1, o modelo urbano empregado na época, viria consolidar os interesses do Estado e da elite, dominando e controlando a vida e o espaço da população citadina em busca de dotar a cidade de um ambiente salubre, onde a necessidade operante era de controlar seu ‘corpo social’, impondo à sociedade os novos padrões estéticos atrelados aos preceitos de uma sociedade burguesa e esclarecida a respeito dos padrões modernos e civilizados. Novas regras e novos valores são impostos determinando o convívio social no meio urbano e seguidos como determinantes para os padrões modernos desejados. Com eles “sepultam hábitos e saberes locais”³⁵⁴.

A necessidade de instrumentos que sustentem a construção destes espaços salubres, higiênicos e sadios, é determinada pelo Serviço Sanitário³⁵⁵, que passa a exercer a função

³⁵¹ Ibidem, N. 69. 10 de fevereiro de 1903.

³⁵² FILHO, Sebastião Rocha da Silva. A organização do serviço sanitário em Manaus: sanitaristas e suas práticas de intervenção (1891-1920). Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013, p. 64-65.

³⁵³ Comercio do Amazonas. N. 201, 8 de junho de 1898

³⁵⁴ DIAS, Ednéia Mascarenhas. *A Ilusão do fausto*: Manaus, 1890-1920. Manaus: Editora Valer, 1999, p. 43

³⁵⁵ Primeiro Regulamento se deu pelo Decreto n. 103, de 22 de Maio de 1891, criando e organizando a

de programar e executar as políticas governamentais, atendendo as questões de saúde pública na cidade. Os médicos³⁵⁶ que compunham esta instituição, “tornaram-se grandes conselheiros e peritos em observar, corrigir, melhorar o corpo social em permanente estado de metamorfose”³⁵⁷. Conforme destaca Filho, dentre as políticas governamentais adotadas por esta instituição, o aterramento dos igarapés, assim como dos pântanos formados pelos aterros e desaterros que se faziam presentes no cotidiano da cidade, eram previstos nestas normas, afirmando que este procedimento seria coerente e necessário ao “desenvolvimento econômico e comercial, perseguido pela nova ordem republicana”³⁵⁸. Neste sentido, as consequências destas pretensões e ações fazem com que se criminalize e se construa uma representação de que os igarapés, as áreas alagadas e formadas por pântanos fossem “sinônimo de endêmico”. Sobre os problemas sanitários apresentados na cidade, a imprensa noticiava como causadores dos miasmas e febre palustres, os igarapés e os pântanos formados pelos processos de aterros e desaterros.

“Para nós as causas geradoras residem na grande quantidade de águas que nos vem das chuvas e da cheia do rio e seus igarapés. As primeiras encontrando nossas ruas descalçadas, constantemente revolvidas, como que para buscar novas camadas de germes para a superfície, cheia de imensos buracos, aterros feitos sem ordem nem providência por toda a cidade de modo a impedirem o naturalmente escoamento das águas, formam aqui, alli e acolá pequenos e grandes pântanos artificiaes que infeccionão todo o ambiente e só tendem a desaparecer com a grande secca da estação futura”³⁵⁹.

“Hispectoria de Higiene” do Estado do Amazonas Depois deste, vários outros foram criados. Conforme explica Sebastião Rocha da Silva Filho, o Regulamento junto aos Códigos de Postura do Município, determinavam e normatizavam as questões de higiene do espaço urbano, assim como a “eliminação de tudo que pudesse prejudicar as ações direcionadas à saúde publica na cidade de Manaus”.³⁵⁵ FILHO, Sebastião Rocha da Silva. A organização do serviço sanitário em Manaus: sanitaristas e suas práticas de intervenção (1891-1920). Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013, p. 17-18

³⁵⁶ O governo do Amazonas, entre os anos 1897 a 1913, organizou 4 comissões de saneamento diferentes que tiveram como objetivo o saneamento da cidade de Manaus e eliminar as profilaxias e doenças que assolavam a cidade na época. A primeira, entre os anos 1897 a 1899, foi chefiada pelo engenheiro Samuel Gomes Pereira e pelo médico chefe da Diretoria de Higiene Dr. Henrique Álvares Pereira; a segunda comissão, entre os anos de 1904 a 1906, foi chefiada pelo médico Marcio Nery; a terceira, composta por médicos locais, ocorreu entre os anos de 1906 a 1913, e se estendia especificamente a “Profilaxia Específica e Sistemática da malária e da febre amarela”, chefiadas pelos médicos Alfredo da Matta e Miranda Leão; a quarta e última comissão de saneamento, ocorre no 2º semestre de 2013 e era denominada “Comissão Federal de Profilaxia da Febre Amarela”, sendo chefiada pelo médico Théophilo Torres. SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. *A ciência nos trópicos: as práticas médico-científicas em Manaus na passagem do século XIX para o XX*. Revista Pós Ciências Sociais v. 6, n. 12, 2009, p. 75-82

³⁵⁷ FILHO, Sebastião Rocha da Silva. A organização do serviço sanitário em Manaus: sanitaristas e suas práticas de intervenção (1891-1920). Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013, p. 16

³⁵⁸ Ibidem, 2013, p. 16-17

³⁵⁹ Comercio do Amazonas. N. 365. 4 de janeiro de 1899.

É possível observar este mesmo discurso nos documentos oficiais, no caso, no Relatório da Junta Médica, apresentado ao governador Fileto Pires, evidenciando a imagem que os igarapés representavam aos olhos do Estado, onde a vegetação existente em suas margens, era responsável pelo impedimento da penetração do sol, possibilitando proliferação de doenças. Aconselhado a limpeza destas vegetações, considerando assim, a natureza de suas margens como ‘coisa suja’, sendo sua extinção uma maneira de organização e de limpeza do espaço:

“Em vários lugares dos igarapés da Cachoeirinha, Cachoeira Grande, Castellana, Manáos, Bittencout, etc., os raios do sol não penetram até a superfície do solo em virtude dos diapharagmas, n’esses existentes, constituídos pelas arvores, não só em suas margens como nos próprios leitos: daí a resultante assaz desfavorável da existência de uma atmospha pesada, excessivamente, pelo mesmo motivo: ahi nesses locais, as lavadeiras costumam exercer a sua atividade, resguardando-se das altas temperaturas nas grandes sombras que as arvores projetam”³⁶⁰

Notamos nesta fala, que as preocupações e intenções de salubridade e de limpeza, se estendem aos igarapés mais distantes do perímetro urbano, demonstrando que eram apropriados pelas lavadeiras, sendo acusadas de contribuírem para a sujeira e contaminação das águas. No trabalho desenvolvido por Sebastião Rocha da Silva Filho. “A organização do serviço sanitário em Manaus: sanitaristas e suas práticas de intervenção (1891-1920)”, um fato interessante se faz evidente, quando o autor explica que, segundo os médicos sanitaristas, as apropriações e o uso dos igarapés conforme os “hábitos culturais inadequados da população pobre”³⁶¹ contribuía para agravar a higiene precária do ambiente urbano, sendo estes, também, os fatos responsáveis pela proliferação das doenças e causadores da insalubridade urbana.

“As causas que contribuem, para que o terreno fique favorável e adequado para a eclosão palustre, não estão relacionadas com os hábitos e costumes que a população manifestava diante aos igarapés, mas relacionada à pobreza. contribuindo poderosamente para que as energias e resistências do organismo se entibiem e forneçam terreno favorável e adequado às eclosões palustres, taes a alimentação viciada, irregular e parca; as fadigas; o abuso do álcool; as intempéries; a falta de tratamento

³⁶⁰ FERREIRA, Dr. Fileto Pires . Relatório publicado na administração do Coronel José Cardoso Ramalho Junior, p. 74. Relatório da Junta de Higiene apresentado ao Governador do Estado na administração de 1896 a 1900.

³⁶¹ FILHO, Sebastião Rocha da Silva. A organização do serviço sanitário em Manaus: sanitaristas e suas práticas de intervenção (1891-1920). Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013, p. 90

medico, etc.”³⁶²

Neste sentido, o autor demonstra, ao analisar as doenças que assolavam os moradores da cidade, que os problemas urbanos ao ambiente em que os trabalhadores residiam, evidenciando os aspectos das moradias da área central, os cortiços, assim como as instaladas nos subúrbios e próximas dos igarapés, demonstram o contrário, pois o agravante residia nas condições de miséria em que esta população estava sujeita.

“A insalubridade tão combatida pelas Posturas Municipais e pelos Regulamentos Sanitários evidencia uma situação social de miséria, à qual estavam submetidos os trabalhadores em Manaus. Uma grande quantidade de pessoas ocupando e dividindo espaços reduzidos e em péssimas condições de saneamento, foi condição propiciadora de ameaças graves a sua saúde, ficando expostas a epidemias e endemias”³⁶³

Segundo Filho, o impaludismo foi a doença que mais atingiu os habitantes da periferia da cidade, pelo quadro de miséria e fome que se descortinava, onde as políticas de melhoramentos não foram praticadas. Assim, as intervenções, que tinham como objetivo “o saneamento e a modernização da cidade”³⁶⁴, não abarcaram os bairros que cresciam além da cidade desejada.

Podemos observar o cenário destas periferias, no relatório apresentado pelo Inspetor Sanitário Rural, o médico sanitário, Dr. Alfredo da Matta em 30 de abril de 1922.

“Nos arrabaldes, o abandono desolador, as ruas sem calçamento, parecem de vilas decadentes do sertão, deixando apenas ver, através do capinzal exuberante, o sulco por onde passam os viandantes. Em alguns os casebres em ruína escondem-se na sombra doentia das árvores. Há falta de água encanada, de esgoto, de iluminação, e de qualquer assistência. Grassam todas as doenças, e, de modo assustador, a ancylostomose, o paludismo, a lepra e a leishmaniose”³⁶⁵

Outro olhar, sobre a situação de vida da população dos arrabaldes da cidade é descortinado pelo médico sanitário Alfredo da Matta:

“Visitei os bairros do Mocó, Cachoeirinha e São Raimundo, verificando, confrangido, em todos eles, o pungente quadro que o paludismo, a

³⁶² Ibidem, 2013, p. 17

³⁶³ Ibidem, 2013, p.90

³⁶⁴ Ibidem, 2013, p.71

³⁶⁵ Tres meses de actividade. (17 de janeiro a 30 de abril de 1922). Directoria de Saneamento e Prophylaxia Rural. Serviço no Estado do Amazonas. Manaus, 1922,

trabalhar organismos combalidos pela miséria orgânica, depara aos olhos do observador se fosse possível Srs intendentes, a existência de uma necrópole de vivos, de cadáveres ambulantes, tela-ieis naqueles subúrbios”³⁶⁶.

Sobre os casos frequentes de paludismo, os serviços de profilaxia, conforme afirma Alfredo da Matta, deveria ter uma sessão especial de Assistência Pública para melhorar a vida destas populações que residiam nos subúrbios às margens dos igarapés. “Quanta energia aproveitada, quantas pessoas aptas para os labores tão vários do nosso intrincado mecanismo social! Seria bastante, tão somente, lembrar que a conservação da saúde é a principal fonte de renda útil para o Estado”³⁶⁷. O discurso e as ações dos médicos sanitaristas visavam garantir o ambiente propício para a “ordem pública” em busca do controle do ‘corpo social’ enquanto força de trabalho, assim percebemos que as questões relacionadas com a saúde do habitante citadino entram na ordem do discurso médico sanitarista, onde “a doença adquire a dimensão de problema econômico, político e a miséria se torna um novo veículo de contágio”³⁶⁸. A Assistência Pública, em que fala Alfredo da Matta, consistia em alimentação e socorros médicos, o que já acontecia de forma temporária, entre os meses de julho e setembro, “phase do inicio e plenitude da vazante do Rio Negro, e que coincide com a recrudescência periódica das febres palustres”³⁶⁹.

Quando analisamos e contrastamos as fontes pesquisadas, percebemos que a necessidade de limpeza dos igarapés, no sentido de retirada de sua vegetação e de sua limpeza, traz posturas e teorias diferentes. O que podemos afirmar, a partir destas análises, foi que, as diferentes comissões e médicos sanitaristas que atuaram nas políticas higienistas em Manaus na época, apresentaram teorias diversas a respeito do aterramento dos igarapés e de sua supressão na paisagem da cidade, e, com isso, trazendo representações destes elementos. O que queremos afirmar, é que podemos verificar, que os discursos sobre a representação de que os igarapés eram elementos que desprivilegiavam a paisagem da cidade, foi questionada, negada e defendida sua preservação, com práticas que preservassem suas margens. Porém, isso não significa que a negação não ocorreu, como

³⁶⁶ Relatório da Intendência Municipal de Manáos pelo superintendente Dorval Pires Porto. Sessão Ordinária de 05 de Setembro de 1914, p. 14-15.

³⁶⁷ MATTA, Alfredo da. *Geografia e Topographia Médica de Manáos*. Manáos: Typ. Da Livraria Renaud, 1916, p. 76-77

³⁶⁸ FILHO, Sebastião Rocha da Silva. A organização do serviço sanitário em Manaus: sanitaristas e suas práticas de intervenção (1891-1920). Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013, p. 88

³⁶⁹ MATTA, Alfredo op. Cit., 1916, p. 77

fato idealizado e determinante para a construção do modelo de urbanismo que se fez presente.

Conforme texto publicado no jornal do Amazonas em 1898, o autor que assina a notícia, fala a respeito da falta de higiene da cidade, referenciando medidas para que dois planos fossem realizados. O primeiro deveria tratar de um “projeto técnico” que viabilizasse as reformas do sistema de abastecimento da água e para a rede de esgoto, “higienico e completo” e, além destes melhoramentos de necessidade urgente,

“o momento actual pede a solução de medidas outras, quaes arborização das margens dos igarapés e de todo o litoral da cidade por meio de eucalyptos e magnólias, as mais apropriadas arvores para sanear cidade em que a malária se manifesta naturalmente”³⁷⁰.

Essa tentativa de arborizar e preservar as margens dos igarapés, também se faz presente na voz da Secretaria da Intendência Municipal, onde a assinatura do “official João C. de Mendonça, servindo de secretário”, datado em 25 de maio de 1899, registra na imprensa as ordens dadas pelo Superintendente, de que,

“será fornecido a cada um dos proprietários de terrenos ou moradores junto aos igarapés que cortam esta cidade, um pé de Eucalyptus, afim de que seja o mesmo plantado nos referidos terrenos”³⁷¹.

Quanto às preocupações com o impaludismo, que afetava principalmente os moradores próximos dos igarapés, Alfredo da Matta³⁷² defende que, para a campanha no combate à doença, deveriam ser organizadas ações de exterminação do mosquito transmissor e também ações em favor da defesa do homem. Assim, o trabalho deveria ser “ofensivo e defensivo”, em que, o ofensivo consistiria em varias ações, entre elas o secamento, a drenagem dos pântanos e a “rectificação dos pequenos rios garantindo o seu escoamento perenne”, defendendo também, que os igarapés deveriam ser cuidados a partir de suas margens, orientando sua valorização na paisagem,

“Pugnaria neste sentido em toda a linha pelo preparo do leito dos pequenos rios da cidade, e a protecção de suas margens com muralhas até o nível das ruas, que após a terraplanagem e consequente arborização

³⁷⁰ Comercio do Amazonas. 09 de agosto de 1898.

³⁷¹ Ibidem, N. 472. 27 de maio de 1899.

³⁷² MATTA, Alfredo da. *Geografia e Topographia Médica de Manáos. Manáos*: Typ. Da Livraria Renaud, 1916, p. 72-73

faria o encanto dos moradores desses trechos marginais. Apresentariam grande atractivo da phase de enchente do Rio Negro, permittindo a navegação de embarcações, e na vazante a facilidade da manutenção do mais rigoroso asseio. Tornar-se-iam o melhor exponete da salubridade local”³⁷³.

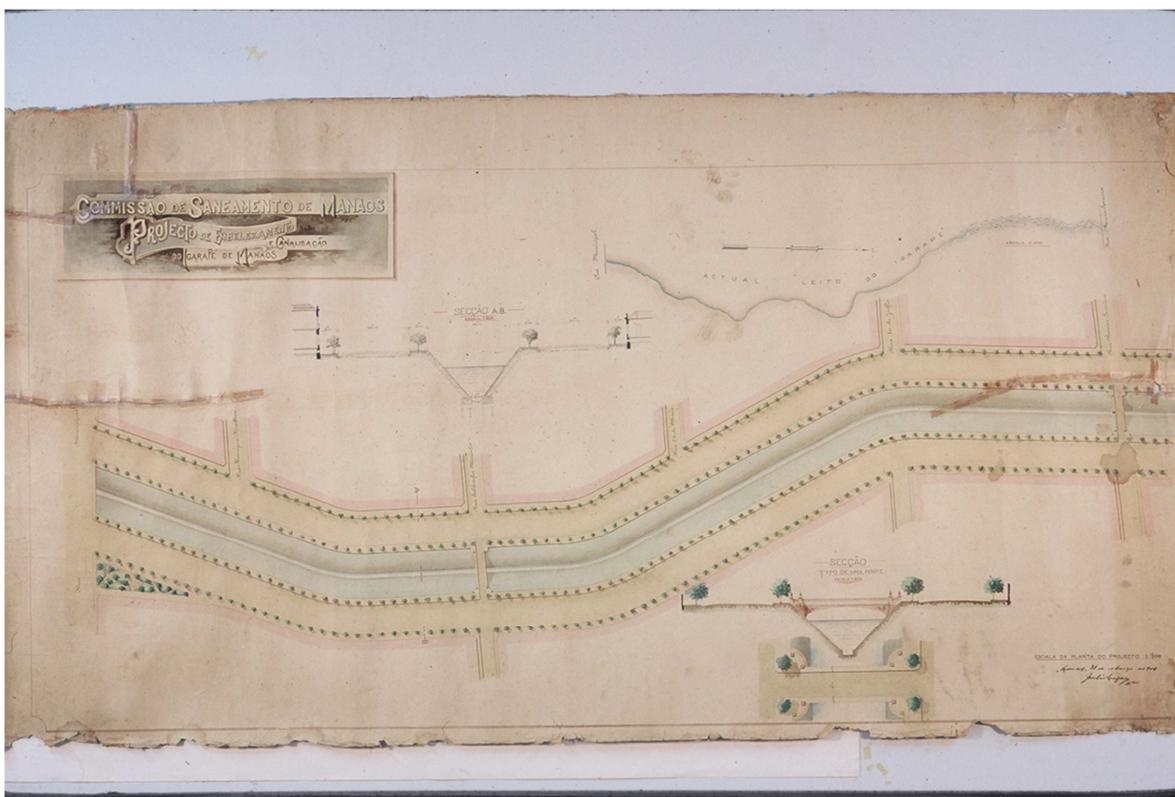


Figura 12:
Planta e cortes de Projeto de Canalização do Igarapé dos Remédios (Aterro)
Autor: Comissão de Saneamento de Manaus em 1906.
Fonte: CCPA (Centro Cultural dos Povos da Amazônia).

Esta ilustração, representando o projeto de canalização do igarapé dos Remédios (Aterro)³⁷⁴, vem revelar que o próprio poder publico, através da Comissão de Saneamento, pensou e idealizou uma outra imagem da cidade, revelando e evidenciando os igarapés, preservando-os. Porém as ações e intervenções deste mesmo poder público privilegiaram a eliminação deste igarapé, como também não se praticou nenhuma ação perene no que diz respeito a valorização e integração dos igarapés que limitavam e se entendiam além do perímetro urbano cristalizado pelas políticas de embelezamento da época. Na fala do Governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, em 1909, as escavações empenhadas

³⁷³ Ibidem, 1916.p. 73

³⁷⁴ Na leitura da imagem, é possível identificar em sua implantação, o nome das ruas que terminam no igarapé: rua Municipal, rua Henrique Martins, rua Saldanha Marinho, rua 24 de Maio, rua 10 de Julho.

na cidade, como justificativa de corrigir seus acidentes naturais, tirou-lhe os encantos, e

“a infeliz ideia de aterrar os igarapés, que serpeantes cortavam toda a cidade, se convenientemente drenados, fariam de Manáos, não só a linda princeza do Rio Negro, mas ainda uma Veneza mais poética, mais gentil e menos sombria, enfeitada pela luxuriosa vegetação amazonense”³⁷⁵.

As obras para o aterramento do igarapé dos Remédios (Aterro) e da construção da avenida Floriano Peixoto, continuando como 13 de maio, se estende por muitos anos. As críticas a respeito da falta de planejamento para as obras de aterros e desaterros em favor dos nivelamentos da cidade, assim como das escavações para o aterramento do referido igarapé, surgem em diversos momentos, por conta dos focos da formação de pântanos e represamentos de águas. Sobre o aterro do igarapé dos Remédios, da Matta diz que para termos uma ideia do que foi o processo para a construção da avenida 13 de Maio, “Somente uma photographia desses tempos daria impressão approximada do colossal volume de terra ahi consumido”³⁷⁶. Conforme Mensagem de Antonio Clemente Bittencourt,

“A mania das excavações sem um plano previamente assentado, dominou o espírito dos dirigentes de então, resultando d’ahi aterrar mais tarde o que pouco antes havia sido excavado.

É fácil suppôr o grande prejuízo, advindo para a saúde publica das emanções desprendidas das poças infectas, asquerosas mesmo, de que se encontram uns tristes exemplares nas avenidas Floriano Peixoto e 13 de Maio.’

Hoje, não temos remédio senão concluir a obra em tão má hora começada.”

³⁷⁷.

Em 1905, o governador Antonio Cosntantino Nery³⁷⁸, fala que as obras de aterro do referido igarapé estava progredindo e que até o final do corrente ano “ficará ligado o trecho entre a rua dos Andradas e o Quartel da Policia”, por ser este trecho o mais “importante pela valorisação dos terrenos marginais, em um centro commercial como é a quadra entre a rua Quintino Bocayuva e a praça Tamandaré”³⁷⁹. Em 1911, a Mensagem do Superintendente Joaquim José Paes da Silva Sarmiento, indica que as obras seguiam “vagarosamente” devido ao estado financeiro do município, e destaca a importância deste

³⁷⁵ BITTENCOURT, Antonio Clemente Ribeiro. Mensagem lida em 10 de julho de 1909. Coleção Agnello Bittencourt, Secção de Obras da Imprensa Oficial. P. 29-30.

³⁷⁶ MATTA, Alfredo da. *Geografia e Topographia Médica de Manáos. Manáos*: Typ. Da Livraria Renaud, 1916, p. 8

³⁷⁷ BITTENCOURT, Antonio Clemente Ribeiro. Mensagem lida em 10 de julho de 1909. Coleção Agnello Bittencourt, Secção de Obras da Imprensa Oficial. P. 31.

³⁷⁸ Ibidem, 1905. p. 179-180

³⁷⁹ NERY, Antonio Constantino. Mensagem do Governador do Estado, em 10 de julho de 1905. p.184

melhoramento para a cidade, “contractado desde 30 de agosto de 1909”³⁸⁰.

Os problemas sanitários que estes processos apresentam, assim como a transformação da paisagem em favor de uma estética que desvalorizasse suas condicionantes naturais, recebe críticas nas palavras de Alfredo da Matta, que em 1916³⁸¹, diz que de todas as “infracções cometidas” com as obras de melhoramentos urbanos, a que mais ressalta pela importância, foram os trabalhos realizados nos igarapés, que,

“sem orientação científica, descuidados os preceitos da engenharia sanitária, foram alguns delles aterrados com prejuizo da população, da sua economia e hygiene, e da esthetica da cidade”³⁸².

Sobre as irregularidades cometidas nestas obras, principalmente na instalação da infra estrutura urbana, notamos que as críticas vêm demonstrar a irregularidade da implantação destes serviços durante o período analisado, assim como a precariedade com que foram sendo adaptado às novas necessidades, no momento em que a cidade se expande. A instalação destes sistemas, não apresentou, na realidade e no cotidiano da cidade, os benefícios desejados. Conforme Mensagem do governador do Estado em 1905, a rede de esgoto se apresenta de forma irregular, “e disposta sem preceito algum”, servindo para os despejos das habitações assim como para as águas pluviais, neste sentido não se pode dizer que a cidade é servida da hygiene necessária no que diz respeito ao sistema de despejo dos dejetos, pelo contrário, na época das chuvas, torna-se um mal, pelo transvasamento das matérias que contém, lançando-as aos leitos das ruas pelas boccas de lobo existentes nos seus cruzamentos³⁸³. Sobre os igarapés aterrados, das avenidas Eduardo Ribeiro e Floriano Peixoto e 13 de Maio, “as águas escoam em galerias fechadas”, mas no período da cheia elas são

“invadidas totalmente pelas águas do Rio Negro e sob tão estupenda compressão as galerias regorgitam e resuman. Dahi as diversas collecções de água em certos trechos da cidade da phase da enchente (...) recebendo detricos de toda a espécie carreados pelos ventos, pela exurrada e por serviço irregular de limpeza publica ou particular, produzem fermentações variadas que redundam na formação de focos prejudiciais à salubridade publica”³⁸⁴. P. 14-15

³⁸⁰ SARMENTO, Joaquim José Paes da Silva. Mensagem do Superintendente, em 15 de agosto de 1911, p. 04

³⁸¹ MATTA, op. Cit. 1916.

³⁸² Idem, 1916, p. 5

³⁸³ NERY, Antonio Constantino. Mensagem do Governador do Estado, em 10 de julho de 1905, p. 186-187

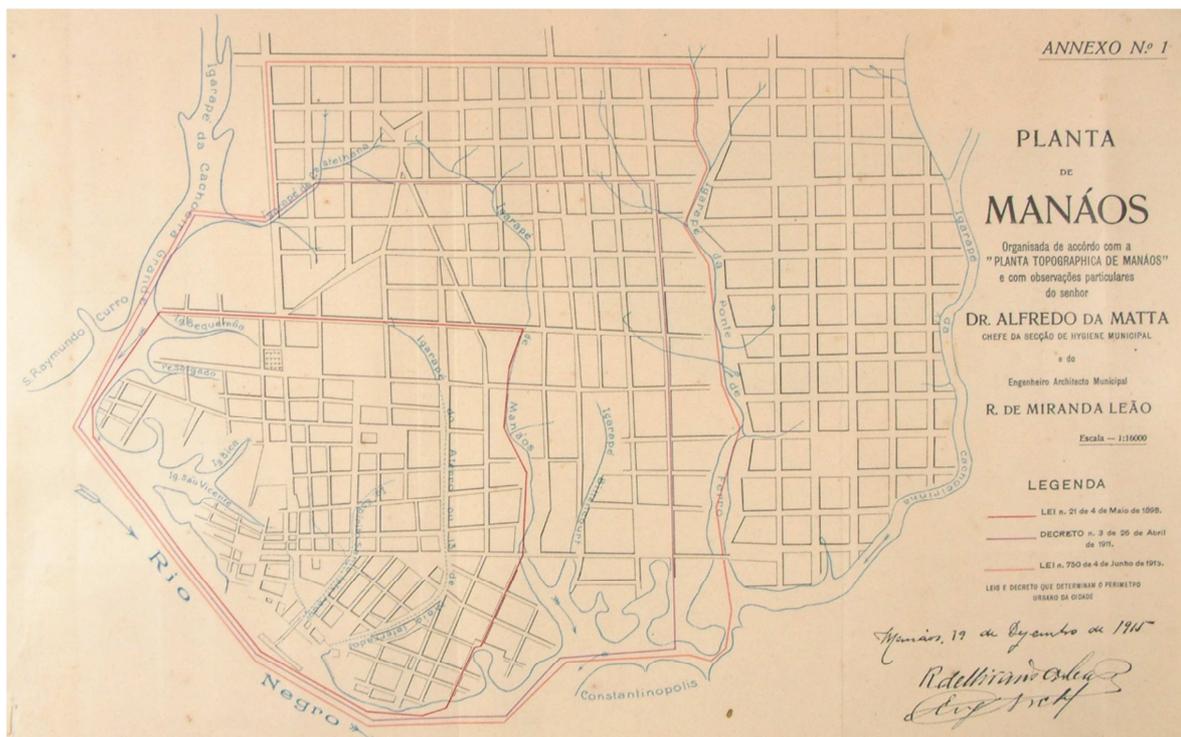
³⁸⁴ MATTA, op. Cit., 1916, p. 14-15

No mapa elaborado pela Comissão de Saneamento³⁸⁵ em 1915, Alfredo da Matta descreve os igarapés que delimitavam com precisão toda a cidade, a leste o igarapé da Cachoeirinha e a leste o igarapé da Cachoeira Grande, simulando “duas alavancas, ou dois enormes tentáculos líquidos açambarcando, constringindo em formidável e singular amplexo a cidade Rainha do Rio Negro”³⁸⁶. Ao analisarmos este mapa, referenciando-o aos que aqui já foram apresentados, destacamos que o limite norte já se encontra representado pelo Boulevard Amazonas e que os bairros que compunham os arrabaldes, transpondo os igarapés da Cachoeira Grande e da Cachoeirinha, ainda se mostram ausentes na representação da cidade por parte dos administradores. Uma legenda é apresentada, indicando o crescimento do perímetro urbano. É interessante notar nesta representação que a malha urbana se impõe ao terreno da cidade, mais uma vez demonstrando as pretensões de crescimento e de ordenamento da cidade. Além deste mapa geral, outros sete desenhos³⁸⁷ são apresentados, especificando cada igarapé, onde podemos notar a malha urbana e o predomínio da linha reta das ruas em detrimento das nascentes e dos leitos dos igarapés. Mesmo que estes desenhos apresentem ilustrações sugerindo a vegetação existente, podemos ler que ainda permaneciam intactas diante das intervenções de aterramentos, observamos que as intenções estão colocadas diante da necessidade dos igarapés serem aterrados ou ignorados pelo traçado das ruas.

³⁸⁵ Chefiada pelos médicos sanitaristas Alfredo da Matta e Miranda Leão, durante os anos de 1907 a 1913.

³⁸⁶ MATTA, op. Cit., 1916, p. 5

³⁸⁷ Os desenhos estão apresentados nos Anexos.



Mapa 8:

Elaborado pela Comissão de Saneamento em 1915.

Desenhada de acordo com a “Planta Topographica de Manaus e com observações particulares do Sr. Dr. Alfredo da Matta. Chefe da Secção de Hygiene Municipal e do Engenheiro Architecto Municipal Raymundo de Miranda Leão.

Fonte: MATTA, Alfredo da. *Geografia e Topographia Médica de Manaus*. Manaus: Typ. Da Livraria Renaud, 1916, Anexo 1

A leitura destes mapas nos faz compreender o imaginário urbano que perpassa as ideias dos construtores da cidade. Observando a escrita da cidade através desta imagem, através do traçado urbano construído e/ou desejado, onde “as imagens produzem seu espaço no pensamento e se traduzem no discurso”, podemos afirmar, conforme Pesavento³⁸⁸, que esta imagem urbana, “contém um relato das formas de sentir, ver e sonhar a cidade”.

“Esse é o ponto pelo qual o historiador se aproxima do urbanista e através do qual se estabelece a possibilidade de resgatar, pela imagem urbana atual, as representações das cidades que passaram ou que pretenderam ser um dia”³⁸⁹

As práticas de intervenção e produção do espaço na cidade de Manaus se definiram por desconsiderarem e descaracterizarem seus igarapés, suas referências culturais e sociais, impondo às espacialidades pretéritas e às relações sócio espaciais pré-existentes, um

³⁸⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy, *O Imaginário da Cidade. Visões Literárias do Urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Ed. Universidade/UFRGS. Porto Alegre, 1999, p. 14-15

³⁸⁹ Ibidem, 1999, p. 15

“imaginário da recriação contínua” através da imposição de modos de viver, buscando um espaço e uma vida urbana homogênea, atrelados à modernidade da época, moldada em outras formas de viver e ser na cidade. Uma homogeneidade que se revela configurada em sua aparência, pois a cidade é fragmentada e se torna viva nas suas diferenças, revelando os excluídos que emergem diante da precariedade da vida e da paisagem, escapando do modelo de urbanismo racional imposto a cada tempo³⁹⁰.

Os problemas que uma cidade apresenta, não devem ser resolvidos partindo de preceitos técnicos e estéticos, apenas. Na fala de Milton Hatoum

“A cidade ou o espaço urbano são construídos ou destruídos segundo uma política de intervenção que pode favorecer certos segmentos sociais em detrimento de outros. O urbanismo é, ao mesmo tempo, uma técnica de organização do espaço e uma estratégia política. A mais singela ou ingênua intervenção urbana encerra uma intenção política e social, pois influi na vida do cidadão, no seu cotidiano, lazer e trabalho. Influi, enfim, nas relações sociais e na sociabilidade de cada pessoa”³⁹¹.

A cidade que se fez, com seus espaços ‘embelezados’ e seus melhoramentos executados, como resposta das intenções e pretensões do momento, corresponde aos desejos de uma sociedade que se cristalizou num tempo. Sua paisagem, ordenada na lembrança e na esperança de uma elite que se fez na bonança, persiste e resiste “sem pressa e sem sobressaltos, num ritmo ditado pelas condições físicas, econômicas e culturais”³⁹². Assim, a cidade contada e sentida por quem viveu no início o século XX, demonstra que os valores, saberes e hábitos culturais que lhes são próprios, resistem aos “elementos poderosos da cultura europeia colonizadora”³⁹³. Uma comunidade pequena e pacata esparramada na intimidade de suas terras e de seus igarapés, vinculada aos valores tradicionais enraizados no povo e que continuou sólida aos seus preceitos culturais, onde, segue no tempo e no acontecimento de uma vida pacata, tranquila como uma “A Quieta Província”³⁹⁴.

³⁹⁰ GROBE, Cristiana Maria Petersen. *A Cidade dos Desejos e os Desejos da Cidade*. Manaus : Fronteira do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos. p.215 - 218, 2012.

³⁹¹ HATOUM, Milton. apud DIAS, Ednéia Mascarenhas. *A Ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999M. 2007 p. 11

³⁹² PERÉS, Jefferson. *Evocação de Manaus – como a vi ou sonhei*. 2 edição. Manaus: Editora Valer. 2002 p. 23

³⁹³ MELLO, Thiago. *Manaus: amor e memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984, p. 29

³⁹⁴ PERÉS, Jefferson. *Evocação de Manaus – como a vi ou sonhei*. 2 edição. Manaus: Editora Valer. 2002 p. 23

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A localização e a configuração urbana da cidade possuem características únicas. Manaus está encravada na maior floresta do mundo, entre os maiores rios do mundo, rasgada por uma infinidade de igarapés. A cidade é abraçada por uma enorme população indígena, circundada por sua influência que, embora combatida e mascarada, se evidencia no tipo físico de sua população autóctone, na sua cultura e na sua memória. Manaus está inserida na Natureza, mas insiste em voltar-lhe as costas, recusando sistematicamente o diálogo com suas raízes. Foram os igarapés que determinaram o traçado e o crescimento da cidade orientando a formação do espaço urbano baseado nos limites e nas possibilidades que estes cursos d'água e a topografia definiram durante os primeiros séculos de descobrimento, de conquista e de exploração. Ou seja, seu desenho e seu ordenamento obedeciam às ordens que a natureza e a topografia impunham à cidade, sendo os vários igarapés os principais determinantes da ocupação, da configuração da vida urbana com seu relevo acidentado, morros e ladeiras. Estas características são facilmente comprovadas quando analisamos a documentação iconográfica, o mapa de 1845, apresentado no primeiro capítulo, e quando interpretamos os relatos dos viajantes e cronistas que passaram por Manaus na época. Assim, a cidade se fazia a partir da cumplicidade com seus igarapés, engendrando relações culturais e construindo o imaginário coletivo.

A partir das análises que nos propusemos, podemos afirmar que ao adentrarmos a segunda metade do século XIX, os igarapés ainda se apresentavam sem grandes interferências do homem, mantendo-se presentes na paisagem, nas formas do espaço e no viver da cidade. Por volta de 1870, os igarapés passam a sofrer, com grande intensidade, os impactos da implantação dos projetos urbanísticos de modernização, importados de terras distantes. Não valorizados e nem preservados pelos construtores da cidade, os igarapés foram percebidos e vivenciados como se fossem realmente 'barreiras' para o crescimento e o desenvolvimento urbano desejado. Deste modo, são definidas e orientadas as ações de superação destes cursos d'água, assim como do relevo acidentado da cidade, que não possibilitava a efetivação da malha urbana racional que o Urbanismo Moderno preconizou. Ações de aterros e desaterros tornam-se frequentes para o nivelamento do terreno e a construção dos acessos retos, que privilegiassem a circulação, como também a construção de pontes, aterramentos ou supressão total de sua natureza. Notamos que modificações profundas foram sentidas pela paisagem da cidade, como o aterro do Igarapé do Espírito Santo para construção da Avenida do Progresso (hoje Avenida Eduardo Ribeiro), o aterro

do Igarapé dos Remédios (ou igarapé do Aterro), para construção da Avenida Floriano Peixoto e 13 de Maio (hoje, Floriano Peixoto e Avenida Getúlio Vargas), entre outras ações que modificaram totalmente a topografia e a vida dos igarapés³⁹⁵. É importante destacar que outros igarapés foram aterrados, como descrevemos na pesquisa, assim como seus leitos modificados e todo o relevo alterado. As intervenções aconteceram desde o início da formação do núcleo urbano, onde a primeira área da cidade a passar por modificações no seu ambiente natural, foi a ilha de São Vicente e o Igarapé da Ribeira, onde a cidade começou com a instalação do Forte de São José da Barra do Rio Negro.

Estas intervenções vieram acompanhadas pelas determinações divulgadas pelos Códigos de Posturas definindo os usos e apropriações dos igarapés, favorecendo a construção simbólica de negação e de desprezo destes elementos em relação às vivências e sociabilidades que a população apresentava. A cidade que se molda para a modernidade transformando sua paisagem, buscando pela civilidade e sugerindo mudanças culturais na lei, nas práticas e nos costumes, vai projetando novas formas de uso e de apropriação dos igarapés. Assim, é comum encontrarmos nos Códigos de Posturas da época³⁹⁶, orientações e penalidades no que diz respeito aos usos e apropriações destes igarapés. Proibições estas que irão permanecer em todos os códigos analisados, apresentando cada vez mais um maior detalhamento nos seus Artigos e aumentando os valores das penalidades. Dentre estas proibições, relevantes para entendermos a tentativa de afastar esses usos e apropriações, destacaram as que proibiam a pesca e a venda do produto na cidade, a atracação de botes, catraias entre outras embarcações nas margens dos igarapés e litorais da cidade e nas pontes, a proibição das lavadeiras executarem seu trabalho, sendo cada vez mais afastadas do perímetro urbano, entre outras. Como foram destacadas no trabalho, estas ‘regras’ começam a surgir antes do período em que a cidade passou pelo intenso processo de urbanização, aparecendo já no Código de Posturas do ano de 1872, o que demonstra que as intenções de construir a ‘imagem da cidade desejada’ já perpassava no imaginário dos administradores antes do apogeu da borracha. Outro fato bastante relevante foi que a população, excluída das oportunidades que a modernidade colocou, já se apropriava dos ‘arrabaldes’, antes mesmo que este processo de exclusão fosse evidenciado com as grandes transformações da cidade, como nos bairros do Educandos (que surgiu em

³⁹⁶ Analisamos os Códigos de Posturas Municipais: de 1868 (Posturas Provisórias, Portaria de 13 de março de 1868), de 1872 (Lei N. 247 – de 1 de junho de 1872), de 1893 (Lei N. 23 de 6 de maio de 1893) e o de 1910 (Lei N. 639 de 13 de outubro de 1910).

1856, com a implantação do Estabelecimento dos Educandos e Artífices) e no do São Raimundo (que teve sua ocupação iniciada em 1849, quando o governo do estado doou ao Seminário São José o terreno que foi incorporado ao patrimônio da instituição religiosa)³⁹⁷, Este fato se faz interessante, quando notamos na leitura dos mapas, que a própria imagem que os desenhos apresentaram, omitiam estas espacialidades. Vão aparecendo, representadas timidamente, no mapa de 1872 e novamente completamente negadas no mapa de 1893, confeccionado na administração de Eduardo Ribeiro e no de 1915, elaborado pelo médico sanitarista Alfredo da Matta.

Recuperar estas ações e pensamentos do passado nos faz refletir como as práticas de planejamento e de intervenções na cidade, que atravessam o tempo, apresentaram os significados que os igarapés possuem na produção do espaço urbano hoje. A reflexão de suas representações diante das imposições das Políticas Públicas versus as resistências e permanências que os habitantes desempenharam diante destes cursos d'água vem revelar o imaginário coletivo e suas relações simbólicas na construção e na apropriação do espaço urbano, que resiste às imposições dos administradores e dos construtores da cidade.

Um exemplo destas práticas, impostas pelos administradores no presente, é a proposta do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, o PROSAMIM³⁹⁸, que nasce em pleno século XXI, com justificativas e consequências muito similares às apresentadas pelas intervenções que o Poder Público no século XIX, determinando

³⁹⁷ Jornal do Comércio, 22 de outubro de 2008. Edição de aniversário da cidade

³⁹⁸ O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, PROSAMIM foi concebido em 2003, quando iniciou-se, também, um trabalho de formação da gestão compartilhada com comunidades que seriam atendidas posteriormente. O primeiro contrato de empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Governo do Amazonas, para início das obras do PROSAMIM, foi firmado em 19 de janeiro de 2006 e serviu para iniciar as duas primeiras etapas do Programa na Bacia do Educandos, localizada na Zona Sul de Manaus, sendo esta a mais densamente povoada e ocupada por construções irregulares, em margens de igarapés. O Programa, gerenciado pelo Governo do Estado em coordenação com o Governo Municipal, propõe uma ampla gama de ações e intervenções, com o objetivo de resolver os problemas ambiental, social e urbanístico que afetam as populações residentes às margens dos igarapés. As ações do Programa estão focadas nas condições de saúde nas áreas de intervenção, através da reabilitação e/ou implantação de sistemas de drenagem, abastecimento de água potável, coleta e disposição final de águas servidas e de resíduos sólidos, melhoria das condições de habitação da população, regularização das propriedades de uso do solo, implantação de áreas de lazer, e principalmente a recuperação das áreas ambientais, incluindo a recuperação das nascentes dos igarapés e suas matas ciliares. *Site oficial do Governo do Estado: <http://prosamim.am.gov.br/>*. Mas ressaltamos aqui, que o que se identifica nos lugares onde o Projeto foi implantado, como por exemplo, na Bacia do Educandos, são igarapés totalmente poluídos e desprezados pelas populações que habitam as áreas do Programa. Além de não recuperar e nem requalificar os igarapés, é notável a falta de integração das habitações com a paisagem, uma vez que se considera criada uma natureza artificial em detrimento da paisagem antes existente. O ambiente e a arquitetura, criados pelo Programa, demonstram a negação com as especificidades do local, do clima, desprezando totalmente a paisagem natural e sua relação com os igarapés. “No PROSAMIM, a implantação de solos para a produção de habitações aniquilou o natural e objetivou o artificial, modificando a paisagem e a característica da região; dando lugar a uma paisagem antrópica e confusa”. ARAÚJO, Elizangela Francisca Sena de. *Os impactos arquitetônicos e urbanísticos do Programa PROSAMIM na paisagem de Manaus*. (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) UFAM-AM. 201, p. 96

modificações na paisagem da cidade e na vida dos igarapés. O PROSAMIM apresenta um discurso de “recuperação ambiental e requalificação urbanística dos igarapés”, prometendo a valorização da paisagem natural e cultural da cidade, mas, na realidade, vem rejeitando e desprezando a natureza intrínseca da vida desta cidade. Os discursos e as práticas de intervenção engendradas pelo projeto do PROSAMIM evidenciam a representação dos igarapés como um elemento a ser superado, transposto e negado, materializando a necessidade de domar e disciplinar a natureza em favor dos preceitos da vida moderna e civilizada, impondo outras referências estranhas aos habitantes do lugar. Acreditamos que o projeto demonstra um campo de intenções bastante significativo, quando preconiza a questão da habitação e da requalificação dos cursos d’água, porém estas ações só ficam no discurso e no papel, pois na paisagem dos lugares transformados o que vemos é a sobreposição da natureza criada sobre a paisagem dos igarapés agonizantes e doentes. O que foi relevante para nossa pesquisa foi perceber como estas práticas de intervenção nos igarapés, em busca do domínio e da disciplina imposta pela vida moderna, que os produtores da cidade nos apresentam desde tempos pretéritos, revela a guerra travada contra estes cursos d’água não só enquanto materialidade, mas também contra seus significados simbólicos diante da vida e da identidade da sociedade.

Demonstrar as formas de representações construídas e apropriadas no domínio da natureza dos igarapés, durante os anos de 1880 a 1915, se fez relevante para a reflexão o momento em que a cidade de Manaus apresentou seu primeiro processo de urbanização, demonstrando como os igarapés foram pensados e praticados, podendo nos levar a refletir sobre as mudanças do presente. A produção do espaço, na época, revelou um discurso que o que prevaleceu foi o artificial diante do natural, impondo uma imagem de cidade moderna e civilizada, construída contra suas formas mais íntimas e vivas. “Embelezar e modernizar Manaus foi o grande objetivo dos administradores dessa época. Era necessário que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente para a imigração, o Capital e o consumo”³⁹⁹.

Assim, as políticas públicas priorizaram a produção do espaço urbano vinculado a ‘modelos e referências’ distantes⁴⁰⁰, alavancadas com o crescimento da exploração e da comercialização da borracha, sendo possível a implantação e a idealização de grandes

³⁹⁹ DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999, p. 18

⁴⁰⁰ A partir de diversas leituras, destacamos que as grandes obras de infra-estrutura urbana e arquitetônica foram implantadas e gerenciadas pelo capital internacional, geralmente americano e inglês. E sobre a imagem da cidade destacamos a influencia cultural que a cidade de Paris exerceu sobre a vida e o cotidiano da Elite na época. O que hoje, continua a se repetir, com novas ‘roupagens’ e novos atores no comando.

projetos urbanísticos e arquitetônicos, transformando a imagem da cidade, sua cultura, valores e referências. Os aterros e as canalizações dos igarapés tornam-se essenciais para garantir a imagem do progresso e da paisagem moderna, limpa e lustrosa da cidade desejada. Orientadas por questões de higiene, as ações propostas para esses cursos d'água modificavam as relações simbólicas que a população compartilhava entre si e com seu mundo, construindo identidade e estabelecendo a noção de pertencimento: “A cidade foi sendo produzida para atender interesses distantes, quase sempre deslocados das especificidades culturais e naturais”⁴⁰¹. Ainda que alguns discursos previssem a valorização destes elementos na paisagem, como o caso de um projeto de canalização e valorização das margens do igarapé dos Remédios ou Aterro (Aterro), estas intenções não prevaleceram e foram esquecidas.

Os trabalhadores comuns e reais ‘executores’ da cidade do *fausto* foram excluídos do sistema em vigor, amontoando-se nos cortiços ou afastados da área central e levados para áreas distantes, aonde vieram a se apropriar dos elementos que já estavam excluídos do processo de produção do espaço urbano, os igarapés. Na fala de Ribamar Bessa Freire, “O “progresso” só passou em seu belo e dourado coxim para alguns: uma minoria. Para a maioria da população – justamente aquela que construiu a cidade – significou um degra damento das condições e da qualidade de vida”⁴⁰². Assim, a apropriação e ocupação pelas camadas menos favorecidas e excluídas da dinâmica de produção dominante, acontecem nas margens dos igarapés, além delas e nos fundos de vales, demonstrando que na produção do espaço urbano “não é a morfologia que determina o modo como a cidade é ocupada, mas o que lhe crescem os homens”⁴⁰³.

Neste sentido, a pesquisa buscou compreender e revelar como as representações de progresso foram desejadas e construídas, através das ações e das práticas de intervenções na materialidade urbana, determinando outras configurações aos igarapés. Analisamos como a cidade foi desejada, construída e gerida pelos discursos e pelas práticas de intervenção urbana que conduziram e orientaram as transformações do seu desenho, assim como as imagens e as representações que os igarapés apresentavam no momento, evidenciando a imposição ideológica e cultural de modos de vida distantes.

O que se descortina nesta pesquisa, são as possibilidades de pensarmos uma

⁴⁰¹ OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920 – 1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Editora Valer, 2003, p. 139

⁴⁰² FREIRE, José Ribamar Bessa. *Barés, Manáos e Tarumãs*. Revista Amazônia em Cadernos, nº2/3, Manaus: Universidade do Amazonas, 1994/95

⁴⁰³ OLIVEIRA, José op. Cot., 2003, p. 34

possível recuperação e valorização destes igarapés na vida da cidade como estratégia mais acertada e coerente a guiar as ações e as práticas das políticas públicas que visem intervenções direcionadas ao planejamento da cidade no presente. Revelar as representações criadas contra a imagem e a cultura dos igarapés de Manaus vem demonstrar os equívocos aplicados ao nosso ambiente natural e cultural evidenciando que é a partir da relação de respeito e de cumplicidade com a identidade e com a memória do lugar, que o homem constrói o seu mundo, suas referências e sua cultura. Vale destacar também, que este trabalho propõe-se atualizar os estudos sobre os processos de urbanização das cidades brasileiras, visto que pouco se fala a respeito da importância que a cidade de Manaus, pelas suas peculiaridades ímpares no país, ocupa na História do Planejamento Urbano do Brasil.

Atentamos por fim, que as intenções de privilegiar os igarapés como personagens principais no enredo e no cenário da cidade de Manaus na época, podem ter sido ofuscadas diante do espetáculo do viver materializado na cidade do *fausto*. Entretanto, como a vida continua e o *show* não pode parar, as possibilidades se abrem para captarmos outros olhares dentro deste tema. Aqui a pesquisa não se esgota, sendo possível construir outras interpretações diante da cena criminosa dos igarapés agonizantes.

ANEXOS



ANNEXO Nº 8

PLANTA
DO
IGARAPÉ
DA
CACHOEIRA GRANDE
(DO TEIU)

Desenhada de acôrdo com documentos existentes
na 3.ª Secção e com observações particulares do Sr.

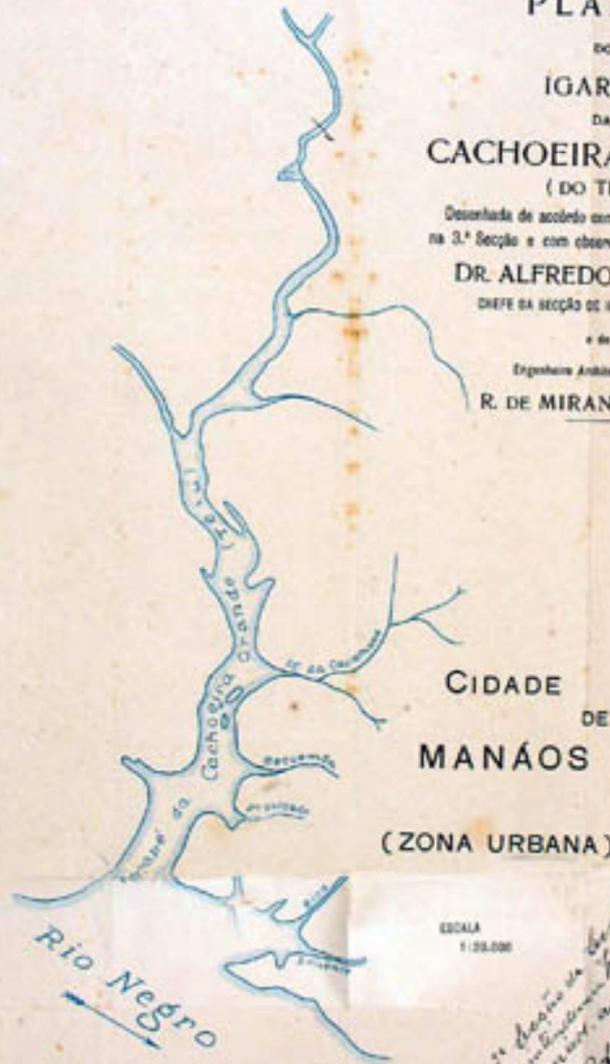
DR. ALFREDO DA MATTA

CHefe DA SECÇÃO DE URBANISMO MUNICIPAL

e do

Engenheiro Architecto Municipal

R. DE MIRANDA LEÃO



ESCALA
1:25.000

*3ª Secção de Urbanismo
Linha de Engenharia Municipal de
Manaus, no 21 de Junho de 1911.
Rafael Miranda Leão
Chefe da Secção*

FONTES

FONTES

1. Periódicos:

Comércio do Amazonas, 1870-1898;

Correio do Norte, 1906, 1910-1912;

Quo Vadis, 1902.

2. Fontes Oficiais:

Relatórios e Exposições dos Presidentes da Província do Amazonas (1852 a 1889);

Mensagem dos Governadores (1891 a 1915);

Mensagens dos Interdependentes e Prefeitos (1901 a 1915);

Códigos de Postura: Posturas Provisórias, Portaria de 13 de março de 1868; Código de Posturas Municipais, Lei N. 247, de 1 de junho de 1872; Código de Posturas Municipais. Lei N. 23 de 6 de maio de 1893; Código de Posturas Municipais, Lei N. 639 de 13 de outubro de 1910.

3. Outras Fontes

Algum do Amazonas de 1901-1902;

Álbum Municipal de Manáos. Elaborado na administração do Prefeito Araujo Lima. Presidente do Estado Ephigenio de Salles. Amazonas, 1929;

Anuário de Manáos (1913-1914). Organizado por Heitor de Figueiredo. Editor Jorge Guidacci., Typ. Editora Limitada. Lisboa 1913;

COSAMA (Companhia de Saneamento do Amazonas). História do Saneamento de Manaus. Manaus, 1991;

Genova, Stabilimento tipo-litografico ditta a Montorfano, O Estado do Amazonas (Brazil). 1899;

O Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas – 1910;

Revista Nosso Século. Nº 12. Editora Abril. Ano 1900/1910;

Tres mezes de actividade. (17 de janeiro a 30 de abril de 1922). Directoria de Saneamento e Prophylaxia Rural. Serviço no Estado do Amazonas. Manaus, 1922.

4. Viajantes e Memorialistas

Agassiz, Luiz e Agassiz, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil. 1865-1866. Tradução e Notas de Edgar Susseking de Mendonça. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938;

ARANHA, Bento. Um olhar pelo passado. Ao Dr. Fileto Pires. Manaus, Imprensa Official, 1897;

AVÉ LALLEMANT, Robert. No Rio Amazonas. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980;

BATES, Henry Walter. Um naturalista no Rio Amazonas. Belo Horizonte/São Paulo:Itatiaia/EDUSP, 1979;

CASTRO, Marvigner de. Síntese Histórica da Evolução de Manaus. 2. Ed. Manaus: Umberto Calderado, (s/d);

Mavignier de Castro. Síntese Histórica da Evolução de Manaus. 2. Ed. Manaus: Umberto Calderaro. (s/d).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, André Vidal de. *Sociologia de Manaus, aspectos de sua aculturação*. Edições Fundação Cultural do Amazonas, Volume 2. Manaus, 1974.

ARAÚJO, Elizangela Francisca Sena de. *Os impactos arquitetônicos e urbanísticos do Programa PROSAMIM na paisagem de Manaus*. (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) UFAM-AM. 2011.

BAETA, Rodrigo Espinha. *A Estética da Cidade no século XIX*. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. V.6, n. 1. 2000.

BARBOSA, Marinalva. *Como escrever uma história da imprensa?* II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004.

BENEVOLO, Leonardo. *A Cidade e o Arquiteto: método e história da arquitetura*. [tradução Attilio Cancian]. 2ª edição - 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

_____, Leonardo. *História da Cidade*. Editora Perspectiva, 2001.

BERMAN, Marchall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo; Companhia das letras, 1986.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Editor Ltda, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella. *As setes portas da cidade*. In. Espaços e Debates: Revista de estudos regionais e urbanos. Ano IX, n. 34, Publicações NERU, 1991.

_____, Maria Stella. *Cidade e História*. In.: OLIVEIRA, Lucia Lippi. Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 17-35.

_____, Maria Stella. *História e historiografia das cidades, um percurso*. In: FREITAS, Marcos César de (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 237-258.

BURKE, Peter. *O que è História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005

_____, Peter. *Repúblicas de Mercado no início da época moderna*. p. 222-245. In: Baechler, Jean. Hall, John A. Mann, Michael. *Europa e Ascensão do Capitalismo*. Tradução: Luís Orlando Coutinho Lemos. Editora Imago, 1988.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. História e Contexto, Ed. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. 2 Ed. *Climatologia do Estado do Amazonas*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas. Manaus: fundo editorial, 1988.

CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário e Imaginação na Encruzilhada*. In: Do Mundo da Imaginação à Imaginação do Mundo, Lisboa, Fim de Século, 1999. p. 85-106.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1981.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: Utopias e Realidade, uma Antologia*. 4 edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1965.

COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver Ameaçar a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890 – 1915)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1997.

CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n. 35

DAOU, Ana Maria. *A Belle Époque Amazônica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2000

_____, Ana Maria Lima. *A cidade, o teatro e o “paiz das seringalistas”: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em antropologia Social. Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998

DIAS, Ednéia Mascarenhas. *A Ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999.

DOSSE, François. *O Império dos Sentidos: a humanização das Ciências Humanas*.

Tradução Ilka Stern Cohen. EDUSC, 2003.

DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2005.

FARIA, Rodrigo Santos de. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina*. (Dissertação de Mestrado) Campinas: UNICAMP, 2003

FIALHO, Daniela Marzola. *Cidades Visíveis: Para uma história da cartografia como documento de identidade urbana*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

FILHO, Sebastião Rocha da Silva. *A organização do serviço sanitário em Manaus: sanitaristas e suas práticas de intervenção (1891-1920)*. Dissertação de mestrado. Manaus: Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Barés, Manãos e Tarumãs*. Revista Amazônia em Cadernos, nº2/3, Manaus: Universidade do Amazonas, 1995.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1973.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. *Rios e Cidades: ruptura e conciliação*. São Paulo: Editora Senac, 2010.

GROBE, Cristiana Maria Petersen. *A Cidade dos Desejos e os Desejos da Cidade*. Fronteira do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos. Manaus, Amazonas, p.215 - 218, 2012.

GROBE, Cristiana Maria Petersen. *Um olhar sobre a cidade de Manaus*. Achegas.net – Revista de Ciência Política (ISSN 1677-8855). (<http://www.achegas.net>) Editorial número 33. Rio de Janeiro - RJ, 2007, p.82 - 84

HUNT, Lynn (Org.). *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JUNIOR, Antonio José Gonçalves; SANT'ANNA, Aurélio; CARSTENS, Frederico R. S. B.; FLEITH, Rossano Lucio. *O que é Urbanismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

JUNIOR, Waldemir Rodrigues Costa. *Reconstruindo uma identidade com o lugar: os removidos dos igarapés de Manaus*. 2008. Relatório final PIB-H-069 (Programa de Iniciação Científica). Orientadora: NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação, Departamento de Apoio e Pesquisa. Universidade Federal do Amazonas.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. 2ª edição, Salvador, EDUFBA, 2005.

MATTA, Alfredo da. *Geografia e Topographia Médica de Manáos*. Manáos: Typ. Da Livraria Renaud, 1916.

_____. *Paludismo, Varíola, Tuberculose em Manaus*. Coleção Documentos da Amazônia nº 81. 2002.

MELLO, Thiago. *Manaus: amor e memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984

MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890 – 1900)*. Manaus: Editora Edua, 2009

_____. *Manaus: Histórias e Arquiteturas 1852 – 1910*. 3ª edição. Manaus: Editora Valer, 2006

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O aguadeiro: subsídios para a história social do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1977

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Espaço-Tempo de Manaus: a natureza das águas na produção do espaço urbano*. In Revista Espaço e Cultura. UERJ, R.J. n 23. P.33-41. , jan/jun de 2008

_____. *Manaus de 1920 – 1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus:

Editora Valer, 2003

_____. SCHOR, Tatiana. *Manaus, Transformações e permanências, do forte à metrópole regional*. In: CASTRO, Edna – (org). *Cidades na Floresta*. São Paulo, Annablume – 2008

PAIÃO, Caio Giulliano de Souza. *De costas para o rio: a evolução do espaço urbano de Manaus analisada nos mapas de 1844 a 1893*. Relatório de iniciação científica. Manaus: Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

PECHMAN, Robert Moses (org) *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

PECHMAN, Robert Moses. *O urbano: invenção ou descoberta? Para pensar uma história urbana*. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU). V. 1, n.1, 1990

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. 2. ed. São Paulo: Senac, 1996.

PEREIRA, José Ramón Alonso. *Introdução a História da Arquitetura, das origens ao século XXI*. Tradução Alexandre Salvaterra. Editora Bookman, 2010,

PERÉS, Jefferson. *Evocação de Manaus – como a vi ou sonhei*. 2 edição. Manaus: Editora Valer. 2002

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História, vol.27 no. 53. São Paulo Jan./June 2007.

_____. *Cultura e Representações, uma trajetória*. Revista do Programa de Pós Graduação em História UFRGS. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006

_____. *História e História Cultural*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 8, nº16, p. 279-290, 1995

_____. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. Manaus: EDUA, 1999.

RAMINELLI, Ronald, *História Urbana*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS,

Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 185-202.

REIS, Arthur Ferreira. *Historias do Amazonas*. Instituto Geographico e Historico do Amazonas, Manaus, 1931

ROLNIK, Raquel. *O que é a Cidade*. 3 edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. *A ciência nos trópicos: as práticas médico-científicas em Manaus na passagem do século XIX para o XX*. Revista Pós Ciências Sociais v. 6, n. 12, 2009.

SÊGA, Rafael Augustus. *Os Melhoramentos urbanos como estratégia de dominação social*. Porto Alegre: Anos 90, Revista do Programa de Pós Graduação em História, UFRGS, n 14, dezembro de 2000.

SENNET, Richard. *Carne e Pedra*. Tradução Marcos Aarão Reis. 5º edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TOCANTINS. Lenadro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 9ªed. rev. Manaus: Editora Valer/ Edições Governo do Estado, 2000

VALLE, Artemísia Souza do. *Os igarapés no contexto do espaço urbano de Manaus: uma visão ambiental*. Dissertação de Mestrado defendida no Centro de Ciências do Ambiente. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 1999.

VILLAÇA, Flavio. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: CSABA, Deak e SCHIFFER, Sueli Ramos. (Org.). *O processo de Urbanização do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999

VILLANOVA, Simone. *Sociabilidade e cultura: a história dos “pequenos teatros” na cidade de Manaus, 1859-1900*. Dissertação de Mestrado em Historia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas., 2008